

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/MESTRADO**

ROSELI TERESINHA BORTOLAN GRYBOSI

***EDUCARE ET CONSTRURE: IRMÃS FRANCISCANAS DA
SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NAS COLÔNIAS ORLEANS,
MURICI E D. PEDRO II/PR (1906-1938)***

**CURITIBA
2018**

ROSELI TERESINHA BORTOLAN GRYBOSI

***EDUCARE ET CONSTRURE: IRMÃS FRANCISCANAS DA
SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NAS COLÔNIAS ORLEANS,
MURICI E D. PEDRO II/PR (1906-1938)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Linha de pesquisa História e Políticas da Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

**CURITIBA
2018**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

G894e
2018

Grybosi, Roseli Teresinha Bortolan
Educare et construre : Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria nas colônias Orleans, Murici e D. Pedro II/PR (1906-1938) / Roseli Teresinha Bortolan Grybosi; orientadora: Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira. – 2018.
149 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018
Bibliografia: f. 134-144

1. Educação – Paraná – História. 2. Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria. 3. Poloneses – Educação – Paraná. 4. Igreja Católica – Educação. I. Vieira, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 20. ed. – 370.98162



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO N.º 851
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**

Roseli Teresinha Bortolan Grybosi

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se às 14h, na Sala 7 (Pós), da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Prof.ª Dr.ª Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira, Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto e Prof. Dr. Peri Mesquida para examinar a Dissertação da mestranda **Roseli Teresinha Bortolan Grybosi**, ano de ingresso 2016, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa "História e Políticas da Educação". A aluna apresentou a dissertação intitulada "**EDUCARE ET CONSTRURE: IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NAS COLÔNIAS ORLEANS, MURICI E D.PEDRO II/PR (1906 - 1938)**" que, após a defesa foi APROVADA pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 15h30. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Observações: A Banca destaca a qualidade do trabalho e
recomenda sua publicação.

Presidente:
Prof.ª Dr.ª Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira Amlicia

Convidado Externo:
Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto Pedro Leão da Costa Neto

Convidado Interno:
Prof. Dr. Peri Mesquida Peri Mesquida

Patricia
Prof.ª Dr.ª Patrícia Lupion Torres

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação
Stricto Sensu

ROSELI TERESINHA BORTOLAN GRYBOSI

***EDUCARE ET CONSTRURE: IRMÃS FRANCISCANAS DA
SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NAS COLÔNIAS ORLEANS,
MURICI E D. PEDRO II/PR (1906-1938)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Área de concentração na Linha de Pesquisa “História e Política da Educação”, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira (orientadora)
Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

Prof. Dr. Pedro Leão da Costa Neto
Universidade Tuiuti do Paraná - UTP

Prof. Dr. Peri Mesquida
Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

Curitiba
2018

Em homenagem às religiosas da Congregação das Irmãs
Franciscanas da Sagrada Família de Maria

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Prof^ª Dr^ª Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira, incansável nas leituras e orientações. Sou grata pelo apoio, pela delicadeza, pelo comprometimento e pelos conselhos que me apoiaram em cada fase deste trabalho.

Aos professores do Mestrado: Maria Elizabeth Blanck Miguel, Neuza Bertoni Pinto, Pedro Leão da Costa Neto, Peri Mesquida, Pura Lúcia Oliver Martins e Rosa Lydia Teixeira Corrêa; obrigado por todas as orientações e incentivo.

Às Irmãs Franciscanas da Congregação Sagrada Família de Maria; por seu apoio e incentivo durante a realização da pesquisa.

A Irmã Conceição da Província Menino Jesus/Curitiba; obrigada pelas valiosas informações, paciência e disponibilidade em sempre atender aos meus chamados.

A Elmari Bortolan de Lima, Jorge Felipe Grybosi e Vinícius Moreli Tavares; pela paciência e dedicação ao lançarem seus olhares sobre a leitura e a redação do texto.

Aos entrevistados que dispuseram de seu tempo lembrando tempos da infância.

Aos dois Jorge, os meus bens mais preciosos; pela alegria que dão à minha vida e pela compreensão a mim dedicada durante a realização desta pesquisa.

A Lilian, querida e amiga, pelo apoio e entusiasmo.

A minha mãe Zenita (*in memoriam*), exemplo de vida, luta e perseverança.

A todos os meus familiares e amigos, por me ajudarem a vencer o desafio de escrever esse trabalho.

A humildade é o melhor caminho
para conquistar corações

Zygmunt Szczesny Felinski

RESUMO

Este trabalho se insere na linha de pesquisa História e Políticas da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR e se propôs a analisar como foi colocado em prática o propósito da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, *'educare et construre'*, nas colônias polonesas de Orleans, Murici e D. Pedro II, no Estado do Paraná, entre 1906 e 1938. A Congregação foi fundada por Zygmunt Szczesny Felinski, em Petersburgo/Rússia, no ano de 1857. As religiosas dessa Congregação trabalharam também na Polônia e outros países europeus e, em virtude da imigração polonesa para o Brasil, vieram para este país a partir de 1906 e seguem trabalhando em instituições escolares, asilos e hospitais até a atualidade: 2018. O tema despertou interesse de pesquisa no tocante as atividades do cotidiano que envolveram o propósito de *'educare et construre'* pelas Irmãs da Sagrada Família de Maria nas três colônias estudadas. Os objetivos específicos são: descrever a história de vida de Francisco de Assis, de Zygmunt Szczesny Felinski, e o processo de fundação da Congregação; identificar o contexto histórico que trouxe os poloneses para o Brasil, a formação das três colônias polonesas, a vinda das Irmãs Franciscanas para elas, a educação e a instrução nas colônias em destaque (1906 - 1938) e analisar de que forma o propósito da Congregação se concretizou nas colônias estudadas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com apoio da história cultural e oral. No tocante à fundamentação teórica, utilizaram-se as obras de Alberti, Agambem, Chartier, Fracek, Geertz, Halbwachs, Le Goff, Renk, Thompson, Vauches, Vieira, Wachowicz, Zieika, Zwierewicz, entre outros. Foram analisados documentos como Livro de Crônicas da Província Menino Jesus/Curitiba, atas de exames e visitas das três casas-escolas, livro tombo das instituições, códigos de leis educacionais do Brasil e Paraná e fotos. Para o estudo de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Foi possível, assim, recompor parte da história da Congregação no Brasil e dos imigrantes poloneses nas colônias em evidência, entre 1906 e 1938. Diante disso, percebe-se que as Irmãs da Sagrada Família de Maria foram fiéis a sua crença religiosa e contribuíram com seu trabalho multifacetado para amenizar as adversidades encontradas pelos imigrantes poloneses nas três colônias estudadas.

PALAVRAS-CHAVE:

História da educação. Franciscanas da Família de Maria. Educare et Construre. Casa-Escola Étnica. Imigração.

ABSTRACT

This job composes the research line of History and Education Policy, from Programa de Pós-Graduação em Educação of Pontificia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, with the assumption of investigate how was applied the purpose of the Congregation of Franciscan Sisters of the Family of Mary, '*educare et construre*', especially in the Polish colonies of Orleans, Murici and D. Pedro II, between 1906 and 1938. The congregation was founded by Zygmunt Szczesny Felinski, in Petersburg/Russia in 1857. The religious from this Congregation worked in Poland and other European countries, and, in consequence of the Polish immigration to Brazil, they've come to this country from 1906, and are still working in educational institutions, rest homes and hospitals until the present: 2018. The theme earned research interest in the daily activities concerning the purpose of '*educare et construre*' by the Sisters of the Holy Family of Mary in the three studied colonies. The specific objectives are: describe Francisco de Assis' life, Zygmunt Szczesny Felinski's life, and the foundation process of the Congregation; identify the historical context that brought the Polish to Brazil, the formation of the three Polish Colonies, the Franciscan Sisters' coming perspective, the education and instruction in the highlighted colonies (1906 - 1938) and evaluate in what ways the Congregation purpose has emerged in the studied colonies. Is a bibliographical, documental and field research, with the support of cultural and oral history. Related to theoretical foundation, the works of Alberti, Agambem, Chartier, Fracek, Geertz, Hallwachs, Le Goff, Renk, Thompson, Vauches, Vieira, Wachowicz, Zieika, Zwierewicz, among other were used. There were analized documents like the Chronicles Book of Child Jesus Province, exam records, and visited the house-school of the colonies, historical registers, educational law codes from Brazil and Paraná, and pictures. For the field research, semi-structured interviews were made. It was possible, this way, to recompose part of Congregation of Franciscan Sisters of the Family of Mary's story in Brazil and the Polish immigrants in the highlighted colonies, between 1906 and 1938. Thus, is perceived that the Sisters of the Holy Family of Mary were faithful to the religious belief and contributed with a multifaceted work to ease the adversities found by Polish immigrants in the three colonies studied.

KEYWORDS:

History of Education. Franciscan of the Family of Mary. Educare et Construre. Ethnic House-School. Immigration

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Zygmunt Szczesny Felinski - Arcebispo de Varsóvia.....	48
Figura 2 - Capa do Livro Elementarz - Manual para as escolas polonesas do Brasil.....	67
Figura 3 - Livro de Termo de Aberturas das primeiras Csas Provinciais da Congregaçao das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria.....	77
Figura 4 - Logomarca: Congregaçao das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria...81	
Figura 5 - Logomarca: Centenário da Congregaçao das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria no Brasil.....	81
Figura 6 - Primeira casa-escola das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria na Colônia Orleans.....	96
Figura 7 - Segunda casa-escola das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria na Colônia Orleans.....	97
Figura 8 - Primeira casa-escola das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria na Colônia Murici.....	99
Figura 9 - Segunda casa-escola das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria na Colônia Orleans.....	99
Figura 10 - Primeira casa-escola das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria na Colônia D. Pedro II.....	101
Figura 11 - Segunda casa-escola das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria na Colônia D. Pedro II.....	101
Figura 12 - Cópia da folha de rosto da cartilha de alfabetizaçao em polonês, elaborada por Konstanty Lech.....	105
Figura 13 - Fragmento de Ata de Exames realizado na casa-escola das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria da Colônia Orleans.....	106
Figura 14 - Ata de Visita na casa-escola das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria na Colônia Orleans.....	107
Figura 15 - Fragmento de Ata de Exames realizado na casa-escola das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria na Colônia Murici.....	109
Figura 16 - Ata de Exames realizado na casa-escola das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria na Colônia D. Pedro II.....	111
Figura 17 - Ata de Visitas - 17/08/1928 - Casa-escola das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria na Colônia D. Pedro II.....	112
Figura 18 - Ata de Visitas - 15/05/1935 - Casa-escola das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria na Colônia D. Pedro II.....	113
Figura 19 - Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria na Colônia D. Pedro II trabalhando com a criaçao de aves e animais.....	119
Figura 20 - Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria na Colônia D. Pedro II trabalhando na horta.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisa de teses e dissertações no banco de dados da CAPES.....	20
Quadro 2 - Número de entrevistados, local e grupo de pertencimento.....	26
Quadro 3 - Primeiras religiosas da Congregação Franciscana da Sagrada Família de Maria que chegaram à Colônia Orleans em 1906.....	69
Quadro 4 - Primeiras religiosas da Congregação Franciscana da Sagrada Família de Maria que chegaram à Colônia Murici em 1907.....	74
Quadro 5 - Primeiras religiosas da Congregação Franciscana da Sagrada Família de Maria que chegaram à Colônia D. Pedro II em 1908.....	76
Quadro 6 - Locais de trabalho das religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria no Brasil entre 1906 e 1938, as atividades desenvolvidas e a situação atual	78
Quadro 7 - Identificação dos depoentes.....	89
Quadro 8 - Religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria que trabalharam nas Colônias Orleans, Murici e D. Pedro II entre 1906 e 1938, data e local de trabalho e memórias dos depoentes.....	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. FRANCISCO DE ASSIS, ZYGMUNT SZCZESNY FELINSKI E A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA.....	30
1.1 A IGREJA CATÓLICA, A ITÁLIA E ASSIS NOS SÉCULOS XII E XIII.....	32
1.1.1 FRANCISCO DE ASSIS OU FRANCESCO BERDARDONE.....	34
1.1.2 O FRADE FRANCISCO DE ASSIS E SEUS SEGUIDORES.....	36
1.1.3 FRANCISCO DE ASSIS: A SANTIDADE E O MOVIMENTO FRANCISCANO.....	40
1.2 O JOVEM, O SACERDOTE E O ARCEBISPO POLONÊS ZYGMUNT SZCZESNY FELINSKI.....	44
1.2.1 ZYGMUNT SZCZESNY FELINSKI: O DESTERRO, A POESIA, A EDUCAÇÃO E A SANTIDADE.....	48
1.3 A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA.....	53
1.3.1 A DIVISÃO, A UNIFICAÇÃO, A LEGALIZAÇÃO E O TRABALHO DAS RELIGIOSAS DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA.....	54
2. A IMIGRAÇÃO POLONESA PARA O BRASIL, PARANÁ, COLÔNIA ORLEANS, COLÔNIA MURICI, COLÔNIA D. PEDRO II, A CONGREGAÇÃO FRANCISCANA DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NO BRASIL, A EDUCAÇÃO E A INSTRUÇÃO NAS TRÊS COLÔNIAS ENTRE 1906 E 1938.....	56
2.1 OS IMIGRANTES POLONESES NO BRASIL.....	58
2.1.1 A IMIGRAÇÃO POLONESA PARA O ESTADO DO PARANÁ E A CIDADE DE CURITIBA E ARREDORES.....	63
2.2 COLÔNIA ORLEANS: UMA HISTÓRIA DE TRABALHO, ORAÇÃO, SACRIFÍCIO E EDUCAÇÃO.....	66
2.3 COLÔNIA MURICI: UMA HISTÓRIA DE TRABALHO, FÉ, PERSEVERANÇA E AMOR À TERRA.....	70
2.4 COLÔNIA D. PEDRO II: UMA HISTÓRIA DE TRABALHO, AMOR À RELIGIÃO CRISTÃ E SOLIDARIEDADE.....	74
2.5 CONGREGAÇÃO FRANCISCANA DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NO BRASIL.....	76
2.6 A EDUCAÇÃO E A INSTRUÇÃO NAS COLÔNIAS POLONESAS DE ORLEANS, MURICI E D. PEDRO II (1906 - 1938).....	82
3. A PRESENÇA DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NO COTIDIANO DOS IMIGRANTES POLONESES DAS COLÔNIAS ORLEANS, MURICI E D. PEDRO II.....	88
3.1 AS PRIMEIRAS RELIGIOSAS DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NO BRASIL.....	90
3.2 A CASA-ESCOLA DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA.....	95
3.2.1 A CASA-ESCOLA DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NA COLÔNIA ORLEANS.....	95
3.2.2 A CASA-ESCOLA DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NA COLÔNIA MURICI.....	98

3.2.3 A CASA-ESCOLA DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NA COLÔNIA D. PEDRO II.....	100
3.3 O TRABALHO EDUCACIONAL DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA.....	102
3.3.1 O TRABALHO EDUCACIONAL DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NA COLÔNIA ORLEANS.....	105
3.3.2 O TRABALHO EDUCACIONAL DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NA COLÔNIA MURICI.....	108
3.3.3 O TRABALHO EDUCACIONAL DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NA COLÔNIA D. PEDRO II.....	110
3.4 AS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA EDUCANDO PARA A VIDA NAS COLÔNIAS ORLEANS, MURICI E D. PEDRO II.....	114
3.5 AS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA E ACONTECIMENTOS DO COTIDIANO ENVOLVENDO AS RELIGIOSAS FRANCISCANAS E OS MORADORES DAS COLÔNIAS ORLEANS, MURICI E D. PEDRO II.....	118
3.6 IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA: A RELIGIÃO E O DESPERTAR PARA NOVAS VOCAÇÕES.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS.....	134
DOCUMENTOS.....	141
DOCUMENTOS OFICIAIS.....	141
ENTREVISTAS.....	143
ANEXOS.....	145
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	146
ANEXO B - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	147
ANEXO C - DOCUMENTOS DE APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	148
ANEXO D - MAPA DAS TRÊS PARTILHAS DA POLÔNIA NO SÉCULO XVII.....	149

INTRODUÇÃO

A Europa Ocidental e medieval foi, segundo Le Goff (1984), o tempo da sociedade de três corpos: clero, nobreza e servos. Os clérigos rezam por todos, os nobres protegem a Igreja e o povo e os servos que nada possuem, trabalham para sustentar todos. Nenhum homem livre poderia sobreviver sem os servos. De acordo com o mesmo autor: “A casa de Deus, que cremos ser uma, está, pois, dividida em três: uns oram, outros combatem, e outros, enfim, trabalham” (LE GOFF, 1984, p. 45-46).

Nesse período a distância entre ricos e pobres ficou cada vez maior. As consequências foram pessoas pobres e doentes, fome, guerras. É nesse período que surgem as Ordens Mendicantes, o que representou uma ruptura na tradição monástica. Bonnassie (1985) fez a seguinte observação: “do monaquismo tradicional conservam apenas o espírito da caridade, penitência e humildade e a prática de um tipo de vida comunitário. [...] Corresponde da forma mais adequada possível às novas necessidades nascidas da evolução material e mental das sociedades ocidentais” (BONNASSIE, 1985, p. 144). As Ordens Mendicantes viram a pobreza com outros olhos e, nesse sentido, evitaram uma segregação que poderia ter sido ainda maior.

Foi em meio a esse contexto medieval que nasceu Francisco de Assis ou Francesco Bernardone, no final de 1181 ou começo de 1182 na cidade de Assis. Assim, começa a história de Francisco de Assis e seus seguidores e, também, do franciscanismo (VAUCHEZ, 2009).

Para Le Goff (2013), Francisco de Assis foi um dos personagens mais impressionantes da Idade Média. Segundo o autor, ele era:

Amigo da simplicidade em seus escritos como em sua vida e em seu ideal, voluntariamente ignorante das sutilezas escolásticas, não embrulhava seu pensamento e suas efusões literárias num vocabulário ou num estilo eruditos ou obscuros, que exigissem um grande esforço de elucidação ou de interpretação (LE GOFF, 2013, p. 43).

E ainda, “Santo de um novo gênero, segundo o qual a santidade se manifesta menos por milagres - entretanto numerosos - e pela exibição de virtudes - entretanto excepcionais e brilhantes - do que pela linha geral de uma vida totalmente exemplar” (LE GOFF, 2013, p. 43). Para Thompson (2012), Francisco de Assis “é um santo católico canonizado. Continua a ser um modelo para os cristãos em geral e para os franciscanos em particular” (THOMPSON, 2012, p. 269).

Entre os séculos XIII e XIX, muitos Ordens e Congregações Franciscanas surgiram com base na mensagem de Francisco de Assis. Muitas pessoas viveram o espírito franciscano em seu cotidiano e se tornaram santos também.

No final do século XVIII e início do século XIX, os europeus já não viviam no período medieval e autossuficiente. Era, agora, o período das grandes revoluções, tanto sociais quanto industriais. O continente europeu passava por várias transformações decorrentes do crescimento demográfico, da concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, da concorrência dos produtos agrícolas no mercado interno, do endividamento dos pequenos proprietários rurais, do aumento dos impostos, das perseguições políticas em alguns países, da mecanização da agricultura, do avanço tecnológico das indústrias e do desemprego (MAROCHI, 2006).

Ao mesmo tempo, os poloneses passaram por inúmeras invasões e guerras. Destacam-se o Dilúvio (século XVII) e as três Partilhas da Polônia (século XVIII). O Potop Szwedzki (Dilúvio Sueco) aconteceu entre 1655 e 1660, quando os suecos invadiram o território polonês devastando-o. Foram cinco anos de guerras (ZAMOYSKI, 2010). Jadwischczak (2009) explicou como ficou o território polonês após as partilhas:

Os tratados de ocupação dos anos de 1772, 1793 e 1795 dividiram a República da Polônia de uma maneira muito desigual. A Rússia ficou com 62% do território e 45% da população. A Prússia apoderou-se de 20% do território e 23% da população. [...] A Áustria ficou com 18% do território e 32% da população (JADWISZCZAK, 2009, p. 15-16).

De acordo com os tratados de partilha, a Rússia ficou com a maior parte do território polonês se comparado com as partes da Prússia e Áustria, no entanto eram as terras menos desenvolvidas localizadas a leste, era uma região pouco habitada pelo elemento polonês. Por sua vez, a Prússia apoderou-se de terras mais desenvolvidas economicamente, cuja população polonesa estava distribuída de forma homogênea, e abrangiam as terras de *Hohenzollern*, o qual oferecia poder sobre o estuário de *Wisla*. Já a Áustria, ficou com as terras mais férteis e densamente habitado, local denominado como Distrito de *Malopolska* (JADWISZCZAK, 2009).

É nesse período histórico que nasce, em 1º de novembro de 1822, em Wojutyn, hoje território da Ucrânia, aquele que viria a ser o fundador da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria: Zigmunt Szczesny Felinski. Franciscano de coração, conhecido como Irmão Antônio. Era seguidor da virtude e pobreza, da Terceira Ordem de São Francisco de Assis.

Conforme Oliveira (2005), Zygmunt Szczesny Felinski “teve uma infância muito feliz, seus pais eram pessoas cultas e comprometidas com questões sociais e políticas de sua Pátria, eram [...] cristãos honestos, forjando nos filhos os valores perenes e partilhando com eles harmonia, solidariedade, amor e muita paz” (OLIVEIRA, 2005, p. 35).

Segundo Gogola (2009), Zygmunt Szczesny Felinski formou-se em Matemática na Universidade de Moscou e em Humanística na *Sorbone de Paris* e no *Collège de France*. Escolheu como lema de vida “ser polonês é viver com Deus e com nobreza”. Participou do levante da Grã-Polônia (1848). Em 1851 entrou para o seminário em *Zytomierz* e prosseguiu seus estudos na Academia Eclesiástica em São Petersburgo na qual recebeu a ordenação sacerdotal em 1855. No mesmo ano começou a trabalhar como professor universitário de Matemática e Latim nas escolas dominicanas. Quando ocorreu o Levante de Janeiro de 1863, cuja finalidade era libertar o povo polonês do domínio invasor, Zygmunt Szczesny Felinski participou ativamente orientando a população no sentido de evitar derramamento de sangue, devido a essa atitude acabou tornando-se um incômodo para os invasores na Polônia. Foi levado para o desterro na Rússia por vinte anos, período no qual escreveu muitas cartas, versos e poemas. Quando retornou, continuou seu trabalho como religioso na Galícia, arquidiocese de *Lwów*, região que estava sob o domínio austríaco. Não lhe foi concedido o direito de voltar para Varsóvia (FRACEK, 2009).

Zygmunt Szczesny Felinski sempre manifestou preocupação no sentido de que ele próprio, as pessoas e a sociedade de um modo geral, deveriam ter acesso ao conhecimento e à educação para fazer escolhas com sapiência e adotar postura conveniente. Preocupava-se também com o sofrimento físico e moral do povo, principalmente o polonês, em virtude do domínio russo, austríaco e prussiano.

Foi em 1857, dois anos após ser ordenado sacerdote, que Zygmunt Szczesny Felinski fundou a Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria em Petersburgo, capital do Império Russo, na tentativa de ajudar o povo polonês e pessoas de outras etnias. Segundo os estudos de Fracek (2009), o trabalho das Irmãs da Congregação Franciscana sempre esteve relacionado à instrução, às crianças, aos idosos, aos doentes e a todos que precisavam de algum tipo de ajuda que estivesse ao alcance das religiosas. Suas atividades estenderam-se para a Polônia e outros países europeus, fundando centros educacionais, asilos e hospitais. Segundo a mesma autora, “a necessidade de dar atenção ao imigrante polonês no Brasil mostrou outra direção para as irmãs. Em 1906, [...] a convite dos padres poloneses no longínquo Brasil, as irmãs se encaminharam para esta nova missão” (FRACEK, 2009, p. 116). Chegando ao Brasil,

as Irmãs Franciscanas começaram seu trabalho educacional e religioso nas colônias polonesas de Orleans, Murici e D. Pedro II, no Estado do Paraná.

De acordo com Oliveira (2005), as Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria caracterizam-se tanto no passado como no presente, “por seu espírito de fé, sua confiança na Divina Providência, por sua fidelidade ao Evangelho, pela vivência dos conselhos evangélicos de obediência, castidade e pobreza, por sua simplicidade e humildade, à imitação da Sagrada Família de Nazaré, com espírito franciscano” (OLIVEIRA, 2005, p. 18).

Desde o nascimento da Congregação até os dias atuais, é nessa perspectiva que as religiosas da Sagrada Família vêm desenvolvendo o seu trabalho, muitas vezes longe de sua família, de sua pátria e, em favor do povo, seguindo os preceitos de seu Fundador. Dedicam amor especial ao espírito de acolhida, diálogo, delicadeza, atenção e compreensão para com as pessoas com quem trabalham e convivem (OLIVEIRA, 2005). Entre os anos de 2006, 2007 e 2008 comemorou-se o centenário da chegada das Irmãs Franciscanas nas colônias brasileiras de Orleans, Murici e D. Pedro II e, em 2007, comemorou-se também o aniversário de 150 anos da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria (FRACEK, 2009).

‘*Educare et Construre*’¹ foi o propósito da Congregação Franciscana da Sagrada Família de Maria desde o início de sua existência. Zygmunt Szczesny Felinski, Fundador da Congregação, sublinhava a importância de acolher a todos que necessitassem de ajuda e proporcionar a eles não só o auxílio físico, mas também espiritual e intelectual. O propósito ‘*Educare et Construre*’ foi sintetizado em slogan da Congregação pela Ir. Edites Bet quando fundou a faculdade FASF - Faculdade Sagrada Família - e, desde então, se estendeu para todas as escolas particulares da rede Sagrada Família.

Portanto, dado a esse contexto, esta pesquisa tem como objeto de estudo o trabalho das religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria nas Colônias Orleans, Murici e D. Pedro II/PR. Insere-se na linha de pesquisa História e Políticas da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

O recorte temporal se dá entre 1906 e 1938, da chegada das Irmãs Franciscanas ao Brasil até o decreto de nacionalização no governo de Getúlio Vargas. O recorte espacial gira em torno das três primeiras colônias de poloneses nas quais as Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria trabalharam quando chegaram ao Brasil. São: Colônia Orleans em Curitiba, Colônia

¹ Educar e construir (Tradução de MESQUIDA, 2017).

Murici em São José dos Pinhais e Colônia D. Pedro II em Campo Largo. Todas no Estado Paraná.

O tema despertou interesse de pesquisa devido a vários fatores: Zygmunt Szczesny Felinski foi professor, preocupava-se com o nível de instrução de todas as pessoas, inclusive das religiosas que faziam parte da Congregação Sagrada Família de Maria, fundou escolas, asilos e orfanatos na Polônia e arredores, o propósito de seu trabalho sempre foi ‘educar e construir’ o que esteve subjacente em suas atitudes e atividades, e o trabalho das Religiosas da Sagrada Família de Maria nas três colônias com base no propósito deixado pelo Fundador. Outro fato que chama a atenção neste contexto é um homem fundar uma Congregação feminina, o que não era comum para a época. São fatores merecedores de estudo, certamente, vão engrandecer a história das religiosas da Sagrada Família de Maria em solo brasileiro e das três colônias.

Zygmunt Szczesny Felinski era sacerdote e, como tal, desempenhou seu papel. Contudo, também era professor e sempre manifestou preocupação com o nível de instrução que as pessoas deveriam ter (FUDALI, 2009). Segundo a mesma autora, ao fundar a Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, Zygmunt Szczesny Felinski definiu que:

A Família de Maria escolhe para si como finalidade principal a propagação da glória divina, o trabalho com o próprio aperfeiçoamento e a dedicação do serviço ao próximo, principalmente aos pobres, por meio da educação e a instrução das crianças, cuidado aos doentes, deficientes e idosos nos estabelecimentos que estão aos cuidados da Família Religiosa (FUDALI, 2009, p. 237-238).

O fato de Zygmunt Szczesny Felinski ser professor e fundar uma Congregação que tivesse como uma das finalidades principais levar a instrução a todos que fosse possível despertou interesse de pesquisa. Para Fracek (2009), a época em que Zygmunt Szczesny Felinski viveu era conturbada devido à dominação russa, austríaca e prussiana em território polonês. No entanto, ele não desistiu de lutar pelos seus ideais mesmo quando o governo czarista aboliu todas as escolas e gráficas dirigidas pelos religiosos e ordenou o fechamento da maioria dos conventos católicos entre 1844 e 1860.

Nesse mesmo tempo a Igreja Católica torna pública duas encíclicas na segunda metade do século XIX. A primeira foi a *‘Encíclica Quanta Cura’*², escrita pelo Papa Pio IX, na qual o Sumo Pontífice explicava que as boas obras sempre agradam a Deus e dão frutos. Também agradam a Deus as orações dos homens que a Ele recorrem com fervor e humildade. A segunda

² Encíclica Quanto Cuidado do Sumo Pontífice Pio IX, escrita em 16 de dezembro de 1864.

foi a *Carta Encíclica 'Rerum Novarum'*³, escrita pelo Papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891. Nesta carta o Sumo Pontífice pede que a religião e a paz sejam honradas em toda a parte e que haja igualdade entre os homens. Zygmunt Szczesny Felinski sempre esteve atento ao que acontecia na Igreja Católica, percebeu a relevância dada ao homem e a relação dele com Deus nas duas encíclicas, não deixou de adotar os princípios norteadores dos dois documentos junto à Congregação que fundou.

Zygmunt Szczesny Felinski “fundara a escola, na qual as Irmãs se formavam professoras de escolas públicas” (SZCZEPANIAK, 2009, p. 34). As aulas eram ministradas sob orientação dele, em língua polonesa e russa. É notória a preocupação desse religioso com a formação das Irmãs Franciscanas Professoras, tanto no âmbito religioso quanto educacional. Outro fato que chama a atenção é o grau de instrução que as professoras deveriam ter para poder realizar seu trabalho a contento.

Até então, as crianças russas e polonesas tinham a atenção das Irmãs Franciscanas. Entretanto, com o processo imigratório dos poloneses para o Brasil a partir de 1870, são também os colonos poloneses adultos, além de seus filhos que precisam de auxílio educacional e orientação espiritual. Segundo Stawinski (1999), a situação dos poloneses era desalentadora em território brasileiro: “tudo era diferente: o clima, a língua, os costumes. Apesar de serem ótimos católicos, os imigrantes poloneses, em sua grande maioria, tinham fraca instrução. Precisavam de alguém que os orientasse no seu ambiente de vida” (STAWINSKI, 1999, p. 66).

Além dos fatos já elencados e, a pedido dos padres poloneses que já estavam no Brasil, as Irmãs da Congregação Franciscana iniciam seu trabalho no Brasil em 1906 em Nova Orleans/Curitiba, 1907 na Colônia Murici/São José dos Pinhais e 1908 na Colônia D. Pedro II/Campo Largo (FRACEK, 2009).

De acordo com os estudos de Fudali (2009), “estava precisamente a cargo das Irmãs provenientes da Polônia toda a educação e a formação das novas gerações. A elas devem os imigrantes [...] o nível da educação, o apego à religião, o patriotismo e a elevação do valor moral” (FUDALI, 2009, p. 245). Além das atividades já citadas, ocupavam-se também com a instrução dos adultos: na Colônia Orleans, ensinavam aos domingos e dias santos (um domingo para os rapazes e no outro para as moças) e, na Colônia D. Pedro II, ensinavam à noite. Na Colônia Murici a preocupação foi para com as crianças que moravam longe; as Irmãs começaram a dirigir um internato para meninas. Nas três colônias, as Irmãs ensinavam a ler e a escrever, as quatro operações e um pouco de Geografia e História (FUDALI, 2009). As Irmãs

³ ‘Das Coisas Novas’. Carta aberta a todos os bispos, cujo tema principal foi as condições das classes trabalhadoras.

assumiram a educação local com o ímpeto de levar a instrução a todos que necessitavam dela, independente do dia, horário e local.

Todos os fatores elencados merecem ser estudados, pesquisados e divulgados para que outras pessoas, além dos componentes da Congregação, conheçam o trabalho dessas primeiras religiosas que trabalharam arduamente nas três colônias polonesas colaborando para recompor a história local.

A problematização está em torno da descrição das atividades do cotidiano que envolveram o propósito de *'educare et construre'* pelas Irmãs da Sagrada Família de Maria nas três colônias estudadas: as religiosas que vieram para o Brasil dentro do recorte temporal já especificado, a construção das casas-escolas, o trabalho educacional, a educação para a vida, ou seja, para além da educação acadêmica, os acontecimentos do cotidiano que envolveram as religiosas e os colonos, a religião e o despertar para novas vocações.

Portanto, a pesquisa apresentou o seguinte problema:

Como foi colocado em prática o propósito da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, *'educare et construre'*, especialmente nas colônias polonesas de Orleans, Murici e D. Pedro II, entre 1906 e 1938?

O objetivo geral da pesquisa é analisar como foi colocado em prática o propósito das Religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria no Brasil, *'educare et construre'*, especialmente nas colônias polonesas de Orleans, Murici e D. Pedro II entre 1906 e 1938. Os objetivos específicos são:

- Descrever a história de vida de Francisco de Assis, de Zygmunt Szczesny Felinski e o processo de fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria;
- Identificar o contexto histórico que trouxe os poloneses para o Brasil, a formação das três colônias polonesas, a vinda das Irmãs Franciscanas para elas, a educação e a instrução nas colônias polonesas de Orleans, Murici e D. Pedro II (1906 - 1938);
- Analisar de que forma o propósito da Congregação Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria *'educare et construre'* se concretizou nas três colônias estudadas.

Realizou-se uma busca no banco de teses e dissertações da CAPES e também por artigos, a fim de confirmar o caráter inédito desta pesquisa. De acordo com os descritores elencados no Quadro 1, obteve-se o seguinte resultado:

Quadro 1 - Pesquisa de teses e dissertações no banco de dados da CAPES

DESCRITORES	INSTITUIÇÕES	ARTIGOS	DISSERTAÇÕES	TESES
IMIGRAÇÃO POLONESA PARA O BRASIL	UFPR	1	5	6
	USP	0	4	2
	UNISINOS	0	1	0
	UFRGS	0	1	0
	PUCPR	3	0	0
	UNICAMP	0	1	0
IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NO BRASIL	UFPR	0	1	
ZYGMUNT FELINSKI	NÃO ENCONTRADO	0	0	0
COLÔNIA D. PEDRO II	UFPR	0	1	0
COLÔNIA MURICI	UFPR	0	0	1
COLÔNIA ORLEANS	NÃO ENCONTRADO	0	0	0
COLÉGIOS CONFESSIONAIS CATÓLICOS	UFU	0	0	2
	FUFP	0	1	0
	UESC	0	0	1
	USP	0	1	0
	UEC	0	0	1
	UEP	0	0	1
	PUCPR	0	2	1
EDUCAÇÃO CATÓLICA	CUASP	0	1	0
	UFPR	0	0	2
	FUSERGIPE	0	1	0
	UFRGS	0	0	1
	PUCPR	0	0	2
EDUCAÇÃO FRANCISCANA	UFSCAR	0	1	0
	UFPR	0	1	0
	USP	0	0	1
	PUCPR	0	0	2
ESCOLAS ISOLADAS	USP	0	0	3
ESCOLAS PRIMÁRIAS	UFPR	0	0	2
	PUCPR	0	1	0
TOTAL	-----	4	30	28

Fonte: Dados coletados por Grybosi (2016) de acordo com a pesquisa no banco de dados da CAPES, 2016.

Entre os trabalhos pesquisados, seis mereceram atenção por possuir um contexto histórico que contribuiu para complementar a pesquisa.

No que se refere ao primeiro descritor, ‘imigração polonesa para o Brasil’, foi selecionada a tese de Renk (2009), ‘Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná’, Universidade Federal do Paraná, a qual analisa o processo de nacionalização das escolas étnicas do Paraná entre 1920 e 1930. A autora concluiu que as escolas étnicas existiam de acordo com a identidade, língua e cultura do grupo, tornando-se praticamente independentes do sistema educacional oficial do país. O trabalho da autora colabora para entender o trabalho educacional das Franciscanas Professoras da Sagrada Família de Maria no período anterior ao projeto de nacionalização proposto por Getúlio Vargas em 1938. A autora ainda destaca no mesmo trabalho, os caminhos realizados para manter a identidade cultural no cotidiano das escolas polonesas.

Quanto ao segundo descritor ‘Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria’, apenas uma dissertação foi encontrada. ‘*Edublog*, uma estratégia pedagógica: sequência didática para a produção autoral de alunos(as) do Ensino Médio’, Universidade Federal do Paraná. Souza (2015) analisa o fazer pedagógico interdisciplinar na perspectiva do *edublog*. O trabalho da autora teve como recorte espacial o Colégio Estadual Santa Cândida em Curitiba, antiga Casa Escolar na qual as Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria começaram o trabalho educacional a partir de 1912. A dissertação possui contexto histórico das religiosas em Curitiba, o que foi utilizado como complemento para essa pesquisa.

Em relação à Colônia Murici, a tese de Bernardo (2014), ‘Colônia Murici: métodos para diagnóstico em projetos de restauração e preservação do patrimônio histórico’, Universidade Federal do Paraná, foi selecionada por apresentar uma análise do patrimônio da colônia e da presença polonesa. Quanto à Colônia D. Pedro II, a dissertação de Sikora (2014), ‘As políticas de imigração no Brasil nos séculos XIX e XX e o desenvolvimento de territórios: um estudo de caso da Colônia D. Pedro II’, Universidade Tecnológica do Paraná, foi selecionada devido à apresentação histórica do local.

A dissertação de Gohl (2015), ‘Missão Franciscana na educação: a influência do ideário de Frei João na formação continuada de professores do Colégio São José, em Porto União (1956-2002)’, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, foi selecionada por apresentar um paralelo entre educação e missão franciscana.

A pesquisa de Shieh (2010), ‘O que ensinar nas diferentes escolas públicas primárias paulistas: um estudo sobre os programas de ensino (1887-1929)’, da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, apresenta uma análise dos programas de ensino dentro do recorte temporal e espacial citados. A pesquisadora concluiu que as escolas primárias tinham a finalidade de nacionalização e moralização, enquanto que as escolas isoladas, inicialmente, não apresentavam esta característica. Esta dissertação colaborou no sentido de compreender o funcionamento das escolas primárias e isoladas e os programas de ensino vigentes no período em que as Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria trabalharam no Brasil/Paraná.

Não foi encontrado nenhum trabalho que analisou a forma como foi colocado em prática o propósito ‘*Educaer et Construre*’ da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria no Brasil dentro do recorte temporal e espacial já especificados. A dissertação ‘*Educare et Construre: Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria nas colônias Orleans, Murici e D. Pedro II/PR (1906-1938)*’, contribuiu no sentido de valorizar o trabalho dessas religiosas no tempo e no espaço já descritos, a história da imigração polonesa para o Brasil e a história da educação e da educação confessional.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo com apoio da história cultural e oral. Para a análise do conteúdo seguiu-se os procedimentos indicados por Bardin (2016), e para a iconografia seguiu-se as sugestões de Kossoy (2001) e Le Goff (1990). No tocante a antropologia, utilizou-se a obra de Geertz (2008) e, para a análise do cotidiano a obra de Certeau (2013). O estudo da memória esteve pautado na obra de Halbwachs (2006).

De acordo com os estudos de Severino (2016), a pesquisa bibliográfica

É aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2016, p. 131).

O trabalho de pesquisa não poderia ter sido a contento sem a análise criteriosa ao escolher a bibliografia (SEVERINO, 2016).

As fontes bibliográficas estão relacionadas à vida e atividade de Francisco de Assis, de Zygmunt Szczesny Felinski, à Fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, à imigração polonesa para o Brasil, à fundação das colônias de Orleans, Murici e D. Pedro II, à vinda das Irmãs Franciscanas para o Brasil, a educação e a instrução nas colônias polonesas de Orleans, Murici e D. Pedro II (1906 - 1938). Para tanto, utilizaram-se vários autores, suas obras e estudos, que contribuíram para atender a proposta desta pesquisa.

No que se refere à vida e atividade de Francisco de Assis, a contribuição de Vauchez (2009), foi no sentido da abordagem histórica que o autor deu a esse franciscano. Le Goff (2003) é um estudioso da Idade Média, na qual nasceram as lições de Francisco de Assis. E por fim, as obras de Agamben (2014) e Thompson (2012) explicam o franciscanismo com base na vivência em comum e vida e regra. Para abordar a história de vida de Zygmunt Szczesny Felinski foram consideradas as obras de Ziejka (2009) e de Gogola (2009). As respectivas obras foram apresentadas na Conferência Científica, em Cracóvia, no ano de 2007, em comemoração ao aniversário de 150 anos da Congregação e publicados em livro no ano de 2009. Também é de suma importância a obra de Galazka (2010), a qual retrata a vida, a atividade religiosa e educacional e o processo de beatificação e canonização de Zygmunt Szczesny Felinski. A respeito da fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, foram utilizadas as obras de Fudali (2009), de Fracek (2009) e de Wolczanski (2009).

Para um aprofundamento do processo imigratório polonês para o Brasil e a formação das três colônias em evidência, obras de autores de relevância foram consultadas como Wachowicz

(1970, 1976, 1999), Marochi (2006), Turbanski (1978, 2005), Zwierewicz (2009) e Renk (2012). No tocante ao trabalho das Irmãs Franciscanas no Brasil, especificamente nas colônias polonesas de Orleans, Murici e D. Pedro II, a base foi a obra de Fudali (2009), a qual intitula-se ‘As Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria no Brasil’. O professor Wachowicz (1976) escreveu um livro especialmente sobre a Colônia Orleans. Nas duas obras de Turbanski (1978, 2005), há descrições sobre o trabalho da Irmãs na Colônia Murici. Sikora (2000), pesquisadora da Colônia D. Pedro II, descreveu o trabalho dos colonos poloneses e das Irmãs Franciscanas na localidade.

Quanto a pesquisa documental, Vieira (2013) explicou que:

O historiador, no trabalho com as fontes documentais, busca uma aproximação do real que lhe possibilite encontrar as respostas para suas dúvidas e questões. Isso não significa que as fontes o conduzam à verdade ou que os fatos tenham ocorrido da forma como mencionada nos documentos, porém, poderão conduzi-lo a uma interpretação em que se perceba coerência entre o que documento traz e o que a partir dele se constrói (VIEIRA, 2013, p. 68)

A pesquisa documental teve como objetivo a coleta de dados em documentos escritos ou não. Adotou-se a perspectiva de Severino (2016), o qual explicou que “tem-se como fonte de documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais” (SEVERINO, 2016, p. 131).

Quanto à análise do conteúdo dos documentos, foram seguidas as orientações de Bardin (2016). Primeiramente foi realizada uma pré-análise que consistiu na escolha dos documentos de acordo com os objetivos da pesquisa, na leitura para conhecer o conteúdo dos documentos e na organização de uma amostragem para identificar os elementos encontrados. O segundo passo foi a análise propriamente dita do conteúdo dos documentos de acordo com os critérios estabelecidos: conteúdo, data e local. O terceiro momento foi do tratamento dos resultados obtidos e interpretação a propósito dos objetivos e da problematização da pesquisa. Para caracterizar os objetos de estudo foram seguidos os princípios segundo Bardin (2016). Primeiro realizou-se um inventário do material em mãos, em seguida foram separados por categorias, excluindo aqueles que não estavam pertinentes aos objetivos desta pesquisa para, enfim, realizar a análise do conteúdo e interpretação (BARDIN, 2016). Uma análise criteriosa também é requisito para a pesquisa documental. Nesse sentido, Thompson (1998) explicou que: “ao examinar essas fontes, o historiador deve, em primeiro lugar, assegurar-se de que o documento é autêntico [...]” (THOMPSON, 1998, p. 138). Segundo o mesmo autor, é preciso analisar o documento com alguns questionamentos: “Como o documento passou a existir inicialmente?

Quem foi exatamente seu autor, ou seja, fora seu nome, que papel desempenhou na sociedade, que tipo de pessoa era ele? Qual seu objetivo ao escrevê-lo?” (THOMPSON, 1998, p.138-139).

A Província Menino Jesus de Curitiba possui em seu arquivo o livro *‘Kronika Zgromadzenia Siostry Franciszkanek Rodziny Marya⁴’,* no qual as religiosas faziam as anotações dos principais acontecimentos da localidade e que colaborou para compreender o trabalho das religiosas franciscanas desde a época inicial da Congregação no Brasil até 1938. Cada colônia possuía na época uma casa-escola. Essas instituições educacionais possuem documentos importantes, como livro com o histórico do estabelecimento, livros de chamada, atas de visitas e exames que possibilitam complementar o estudo. Segundo Vieira (2013), “As instituições escolares guardam documentos relevantes que dizem respeito a como se constituíam as relações sociais institucionais e como as políticas públicas educacionais foram implementadas” (VIEIRA, 2013, p. 75). As orientações de Severino (2016), Thompson (1998), Vieira (2013) e Bardin (2016) colaboraram para a realização da análise documental referente a essa pesquisa.

A iconografia está presente neste trabalho devido ao seu valor documental. O registro fotográfico tem um contexto histórico, econômico, político, social, religioso, entre outros. Uma fotografia é um documento original no qual se destacam elementos da época em que foi produzida. Segundo Kossoy (2001), “Toda fotografia representa em seu conteúdo uma interrupção do tempo, do real, a partir do instante em que foi registrada, permanecerá para sempre interrompido e isolado” (KOSSOY, 2001, p. 44). Mais adiante o autor expressa que “A partir do momento em que o processo se completa, a fotografia carregará em si aquele fragmento congelado da cena passada materializada iconograficamente” (KOSSOY, 2001, p. 44). Olhar uma fotografia e voltar ao passado e poder refletir sobre os elementos que deram origem àquele instante. Independente da cena registrada, a fotografia possuiu duplo sentido: ao mesmo tempo que mostra o passado congelado em determinado instante, também informa sobre o autor. Ainda, segundo o mesmo autor, “Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho” (KOSSOY, 2001, p. 50). A fotografia também colabora no tocante as lembranças. Muitas vezes, pessoas que participaram de um acontecimento no passado, podem recordar elementos que são invisíveis para outras, quando tem a sua frente uma fotografia. Elementos que são importantes tanto para a pesquisa documental, quanto para a História Oral. Para Le Goff (1990), “é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe precisão e uma verdade visual

⁴ Crônica da Congregação das Irmãs Franciscanas da Família de Maria - Tradução: Irmã Conceição Schumilo.

nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 1990, p. 402).

Além da pesquisa bibliográfica e documental, houve a contribuição da oralidade por meio de entrevistas. Para que o trabalho oral estivesse nos moldes científicos, os estudos realizados por Alberti (2004) e Thompson (2008), foram a fundamentação.

Para Thompson (2008), a História Oral é fonte de investigação e pesquisa. O autor explica que “A História Oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades” (THOMPSON, 2004, p.18-19). O autor continua a explicar que a História Oral “permite construir a história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e também seu imaginário” (THOMPSON, 2008, p. 19). Percebe-se, assim, a importância que tem o trabalho com a história oral em uma pesquisa. Conforme Alberti (2004),

O trabalho com a história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo, enfim. É essa visão de mundo que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados. Ela é individual, particular àquele depoente, mas constitui também elemento indispensável para a compreensão da história de seu grupo social, sua geração, seus pais e da humanidade como um todo, se considerarmos que há universais nas diferenças (ALBERTI, 2004, p. 24).

Para Alberti (2004), “A narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava (ou ocupa) no contexto histórico e cultural dado” (ALBERTI, 2004, p. 30). As entrevistas realizaram-se segundo os passos sugeridos por Alberti (2004):

1.roteiro da entrevista; 2-seleção dos entrevistados: escolha de pessoas cujos depoimentos seriam essenciais para a realização da pesquisa; 3.conversa preliminar: explicar os objetivos da pesquisa, marcar horário e local que sejam propícios para a realização da entrevista; 4.entrevista: antes de sua realização explicar os direitos do depoente, os deveres do pesquisador, o projeto da pesquisa, o Termo de Livre Consentimento, a contribuição do depoimento do entrevistado; 5.respeito pela fala do depoente, é preciso deixar claro a intenção de não modificar ou criticar as opiniões ou crenças dos depoentes (ALBERTI, 2004, p. 85,86 e 87).

No caso desse trabalho, os depoentes foram selecionados com base na contribuição que poderiam trazer ao referido estudo. Nesta perspectiva, foram entrevistadas vinte pessoas e divididas em dois grupos: pessoas da comunidade e religiosas. No Quadro 2 estão dispostos a quantidade de depoentes, a localidade e o grupo de pertencimento.

Quadro 2 - Número de entrevistados, local e grupo de pertencimento.

Província Menino Jesus/CTBA		Colônia Orleans		Colônia Murici		Colônia D. Pedro II	
Comunidade	Religiosas	Comunidade	Religiosas	Comunidade	Religiosas	Comunidade	Religiosas
Nenhum	4	3	2	3	3	4	1

Fonte: Quadro elaborado por Grybosi e Vieira (2017) de acordo com o número de entrevistados, o local e o grupo de pertencimento, 2017.

Para que as entrevistas tivessem resultado a contento, primeiramente foi apresentado aos depoentes uma lista com os nomes das religiosas e o local em que trabalharam entre 1906 e 1938 e fotos com imagens das colônias e das casas-escolas para facilitar a lembrança e, em seguida foram realizadas perguntas relacionadas ao período. Os nomes das religiosas foram conseguidos por meio de uma consulta ao Livro ‘*Kronika Zgromadzenia Siostry Franciszkanek Rodziny Marya*’ traduzido pela Ir. Conceição Schumilo (2017). De acordo com Thompson (1998), quando se realiza uma entrevista deve-se levar “diversos auxílios para a memória” (THOMPSON, 1998, p. 265) como recorte de jornais, uma fotografia, uma lista como nomes pertinentes ao objeto da pesquisa. E ainda “essas coisas podem também estimular o aparecimento de cartas antigas, diários, recortes, fotografias, que é algo que vale a pena estimular e que pode ser o mais valioso subproduto de uma entrevista” (THOMPSON, 1998, p. 265).

O próximo passo foi a realização da transcrição dos depoimentos. Para Alberti (2004) “na passagem da forma oral para a escrita, a transcrição constitui a primeira versão escrita do depoimento, base de trabalho para etapas posteriores. [...] Conferir a fidelidade da transcrição; conferir o está no papel e o que foi gravado” (ALBERTI, 2004, p. 184-185). De acordo com o combinado entre pesquisadora e depoentes foi fornecida uma cópia do texto transcrito para análise, correção quando necessário e posterior aprovação. Ainda, segundo Alberti (2004), “nessa oportunidade o entrevistado tem a possibilidade de rever o que falou, fazer novas considerações, ampliar outras e, se achar conveniente, alterar algumas passagens” (ALBERTI, 2004, p. 228).

A consulta aos documentos e à história oral propiciaram material enriquecedor para a pesquisa, tanto os que já estavam previstos como os ‘achados’ que surpreenderam ao longo do trabalho.

A abordagem utilizada foi da História Cultural. Para Chartier (2002), “a História Cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 16-17). Essa abordagem diz respeito “às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de

percepção e de representação do real” (CHARTIER, 2002, p. 17). Os conceitos de Chartier (2002), em especial as noções de representação, prática e apropriação fundamentaram o trabalho dessa pesquisa. A noção de representação foi utilizada para compreender a funcionalidade da sociedade e as configurações sociais, políticas, econômicas e educacionais construídas pela comunidade, próprias de um tempo e de um espaço nas colônias polonesas. Já a noção de prática foi a fundamentação para compreender a identidade social e a existência do grupo como tal. A noção de apropriação, por sua vez, norteou o estudo de compreensão do indivíduo e do mundo e as modalidades de ser e agir no tocante ao trabalho das Irmãs Franciscanas nas três comunidades polonesas (CHARTIER, 2002).

A definição de cultura utilizada na proposta de pesquisa foi segundo Geertz (2008): “O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise: portanto, não como uma ciência experimental, em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 2008, p. 4). A cultura não é um poder, segundo o mesmo autor, ela é “algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível - isto é, descritos com densidades” (GEERTZ, 2008, p. 10). A tarefa do pesquisador, segundo essa perspectiva, é construir um sistema de análise que colaborem para responder o que pertence a elas e porque que são o que são, ou seja, os determinantes do comportamento. É também olhar “as dimensões simbólicas da ação social - arte, religião, ideologia, lei, moralidade, senso comum - não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas” (GEERTZ, 2008, p. 21). O autor concluiu que a cultura é então estudada dentro de um contexto, descrita com densidade e expondo a normalidade sem reduzir as particularidades.

Tendo em vista que as religiosas da Congregação da Família de Maria trabalharam nas casas-escolas existentes no recorte espacial desta pesquisa, se fez necessário uma definição de cultura escolar. Segundo Viñao Frago (1995),

a cultura escolar é toda a vida escolar: atos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e fazer. O que acontece é que nesse conjunto há alguns aspectos que são mais relevantes que outros, no sentido de que são elementos organizadores que a conformam e a definem (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 69).

A cultura escolar vai se constituindo ao longo do tempo com códigos e símbolos próprios em decorrência do modo como as pessoas vão se afirmando durante o processo de

ocupação (SOUZA, 2014). Cada uma das casas-escolas construídas nas colônias em estudo teve uma cultura escolar própria, construída de acordo com a intencionalidade de cada grupo.

O estudo do cotidiano nas três colônias polonesas fez parte da pesquisa. Para tanto, buscou-se na obra de Certeau (2013), a fundamentação para esse tema.

“O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio caminho de nós mesmos, quase retraída, às vezes velada. [...] É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória de lugares de infância, memória dos prazeres. [...]” (CERTEAU, 2013, p. 31)

Certeau (2013) complementa a análise do cotidiano explicando que os sujeitos possuem uma vida pública e outra privada que não existem separadamente, é uma relação entre o ir e vir. Dentro desse contexto, cada indivíduo pode fazer escolhas no seu cotidiano que vão desde o arcaico ao moderno, a comodidade ou não, os valores, os gestos, as palavras, entre outros. O mesmo autor explicou que “a vida cotidiana se articula segundo dois aspectos: os comportamentos [...] e os benefícios simbólicos [...]” (Certeau, 2013, p. 38). Os comportamentos se referem ao modo de andar, ao vestuário, ao modo de valorizar o espaço, e os benefícios simbólicos referem-se ao capital simbólico que o sujeito vai acumulando durante a sua convivência no espaço social e dele poderá usufruir quando achar conveniente.

Para o estudo da memória, o sociólogo Halbwachs (2006) foi o referencial teórico. O autor foi observador da vida social, concreta e cotidiana. Escreveu sobre vários assuntos como a nobreza, as propriedades, as relações entre as gerações, a linguagem e as relações humanas. O autor afirmou que a memória é construída em grupo, mas é também individual, pois o indivíduo se apropria dela conforme o tempo, o espaço e o ambiente em que está inserido. A memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva que varia conforme o lugar que o sujeito ocupa ou os meios com os quais se relaciona. Ela é construída em grupo e o sujeito se apropria dela conforme a sua vivência. A memória individual recebe influências sociais. Por outro lado, a memória coletiva pode ser considerada como história vivida. Para o autor, é possível lembrar-se de acontecimentos da infância (memória pessoal) e acontecimentos fora do círculo da família, amigos (memória histórica) ao mesmo tempo. É na história vivida que se apoia a memória. As lembranças coletivas aplicam-se sobre as individuais, mas é preciso que as individuais existam primeiro (HALBWACHS, 2006). A afirmação de Le Goff (1990) complementa a de Halbwachs (2006), “São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral

ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória” (LE GOFF, 1990, p. 410).

A escola é um lugar no qual as memórias pessoais e coletivas dos professores e alunos se manifestam. Nesse sentido, Vieira (2013) afirmou que “as narrativas dos sujeitos que fazem parte da história estudada enriquecem o processo investigativo, possibilitando compreender o passado e o presente em suas políticas, ideologias e práticas” (VIEIRA, 2013, p. 72). No que diz respeito à educação e à instrução nas colônias polonesas de Orleans, Murici e D. Pedro II (1906 - 1938), foram utilizadas as obras de Fausto (1999), Kreutz (2000), Renk (2014), Sikora (2013) e Wachowicz (2002).

A estrutura desta pesquisa apresenta-se em três capítulos. O capítulo I trata da história de Francisco de Assis, de Zygmunt Szczesny Felinski e da fundação da Congregação Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria. No capítulo II apresenta-se o contexto histórico que trouxe os poloneses ao Brasil, a formação das três colônias: Orleans, Murici e D. Pedro II, a vinda das religiosas para elas, a instrução e a educação nas colônias polonesas de Orleans, Murici e D. Pedro II (1906 - 1938). No capítulo III, procurou-se articular o ‘educare et construre’ com ao trabalho das religiosas e o cotidiano dos moradores das três colônias estudadas entre 1906 e 1938.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa de acordo com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), nº 71342017.0.0000.0100.

1. FRANCISCO DE ASSIS, ZYGMUNT SZCZESNY FELINSKI E A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA

Francisco de Assis é um dos santos mais populares do catolicismo. Para Vauchez (2009) Francisco não é o único cristão e nem o mais perfeito que a história conheceu, mas “nunca deixou, desde o século XIII, de exercer um fascínio sobre os espíritos, sendo uma figura a quem os indivíduos e a sociedade se reportam ainda hoje” (VAUCHEZ, 2009, p. 413). Thompson (2012) fez referência aos seguidores de Francisco: “os seus irmãos franciscanos espalharam a devoção para onde quer que fossem, e em pouco tempo eclipsou todos os outros santos de sua época em popularidade. E assim permanece, talvez cada vez mais, até os dias de hoje” (THOMPSON, 2012, p. 256). A história de vida de Francisco de Assis e a expansão do franciscanismo atingiu todos os continentes. No entanto, foi na Polônia, especificamente em *Wojutym* em 1822, que nasceu aquele que se ligaria ao espírito franciscano e se tornaria santo também: Zygmunt Szczesny Felinski.

A vida e atividade de Zygmunt Szczesny Felinski situa-se entre os anos de 1822 e 1895. Durante toda a sua vida manifestou preocupação no sentido de que ele próprio e a sociedade de um modo geral deveriam ter acesso ao conhecimento e à educação. Preocupava-se também com o sofrimento físico e moral do povo polonês durante o domínio russo, austríaco e prussiano na República da Polônia. Em 1855, tornou-se professor universitário de Matemática e Latim nas escolas dominicanas e nesse mesmo ano foi ordenado sacerdote e, dois anos depois, fundou a Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria em Petersburgo, então capital do Império Russo. Trabalhou como professor, sacerdote e pai espiritual em Petersburgo. Para esse sacerdote, servir a Deus era olhar para as crianças pobres, negligenciadas ou abandonadas e ajudar os doentes e idosos a ter uma vida melhor (FUDALI, 2009).

De acordo com Gogola (2009), Zygmunt Szczesny Felinski nunca perdeu a esperança de que um dia a Polônia se tornasse independente⁵. Assim, “sua vida e atividade, desde a mocidade, caracterizaram-se pela postura do patriotismo, misericórdia e anseio pelo renascimento da nação polonesa. Era a base e a inspiração para o seu trabalho pastoral, patriótico e caritativo, tanto na vida estudantil como na sacerdotal” (GOGOLA, 2009, p. 72).

Para Gogola (2009), Zygmunt Szczesny Felinski

⁵ A Polônia havia deixado de existir enquanto país independente e encontrava-se sob o domínio compartilhado entre os impérios da Áustria, Prússia e Rússia desde os tratados de ocupação de 1772, 1793 e 1795 realizado entre as três nações e, assim, permaneceu até o dia 11 de novembro de 1918. Entre 1772 e 1918, o povo polonês lutou para livrar-se do domínio invasor (JADWISZCZAK, 2009).

como homem dotado de uma notável inteligência, culto e de grande capacidade empreendedora para o trabalho, percebia as necessidades conforme o lugar e o tempo, dispunha de uma lógica de pensamento e assim, era capaz de tirar conclusões certas. Isto lhe facilitara formar uma inabalável força de vontade e progresso moral. Numa das cartas escreveu: o nosso esforço deve ser contínuo, embora lento, para progredir no bem [...], formação de uma firme vontade, é a primeira condição de progresso (GOGOLA, 2009, p. 79-80).

Zygmunt Szczesny Felinski entrou para a Ordem III de São Francisco de Assis como Irmão Antônio, em Varsóvia, na Capela das Irmãs Felicianas. Foi recebido pelo Frei Procópio Leszczynski. Segundo Szczepaniak (2009), a “espiritualidade franciscana irradiava cotidianamente no seu ambiente” (SZCZEPANIAK, 2009, p. 30). Foi um fiel seguidor de Francisco de Assis, viveu no espírito franciscano (OLIVEIRA, 2005).

Quanto ao trabalho das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, esteve relacionado com a instrução, as crianças, os idosos e os doentes. Suas atividades estenderam-se para a Polônia e outros países europeus e, em virtude da imigração polonesa para o Brasil, a fim de levar as obras de evangelização a todos os lugares do mundo e, a convite dos padres poloneses que já haviam se instalado no longínquo país, as Religiosas Franciscanas encaminham-se para essa nova missão: dar atenção ao imigrante polonês no Brasil. O trabalho tem início em 1906 e segue até o momento da realização desta pesquisa - 2018 - em instituições educacionais, hospitais e asilos.

Segundo Fracek (2009),

a finalidade da Família de Maria, traçada, embora iniciada e engajada pelo Fundador em uma realidade de características históricas, continua atual e realizada com plenitude pelas irmãs que, vivendo em espírito de Família de Maria, esforçam-se por desempenhar a missão que lhes foi confiada no espírito apostólico, de acordo com as necessidades do tempo e as exigências da Igreja (FRACEK, 2009, p. 149).

O espírito franciscano nunca deixou de existir na vida e no trabalho das religiosas da Congregação. Francisco de Assis e Zygmunt Szczesny Felinski deixaram exemplos de vida e de trabalho para com o próximo a serem seguidos pelas Religiosas Franciscanas da Sagrada Família de Maria. Viveram e realizaram o trabalho com base na simplicidade e na preocupação com a instrução do próximo, sejam crianças ou adultos, indiferentes a etnia, a religião ou posição social das pessoas que as procuravam para pedir auxílio. Além disso, trabalhavam com outras atividades para conquistar uma base financeira independente que garantisse a sobrevivência e aquisição de bens simples, mas necessários como, por exemplo, tecidos para confeccionar as alfaias.

1.1 A IGREJA CATÓLICA, A ITÁLIA E ASSIS NOS SÉCULOS XII E XIII

Durante os dois mil anos de existência da Igreja, foram realizados 21 Concílios Gerais⁶. Pode-se acrescentar ainda, o Concílio de Jerusalém, escrito no Ato dos Apóstolos (At 15, 1-40). Os Concílios recebiam o nome de acordo com a cidade na qual eram realizados. Para melhor entendê-los foram divididos em quatro grupos: Concílios do Primeiro Milênio⁷, Concílios Medievais⁸, Concílios da Reforma⁹ e Concílios da Idade Moderna¹⁰. No contexto desta pesquisa, dar-se-á destaque para o Concílio de Jerusalém (por ser considerado o primeiro) e para os Concílios Medievais (por terem acontecido no período em que Francisco de Assis viveu e durante a propagação do franciscanismo).

A data aproximada que marca a realização do Concílio de Jerusalém é o ano 49 da era cristã e está descrito no Ato dos Apóstolos 15, 6-41. Os apóstolos e os presbíteros se reuniram para colocar em pauta a seguinte questão: Os cristãos, ao se converterem ao cristianismo, teriam que adotar práticas antigas da Lei Mosaica como ser circuncidado para ser salvo? Paulo e Barnabé concordaram em continuar com a prática, ao contrário de Pedro e Tiago, que optaram pela liberdade desse ritual. Segundo o Ato dos Apóstolos 15, 19, disse Tiago: “Pelo que julgo eu, não devemos perturbar aqueles que, dentre os gentios, se converteram a Deus” (FIGUEREDO, 1962, p.1030). Com essas palavras Tiago estava colocando em questão qual era realmente a missão dos apóstolos. O Concílio decidiu não exigir mais essa prática dos gentios batizados. Essa reunião marcou definitivamente o desligamento do cristianismo com o judaísmo. Segundo a Lei Mosaica, era preciso que todo menino fosse circuncidado no seu oitavo dia de nascimento para ser salvo. O batismo vem substituir essa prática, a qual passou a ser uma circuncidação de coração, ou seja, viver a vida na fé, um acordo entre a pessoa e Deus.

Os Concílios Medievais¹¹ foram dedicados à organização da Igreja e ao poder dos papas, os quais coordenaram os trabalhos com autoridade. Foi dado mais valor para a base legalista

⁶ Um Concílio consiste em uma reunião de representantes da Igreja junto com o Papa (mas nem sempre) para discutir e tomar decisões referentes aos assuntos dogmáticos e pastorais. Desde a sua existência, a Igreja Católica já realizou 21 Concílios (BELLITO, 2010).

⁷ Niceia I (325), Constantinopla I (381), Éfeso (431), Calcedônia (451), Constantinopla II (553), Constantinopla III (680-681), Niceia II (787) e Constantinopla IV (869-870) (BELLITO, 2010).

⁸ Latrão I (1123), Latrão II (1139), Latrão III (1179), Latrão IV (1215), Lyon I (1245), Lyon II (1274) e Vienne (1311) (BELLITO, 2010).

⁹ Constança (1414-1418), Basileia-Florença-Roma (1431-1445), Latrão V (1512), Trento (1545-1548/1551-1552/1562-1563) (BELLITO, 2010).

¹⁰ Vaticano I (1869-1870) e Vaticano II (1962-1965) (BELLITO, 2010).

¹¹ Latrão I - São João de Latrão era a residência do Papa em Roma. O Papa Calixto II impôs um estilo formal ao encontro. Os assuntos discutidos foram a nomeação de cargos eclesiásticos por leigos e as Cruzadas à Terra Santa. Latrão II - Foi convocado por Inocêncio II. Reforçou a autoridade papal sobre a vida da Igreja em todos os lugares. A readmissão e o castigo aos heréticos e como deveriam ser tratados infiéis foram assuntos que entraram em pauta.

do que para a teológica (BELLITO, 2010). Todavia, a realização desses concílios não desvinculou a ligação da Igreja com o mundo feudal. No século XIII, a Igreja continuou presa aos velhos e novos encargos: não acompanhou as mudanças econômicas e urbanas, e por outro lado evoluiu na organização das estruturas de novas ordens (LE GOFF, 2013).

Entre 1170 e 1196, muitas pessoas consagraram suas vidas à piedade, às boas obras, à leitura da Bíblia, à mendicância e à oração. A princípio esse movimento foi reprovado pela Igreja, pois tirava o monopólio da pregação dos clérigos. Em 1196, Inocêncio III desistiu de lutar contra o movimento e agrupou essas pessoas em três ordens: duas ordens de autênticos religiosos obedientes a uma regra¹² e a terceira ordem voltada para a prática artesanal, a qual buscava o que dar aos pobres (LE GOFF, 2013).

Nos séculos XII e XIII, a Igreja Católica era globalmente rica e poderosa por meio dos bens conseguidos com a cobrança de impostos e indulgências. Os clérigos exaltavam a pobreza como forma de atingir a perfeição cristã. Muitas vezes a busca pela vida religiosa parecia ser a melhor opção de vida, principalmente para os mais humildes. Segundo Vauchez (2009), nesse contexto, “todos saídos do mundo senhorial, cujas ideias e interesses partilhavam, que restava aos bispos e abades senão aconselhar os ricos a mostrarem-se generosos e os indigentes a aceitarem o infortúnio com paciência?” (VAUCHEZ, 2009, p. 64).

Na Alta Idade Média, a massa da sociedade passava por um momento de passividade cultural a qual permitia à Igreja agir de forma a amedrontar as pessoas com o uso do latim, simbolismo idealista e o irrealismo da arte romana (LE GOFF, 2013).

No século XIII, uma das regiões da Europa Ocidental encontra-se envolvida neste contexto religioso, econômico e político: a Itália. Le Goff (2013) fez a seguinte descrição do local: “dilacerada entre o papa e o imperador, cidades voltadas umas contra as outras, nobreza e povo, tradições rurais e progresso de uma economia cada vez mais invadida pelo dinheiro, e que também ligavam à sua época” (LE GOFF, 2013, p. 44).

Latrão III - Reuniu representantes de quase todos os lugares da Europa e delegados orientais. Discutiui-se sobre as regras para eleição papal, a condenação dos heréticos, abolição de penitências para quem ajudasse nas Cruzadas e a unidade da Igreja. Latrão IV - Discussão sobre pena aos heréticos, como investigar heresias, convocação de mais uma Cruzada à Terra Santa. Foi dado importância para a palavra transubstanciação para referir-se ao dever de comungar uma vez ao ano. Lyon I - Convocado por Inocêncio IV. Preocupação com o financiamento das Cruzadas e indulgências aos ricos que doassem dinheiro para as incursões da Igreja no oriente. Lyon II - Convocado por Gregório X. Principal assunto foi a definição do conclave para eleição do Papa. Vienne - Convocado por Clemente V. Assuntos: heresias, Ordem dos Templários, ensino de idiomas clássicos (BELLITO, 2010).

¹² De acordo com Fracek (2009), Regra significa o conjunto de normas que os religiosos(as) tem que obedecer quando se inserem em uma Congregação ou Ordem. São escritas pelo fundador(a). A Regra pode ser também escrita com orientação ou na expressão do fundador. Para Agambem (2014), “o texto da regra é, pois, um texto em que não só escritura e leitura tendem a confundir-se, mas em que também escritura e vida, ser e viver se tornam propriamente indiscerníveis na forma de uma liturgização integral de vida e de vivificação igualmente integral de liturgia” (AGAMBEM, 2014, p. 90).

É na Itália que se localizava a cidade de Assis. Um aglomerado pequeno de pessoas situado na Úmbria entre a planície do Espoleto e da Perúsia. A pequena cidade medieval desenvolveu-se a partir de um município romano em ruínas. Não se tem fatos precisos quanto ao histórico de Assis durante a Alta Idade Média, “mas parece que a cidade terá começado a renascer e a desenvolver-se a partir do século X, sob a influência [...] do bispo que aí residia, dos cónegos do capítulo catedralício e de alguns mosteiros beneditinos situados na cidade” (VAUCHEZ, 2009, p. 26).

Le Goff (2013), assim descreveu Assis:

Assis, à beira das estradas, em contato com a planície e a montanha, ao alcance do homem e perto da solidão; a sua Úmbria propícia às caminhadas por montes e vales, cheia de silêncio e de ruído, de luz e de sombra, agrícola e mercante, fervilhante de um povo simples e profundo, tranquilo e apaixonado, ardente por dentro, mas às vezes soltando bruscas fagulhas, afinado com as árvores, a terra, os rochedos, os riachos sinuosos, rodeado por um mundo de animais nobres e familiares [...] (LE GOFF, 2013, p. 44).

Assis era uma das cidades medievais da Europa ocidental. Era barulhenta, com ruas estreitas, cheia de comerciantes, vendedores de tecidos, ferreiros, sapateiros, açougueiros e outros profissionais. Muitos animais ficavam soltos nas ruas como, galinhas, porcos e cães. As doenças eram constantes devido à falta de saneamento básico, higiene pessoal e das moradias. É nesse cenário que começa a história de vida e santidade de Francisco de Assis.

1.1.1 FRANCISCO DE ASSIS OU FRANCESCO BERNARDONE

Foi na cidade de Assis que nasceu Francisco de Assis ou Francesco Bernardone, no final de 1181 ou começo de 1182 (VAUCHEZ, 2009). Segundo Thompson (2012), “Francisco - Francesco, em italiano -, pode ter recebido o nome batismal de Giovanni, ou seja, João, tal como defendem alguns biógrafos do santo” (THOMPSON, 2012, p. 26). Quando Francisco nasceu, Assis era uma cidade pequena e não ficou imune aos conflitos políticos e econômicos do século XII. Havia divergências entre as camadas rurais e urbanas, chegando até a formar facções. A família de Francisco dispunha de uma casa localizada na *Via San Paolo*, movimentado distrito comercial onde possuíam uma loja de tecidos. O pai de Francisco chamava-se Pietro di Bernardone e sua mãe, Pica. A família de Francisco era abastada, mas tinha noção de que não poderiam comparar-se às famílias nobres da cidade (THOMPSON, 2012).

Francisco comportava-se como outros jovens aristocratas da época dado às mais variadas diversões. O próprio Francisco referia-se a sua vida antes de converter-se como uma vida em pecados. Desde a adolescência Francisco “não tinha moderação na maneira de vestir, e que, ao vê-lo, dir-se-ia antes um filho de príncipe e nunca de comerciante” (VAUCHEZ, 2009, p. 40-41). A formação do jovem Francisco contou com um conhecimento rudimentar de latim, aprendeu francês, talvez nas viagens de negócios que fez com seu pai, aprendeu noções de contabilidade, mas na prática, não na escola (THOMPSON, 2012).

A intenção de Francisco nunca foi ser comerciante como seu pai, mas sim viver como cavaleiro e nobre, certamente influenciado pelas canções, romances e exaltações aos cavaleiros franceses. Os ideais da cavalaria como magnanimidade e liberdade sempre influenciaram Francisco. Era cortês e distanciava-se do comportamento brutal. Desejava chegar à glória por grandes feitos (VAUCHEZ, 2009).

Para Le Goff (2013)

O regime feudal tinha-se monarquizado e a cultura preponderante tinha sofrido a influência das classes leigas dominantes, aristocracia e cavalaria, cujo sistema de valores de educação se impunha à nova sociedade, até mesmo à sociedade urbana das comunas italianas. O próprio Francisco de Assis sofrerá a influência dessa cultura de cavalaria e sua devoção à pobreza terá ares cortesões (LE GOFF, 2013, p. 34).

A primeira atividade militar de Francisco aconteceu quando ele, com vinte e dois anos de idade, foi servir na tropa montada da milícia comunal ao lado de outros jovens de Assis. Nesse período Francisco contraiu uma doença que durou cerca de dezoito meses, desde os finais de 1203 até o início de 1205 (THOMPSON, 2012). Em 1205, Francisco decidiu juntar-se à cavalaria sob o comando de Gualter de Brienne, na Apúlia, o qual estava recrutando soldados em nome do Papa Inocêncio III para libertar o sul da Itália de domínios indesejáveis. De acordo com os textos hagiográficos referentes a Francisco de Assis, é durante esse período que o jovem recebeu visões e tem sonhos estranhos que vão dar início ao processo de sua conversão entre os anos de 1205 e 1208 (VAUCHEZ, 2009).

Os amigos de Francisco perceberam mudanças no comportamento dele após a volta do serviço militar. Havia perdido o interesse nas atividades festivas de anos anteriores, não ajudava mais o pai com o trabalho na loja e estava cada vez mais “dentro de si próprio” (THOMPSON, 2012, p. 35). Na tentativa de buscar alívio espiritual para suas aflições, Francisco fez uma peregrinação até Roma para rezar no túmulo de São Pedro e, quando regressou a Assis, pediu conselhos ao Bispo local. O número de vezes que fazia orações aumentou, pois assim, encontrava alívio para seus questionamentos e aflições.

As discussões entre Francisco de Assis e o pai foram constantes. O pai não estava satisfeito com o modo de vida escolhido pelo filho, tinha esperança que o rapaz voltasse à vida de antes e ascendesse a classe superior (VAUCHEZ, 2009). Depois de muitas divergências com o pai, Francisco renunciou aos bens da família e decidiu seguir somente a Deus. Era inverno de 1206 quando Francisco decidiu trilhar o seu caminho longe da família e da cidade natal (THOMPSON, 2012).

Conforme Gohl (2015),

logo após esse período de reflexão e questionamento, optou pela pobreza como forma de vida, renunciou aos bens materiais, privou-se do conforto proporcionado pela condição econômica da família. Libertou-se dos conceitos recebidos durante sua educação, rompendo seus preconceitos, escolhendo doar-se e viver na humildade e seguindo a palavra de Deus (GOHL, 2015, p.35)

Francisco queria uma vida de atividade e doação, longe do poder e da riqueza, uma vida com base na pobreza, na simplicidade e na humildade.

1.1.2 O FRADE FRANCISCO DE ASSIS E SEUS SEGUIDORES

A partir de 1206, Francisco de Assis passou a cuidar dos leprosos, a rezar e a reformar a Igreja de São Damião. Deixou de usar as roupas finas, passou a ser uma figura simples com uma vida solitária e penitente por dois anos (THOMPSON, 2012). A mudança realmente chegou em 1209, quando Bernardo de Quintaville e Pietro Cattani procuraram Francisco com a intenção de juntar-se a ele. Foram os primeiros companheiros de Francisco (LE GOFF, 2013).

Foi ao sul da cidade de Assis, em *Rivo Torto*, que Francisco e seus dois companheiros instalaram-se no começo da vida religiosa (VAUCHEZ, 2009). Segundo Thompson (2012), mais homens juntaram-se ao grupo no final de 1209, fato que levou Francisco a procurar por um lugar que abrigasse o grupo todo. Em 1210 instalaram-se ao pé da '*Chiesa di Santa Maria degli Angeli*'¹³. De acordo com os estudos de Le Goff (2013), é no ano de 1210 que “Francisco vai a Roma com os seus doze primeiros discípulos e obtém do Papa Inocêncio III a aprovação verbal para a primeira Regra dos Frades Menores” (LE GOFF, 2013, p. 16). Thompson (2012) explica que quando Francisco e seus seguidores foram a Roma, formavam um grupo de penitentes livres, laicos e sem estatuto oficial. É nesta visita a Roma que receberam autorização para pregar, tornando-se clérigos.

¹³ Igreja Santa Maria dos Anjos.

Francisco e seus irmãos não possuíam um nome próprio para designar o modo de vida religiosa que estavam levando. Num primeiro momento apelidaram-se de Pobres Menores. Não se sabe ao certo quando receberam o nome de Irmãos Menores. Provavelmente o termo seja referente “ao estado de espírito dos desprovidos de poder e de influência, em razão não apenas da sua pobreza, mas da falta de cultura, de alguma enfermidade ou de sua própria marginalização” (VAUCHEZ, 2009, p. 97). Segundo Agambem (2014), “irmãos menores [...] não tem que ver com questões teológicas ou dogmáticas, artigos de fé ou problemas de interpretação das Escrituras, mas com a vida e o modo de viver, [...] com um novo gênero de vida que eles (os franciscanos) denominavam vida apostólica” (AGAMBEM, 2014, p. 98).

Em 1217, Francisco partiu para a França. Entretanto, antes de chegar ao destino, encontrou o Cardeal Hugolino em Florença, o qual ordenou a Francisco que regressasse para Assis e cumprisse a responsabilidade que tinha em liderar o movimento que estava crescendo. O Cardeal prometeu, que desse dia em diante, seria o conselheiro canônico e defensor deles na Cúria. Certamente, a presença solene do Cardeal modificaria o estatuto de Francisco e também viria a ser uma marca de autoridade (THOMPSON, 2012).

No ano de 1220 Francisco estava no Oriente, quando ficou sabendo dos conflitos que estavam acontecendo dentro da Ordem na Itália. De acordo com Le Goff (2013), Francisco se deu conta que o número de companheiros havia aumentado e que ele não podia ter o domínio da situação se não tivesse apoio da Cúria. A Fraternidade estava dividida em dois grupos: um queria uma vida mais extravagante e outro queria uma vida com rigorosidade, afastada das belas igrejas e livros. Nesse mesmo ano entrega a direção da Ordem a Pietro Cattani. Em 1221, Francisco de Assis redige uma regra, que não foi aprovada nem pela Ordem e nem pela Cúria Pontifícia (LE GOFF, 2013).

A Regra de 1221¹⁴ escrita por Francisco teve repercussões negativas vindas do interior da Ordem ou do papado. Havia numerosas e longas citações bíblicas fazendo-a ser considerada de difícil aplicabilidade. Francisco teve que reescrever outra regra colocando o texto em uma linha regulamentar com ajuda dos irmãos Leão e Bonício. Esse novo escrito ficou conhecido como Regra de 1223. O documento sofreu modificações em sua escrita por parte dos ministros, de modo que sua versão final possui expressões jurídicas em latim que não faziam parte do vocabulário de Francisco. Foi promulgada em 29 de novembro de 1223 pela *Bula Solet*

¹⁴ É a Regra não bulada, segundo Agambem (2014), “pode referir-se às coisas [...] que foram escritas nesta vida, precisamente, porque, nesse caso, foi escrita uma vida e não uma regra, uma forma de viver e não um código de normas e preceitos, o próprio texto pode ser definido como vida” (AGAMBEM, 2014, p. 105).

*Annuere*¹⁵. Foi dirigida ao Frei Francisco e aos outros irmãos da Ordem dos Irmãos Menores, como passaram a ser designados desde então (VAUCHEZ, 2009). Para Vauchez (2009), a “Regra de 1223 mantém o essencial da mensagem de Francisco de Assis, mas sem a radicalidade evangélica do documento base de 1221” (VAUCHEZ, 2009, p. 166).

A Regra de 1223 é a que vigora até os dias de hoje entre os Frades Menores. No texto da Regra há a confirmação de três votos: obediência, pobreza e castidade. Na sequência estão descritas as condições para entrar na Ordem, a entrega dos bens pessoais aos pobres e a descrição do hábito. Também estão citadas as regras de obediência hierárquica dentro da Ordem, a permissão para receber dinheiro como intuito de cuidar dos pobres e dos doentes e vestir os frades de acordo com as necessidades dos lugares, as regiões e a temperatura. O trabalho e a mendicância continuam, mas já não são tão radicais como na regra anterior, de 1221 (LE GOFF, 2013).

Entre os anos de 1223 e 1224 “a indisposição de Francisco de Assis continuou a crescer e parece ter-se tornado para ele um sofrimento lancinante quando agravada com problemas de saúde” (VAUCHEZ, 2009, p. 170). Entristecia-se ao perceber que a obra que criou sofria mudanças sobremaneira na eficácia apostólica passando a ser uma Ordem Religiosa disposta a anular os princípios de vida primitiva que a muitos olhos já pareciam inúteis e embaraçosos. Atrelado a sua tristeza, estavam os problemas nos olhos e no estômago, fortes dores de cabeça que se agravavam a cada dia, sofria também com a hidropisia (no caso de Francisco de Assis, acúmulo de líquido nos tornozelos, inchaço) (VAUCHEZ, 2009).

Em 1223 Francisco deixou o eremitério perto de *Rieti* e seguiu até *Greccio* onde desejava passar o Natal. Antes da celebração da Natividade, Francisco pediu ao senhor João de Greccio que preparasse uma manjedoura com feno, uma vaca e um burro para ficarem ao pé do altar. Pediu também uma imagem do Menino Jesus. Na noite de Natal os habitantes da região se reuniram no local preparado para rezar e contemplar a cena (THOMPSON, 2012). Essa paraliturgia folclórica do presépio “havia de conhecer em seguida uma larga difusão por influência dos Irmãos Menores e ainda hoje ocupa um lugar importante na vida religiosa do mundo cristão” (VAUCHEZ, 2009, p. 318).

De acordo com Thompson (2012), após três meses da aprovação da Regra de 1223,

¹⁵ Documento que foi enviado a Francisco de Assis e aos Irmãos da Ordem dos Frades Menores com aprovação da Regra de 1223. O termo se refere a um documento pontifício, é lacrado na parte externa com uma pequena bola (em latim, “*bullata*”) de cera ou metal, em geral, chumbo. Foi assinado em Latrão, 29 de novembro de 1223 (BULA PONTIFÍCIA, 2017).

especificamente em 18 de março de 1224, um grupo de frades¹⁶ tornaram-se padres¹⁷, os primeiros a serem ordenados. No entanto, para Francisco significava que para serem ordenados tinham que ser formados. O estudo mudaria à forma de vida que foi herdada de Francisco, pois enquanto jovem lia muito, especialmente romances de cavalaria, e quando abandonou a vida profana, nunca foi homem de outros livros além da Bíblia e das Liturgias em sua vida religiosa.

A Igreja acolheu Francisco e seus irmãos, mas sem compreender totalmente a sua mensagem. Diante das divergências ocorridas entre Francisco e a Igreja, e até mesmo membros da Ordem, o Frade se afastou na tentativa de resgatar os princípios originais de seu movimento (VAUCHEZ, 2009). Francisco escreveu o Testamento Espiritual¹⁸ entre 1225 e 1226. Sua intenção era complementar a Regra de 1223 buscando a reintegração de princípios e descrições que estavam presentes na Regra de 1221 e que foram retirados ou suavizados. O papa Gregório IX anulou essas intenções de Francisco em 1230 (LE GOFF, 2013).

Para Le Goff (2013) “Francisco busca a alternância entre a ação urbana e o retiro eremítico, a grande respiração entre o apostolado no meio dos homens e a regeneração na e pela solidão. A essa sociedade que se imobiliza, que se instala, ele propõe a estrada, a peregrinação” (LE GOFF, 2013, p. 37). Outro fato que chama a atenção em relação a Francisco de Assis é a questão da mendicância. Thompson (2012) fez referência a esse assunto: “o facto de preferir o trabalho manual em vez de se sustentar com esmolas sugere que a mendicidade não era a principal fonte de sustento dos irmãos no período inicial” (THOMPSON, 2012, p. 75-76).

Francisco de Assis não tinha um programa específico para as mulheres, mas certamente contribuiu para que mais mulheres participassem do cristianismo, pois considerava-as como aquelas que alimentam, educam e governam as famílias; por vezes o frade sentiu-se como uma mãe para seus irmãos. Comparava a relação entre mães e filhos com a vocação dos cristãos que era gerar Deus entre os homens. Nesse sentido, as mulheres passaram a ser mais respeitadas dentro de um contexto medieval e patriarcal (VAUCHEZ, 2009).

Conforme Le Goff (2013), o mundo que Francisco de Assis viveu era um mundo no qual as mulheres e as crianças eram vistas com indiferença. No entanto, ele manifesta uma

¹⁶ Um católico consagrado, que pertence à Ordem religiosa franciscana. O termo Frade vem da palavra latina “Frater”, que significa “Irmão”. Frater é membro de uma Congregação ou Ordem religiosa, que vive uma regra de vida. Além dos membros da Ordem franciscana, há Congregações em que os membros usam essa palavra latina para se dirigir aos companheiros (FRANCISCANOS, 2017).

¹⁷ Na Igreja Católica, é um homem que recebeu o sacramento da Ordem Sacerdotal e que, em virtude de tal sacramento, pode celebrar o sacrifício da Missa e realizar outras tarefas próprias do ministério pastoral. Pode pertencer a uma ordem ou família religiosa, ou a uma diocese (FRANCISCANOS, 2017).

¹⁸ Conjunto de reflexões escritas geralmente por um(a) religioso(a) durante a sua vida (UNIVERSO CATÓLICO, 2017).

ligação fraterna com Santa Clara e com outras mulheres e crianças que necessitavam de sua ajuda. É também um mundo marcado pela legislação de concílios, decretos, direitos canônicos, exclusão de judeus, leprosos, hereges, homossexuais, no qual Francisco afirma a existência da presença divina em todas as criaturas.

Francisco não estava bem de saúde desde 1221. Em setembro de 1226, Francisco pediu que o levassem para a *Chiesa di Santa Maria della Piccola Porzione*¹⁹, seu estado de saúde havia se agravado e queria terminar os seus dias nesse local. Gostava muito do lugar, pois o fazia lembrar dos dias felizes com os primeiros seguidores.

1.1.3 FRANCISCO DE ASSIS: A SANTIDADE E O MOVIMENTO FRANCISCANO

Ao final do ano de 1226, Francisco de Assis morre em *Porciúncula*, Assis, berço do franciscanismo. Muitos fatos passaram a ser registrados postumamente. O primeiro foi a percepção de que seus membros ainda permaneciam flexíveis e maleáveis mesmo após a sua morte. O segundo fato a tornar-se público foram os estigmas²⁰ que Francisco de Assis tinha pelo corpo. Também se tornaram populares muitos milagres cuja autoria remete a Francisco de Assis (THOMPSON, 2012). Dois anos depois, em 1228, o papa Gregório IX canoniza²¹ Francisco de Assis (LE GOFF, 2013).

Dentro da Ordem Franciscana perceberam-se duas tendências: uma mais rigorosa nos ofícios da Ordem, assim nas igrejas como nos conventos e outra mais moderada, convencidos de adaptar o ideal da pobreza à evolução de uma Ordem de frades cada vez mais numerosa, de não repelir por uma recusa a toda influência exterior (LE GOFF, 2013). A sua mensagem teve um impacto histórico, pois o santo foi capaz de levá-la aos seus quebrando paradigmas da conjuntura medieval e abrindo caminhos para uma nova forma de ver o reino de Deus (VAUCHEZ, 2009).

Outra característica importante em Francisco de Assis é a sua familiaridade com a natureza e com os animais. No seu escrito mais famoso e um dos poucos que deixou - Cântico do irmão Sol ou das criaturas²² -, expressa uma visão espiritual da criação. Certamente, é

¹⁹ Igreja de Santa Maria da Pequena Porção

²⁰ Segundo Thompson (2012), são as marcas ou buracos nas mãos e pés em forma de cabeças de prego, assim como aconteceu com Jesus quando foi tirado da cruz.

²¹ É uma sentença definitiva e irrevogável, na qual o papa afirma que aquela pessoa viveu de forma a atender o primeiro mandamento católico que é amar a Deus sobre todas as coisas, portanto, considerado santo a partir de então (RICARDO, 2017).

²² Cântico do irmão Sol ou das criaturas

possível perceber a importância que Francisco de Assis dava aos animais. Entretanto, não valoriza demasiadamente os animais em detrimento do restante da criação. A sua atitude mediante as criaturas não pode ser analisada separada da visão do universo em sua totalidade (VAUVHEZ, 2009). Le Goff (2013) também salientou essa questão: “Francisco [...] era amigo de todas as criaturas e de toda a criação, espalhou tanta solicitude, compreensão fraternal a todos, a caridade no sentido mais elevado, quer dizer, amor, que a história como lhe deu em troca a mesma simpatia e admiração afetuosa e geral” (LE GOFF, 2013, p. 44). Thompson (2012) analisou a forma como Francisco de Assis admirava a natureza: “os animais para ele eram uma dádiva. [...] Afinidade profunda com as criaturas, o hábito de falar com elas com afeição e a atração que os animais sentiam por ele. Francisco era igual na sua simplicidade” (THOMPSON, 2012, p. 105).

Para Le Goff (2013), o franciscanismo “foi um grande movimento religioso que, mais do que as outras ordens mendicantes, agitou, marcou, impregnou o conjunto da sociedade cristã do século XIII, século em que nasceu. Utilizou métodos novos de apostolado” (LE GOFF, 2013, p. 124). Rompeu paradigmas da época quando enviou seus companheiros para além da Itália. Nas palavras de Le Goff (2013), “despachou seus membros pelas estradas, mas sobretudo os mantinha nas cidades, então em plena aceleração de desenvolvimento, no coração da sociedade. Seu sucesso teve repercussão em todos os meios” (LE GOFF, 2013, p. 124).

O movimento acontece ao mesmo tempo das corporações, das fraternidades²³ e das universidades. Segundo Le Goff “[...] Poucos movimentos religiosos foram mais bem inseridos

Altíssimo, todo-poderoso e bom Senhor em teu louvor, glória, honra e toda benção a ti só essas coisas ó Tu Altíssimo e nenhum homem é digno de nomeá-lo.

Louvido sejas, Senhor, com todas as tuas criaturas especialmente meu senhor irmão Sol através do qual nos dá o dia, a luz, ele é belo, irradiando um grande esplendor e de ti, o Altíssimo, ele nos oferece o símbolo.

Louvido sejas tu meu Senhor pela irmã Lua e pelas Estrelas no céu, tu as formastes claras, preciosas e belas.

Louvido sejas tu meu Senhor pelo irmão Vento, e pelo ar e pelas nuvens, pelo azul calmo e por todos os tipos de tempo, graças a eles tu manténs com vida todas as criaturas.

Louvido sejas tu meu Senhor pela irmã Água que é tão útil e tão sábia, preciosa e casta.

Louvido sejas tu meu Senhor pelo irmão Fogo através do qual tu iluminas a noite, ele é belo e alegre, indomável e forte.

Louvido sejas tu meu Senhor pela irmã nossa mãe a Terra que nos carrega e alimenta, que produz a diversidade dos frutos com as flores matizadas e as servas.

Louvido sejas tu meu Senhor por aqueles que perdoam por amor de ti, que suportam provações e doenças, felizes se conservam a paz porque por ti, Altíssimo, eles serão coroados.

Louvido sejas tu meu Senhor por nossa irmã Morte corporal, porque nenhum homem vivo dela pode escapar, infelicidade para aqueles que morreram em pecado mortal, felizes aqueles que estiveram fazendo tua vontade quando elas o surpreender, porque a segunda morte não poderá prejudicá-los.

Louvai e bendizei ao senhor, dai-lhe graça e servidão, com toda a humildade.

(LE GOFF, 2013, p. 115, 116, 117).

²³ Segundo Le Goff (2013), “Francisco não quer ser um monge, uma vez que sai ao meio dos homens e, se a Cúria não lhe tivesse feito uma imposição, teria evitado que seus discípulos formassem uma ordem. Seu ideal de uniformidade, de igualdade, por um lado, e de amor, por outro, leva-o à adoção do termo irmão (frade) para ele

que o dos Menores [...] adaptando-se a uma sociedade nova no progresso como em suas rejeições, exprimindo em nível ideológico e espiritual a passagem do feudalismo para o capitalismo” [...] (LE GOFF, 2013, p. 242).

Para Vauchez (2009): “Não podemos deixar de nos surpreender com tão escassa consideração pelos escritos do fundador, mas em razão do gênero de vida itinerante que Francisco de Assis levava, era difícil em geral prover à sua conservação, a que, de resto ele mesmo se teria oposto” (VAUCHEZ, 2009, p. 312).

Agamben (2014) explica que a mensagem franciscana não se aplica a uma doutrina, mas a uma forma de viver com “altíssima pobreza, com seu uso das coisas” (AGAMBEN, 2014, p. 146). O autor descreve a altíssima pobreza da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, convém examinar sob essa luz a questão da pobreza como tal. A *altissima paupertas* (altíssima pobreza), com a qual o fundador havia procurado definir a vida dos frades menores, é o lugar em que se decide a sorte do franciscanismo, tanto no interior da ordem, com o conflito entre conventuais e espirituais, quanto nas relações com o clero secular e a Cúria, que atingem o ponto de ruptura sob o pontificado de João XXII. Os historiadores reconstruíram os detalhes dessa controvérsia, desde a *Bula Exiit qui seminat* (Saiu o semeador) de 1279, com que Nicolau III, acolhendo as teses de Boaventura, sanciona o princípio segundo o qual os franciscanos, tendo abdicado de todo direito, tanto de propriedade quanto de uso [...], conservam, porém, o simples uso de fato sobre as coisas (AGAMBEN, 2014, p. 115).

A altíssima pobreza é uma característica própria do franciscanismo. Os religiosos abdicam de toda propriedade, mas servem-se do uso dela.

Vauchez (2009), analisa a organização da Ordem de Francisco de Assis dentro do contexto social e econômico medieval. Segundo o autor “a fraternidade constituía para os irmãos uma base indispensável do ponto de vista econômico: era imperioso comer, indispensável cozinhar, lavar as escudelas, as roupas. Para assegurar estas funções e permitir à comunidade entregar-se à oração e à pregação” (VAUCHEZ, 2009, p. 153). Francisco de Assis e os companheiros distinguiam três tipos de irmãos: “os que pregam, os que rezam e os que trabalham. Estas distinções não deixam de fazer lembrar as que regiam a sociedade feudal [...] organizada na base de três ordens hierárquicas: os clérigos, os guerreiros ou senhores, e, por fim, a massa dos trabalhadores” (VAUCHEZ, 2009, p. 154). Segundo Vauchez (2009), essa comparação pode ser considerada somente na aparência, pois na prática não havia distinção entre os irmãos.

próprio e seus companheiros - aquilo que virá a ser uma ordem foi concebido por ele como uma *fraternitas*” (LE GOFF, 2013, p. 214).

Segundo Gohl (2015), Francisco de Assis tornou-se um santo popular, venerado em diversas religiões, foi capaz de criar um modo de vida cujos valores permanecem na Ordem dos Franciscanos.

Na atualidade os franciscanos dividem-se em três ordens. A Primeira Ordem é composta por frades menores, frades menores conventuais ou frades menores capuchinhos. A Segunda pelas irmãs clarissas, concepcionistas capuchinhas, e a Terceira é a terceira ordem regular, terceira ordem secular ou franciscana secular (ordem franciscana). Cada Ordem tem caráter próprio, mas vivem a mesma regra: devoção a vida de São Francisco, humildade, pobreza e obediência (GOHL, 2015).

A Ordem dos Franciscanos teve início no século XIII, três séculos antes do surgimento da Companhia de Jesus. Nesse período os franciscanos já ocupavam cátedras importantes nas principais universidades medievais e casas de estudos. Antônio de Lisboa (1236), foi o primeiro professor da Ordem Franciscana, seguido por Boaventura de Bagnoregio (1274), João Peckham (1292) e Roger Bacon (1294). Os pensadores e mestres franciscanos mantiveram casas de estudos e escolas de Teologia em Portugal e se destacam na área de ensino nas ilhas de Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, a partir de 1453. No Continente Americano, a primeira área de atuação foi no México. O Frei João Zumarraga fundou o Colégio de Santa Cruz em 1536, primeiro centro de cultura superior na América. Em seguida destaca-se a Universidade de Córdoba, na Argentina, fundada pelo Frei Hernando Trejo de Sanábria (SANGENIS, 2014).

No tocante ao franciscanismo no Brasil, em virtude do silêncio evangélico²⁴ dos franciscanos, há pouco material escrito sobre o assunto. Sangenis (2014) afirma que “os primeiros missionários a chegarem ao Brasil foram os franciscanos. [...] A Primeira Missa no Brasil foi celebrada pelo franciscano Frei Henrique Soares de Coimbra, serviu de inspiração para obras como a de Victor Meireles”²⁵ (SANGENIS, 2014, p. 94). Os franciscanos se instalam no Brasil desde o início do processo de colonização. A primeira escola do Brasil foi fundada por dois franciscanos: Frei Bernardo de Armenta e Frei Alonso Lebron, em *Mbyaçá*, Santa Catarina, Laguna dos Patos, em 1538.

No ano de 1585, quando os franciscanos chegaram em Olinda, Pernambuco, trabalharam com a catequese dos indígenas da região. Segundo Sangenis (2014), “em 1586, fundaram um internato para os curumins onde, além de aprenderem a doutrina cristã, eram

²⁴ “Uma mão não saiba o bem que a outra fez” (SANGENIS, 2014, p. 96)

²⁵ Tela grandiosa que faz parte do acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. A cena retratada pelo pintor do século XIX está gravada no imaginário pátrio como um dos acontecimentos fundantes do Brasil (SANGENIS, 2014, p. 94).

ensinados a ler e escrever, fazer contas, cantar e tocar instrumentos musicais” (SANGENIS, 2014, p. 99). De Olinda seguiram para regiões de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Grão-Pará e Maranhão. A partir de 1718, “os franciscanos passaram a dedicar-se à educação elementar, criando escolas de gramática ou primeiras letras nas localidades em que fundavam seus conventos. [...] Em 1740, apenas os conventos, eram 29” (SANGENIS, 2014, p. 100). Desde 1740 até 1824, muitos frades franciscanos mereceram destaque nas áreas de conhecimentos jurídicos e teológicos, Teologia Moral e Dogmática, Filosofia, Latim e Francês. Segundo Sangenis (2014), a atuação dos franciscanos nas áreas educacionais e missionárias continuou nos séculos XIX e XX; com a catequese, com as escolas em diversos níveis e dedicando-se às ciências e às letras.

Quanto à Companhia de Jesus, cujos membros são conhecidos como jesuítas, sabe-se que foi fundada no ano de 1534 por Inácio de Loyola, em Paris. No ano de 1549, chegam ao Brasil os primeiros jesuítas chefiados pelo Pe. Manoel da Nobrega. Tem início, então, a educação formal numa vertente religiosa da pedagogia tradicional. Os jesuítas ou ‘Soldados de Cristo’, vem ao Brasil com a intenção de catequizar os indígenas e formar os filhos dos colonizadores para, por meio deles, manter o poder político e cultural de Portugal e a hegemonia da Igreja, bem como evitar o avanço do protestantismo (MESQUIDA, 2013),

Ainda, conforme Mesquida (2013), a dualidade educacional dos jesuítas ficava entre o colégio para os ricos e as escolas de ler e escrever para os pobres, o que, na prática, distanciava as duas classes sociais. A pedagogia jesuítica ou o *Ratio Studiorum*, possuía uma base filosófica que ficava em torno do pensamento tomista-aristotélico. Essa pedagogia exigia que os professores se mantivessem dentro das regras e estipulava que não deveriam ser liberais. A memorização era o método utilizado, ou seja, saberes memorizados e não saberes produzidos. Alguns elementos do *Ratio Studiorum* persistem no Brasil como, por exemplo, inibir a iniciativa, a curiosidade intelectual, a reflexão e a crítica.

1.2 O JOVEM, O SACERDOTE E O ARCEBISPO POLONÊS ZYGMUNT SZCZESNY FELINSKI

De acordo com Galazka (2010), Zygmunt Szczesny Felinski nasceu no dia 1 de novembro de 1822 em *Wojutyn*, antigas terras polonesas, atualmente é território da Ucrânia. Segundo Zylinska (1973), Zygmunt Szczesny Felinski quando criança, “participava das brincadeiras, entregando-se a elas de alma e corpo. Era notável na invenção e organização de

novos folguedos, [...] eram de sua preferência as corridas pelos bosques, a colheita de cogumelos, as diversões na água e o apanhar de lírios aquáticos” (ZYLINSKA, 1973, p. 8).

Recebeu educação que o ajudou a enfrentar os desafios que estariam por vir. Aos onze anos perdeu o pai e aos dezesseis viu a mãe sendo levada para o exílio por soldados russos e vivenciou a separação dos irmãos²⁶, que foram adotados por familiares e vizinhos. Zygmunt Szczesny Felinski ficou sob tutela de Zenon Brzozowski²⁷, assim, “pôde ir para Moscou e Paris estudar e tornar-se grande personalidade no mundo do conhecimento e da cultura” (OLIVEIRA, 2005, p. 35).

Galaska (2010), assim descreveu Zygmunt Szczesny Felinski: “Tendo capacidade notável para as ciências exatas, estudou Matemática na Universidade de Moscou (1840-1844), fascinava-se pela química, ao mesmo tempo aprofundava a história da Polônia nos secretos círculos estudantis [...]” (GALAZKA, 2010, p. 18). E ainda “No ano 1847, [...] viajou para o exterior com finalidade de continuar a formação e preparar-se para a profissão de professor e educador [...]” (GALAZKA, 2010, p. 19). Estudou como ouvinte na *Sorbone* e no *Collège de France*, escolhendo preleções de seu interesse por notáveis professores.

Szczepaniak (2009) afirma que Zygmunt Szczesny Felinski

desde a mocidade interessava-se pelas questões da vocação. Como leigo, nas cartas para a família, principalmente para o irmão mais velho, Aloísio; tratava das questões ligadas à vocação como uma missão que aqui na terra, toda pessoa tem que cumprir com responsabilidade pelos seus próprios atos, diante de Deus e das pessoas. [...] Sublinhava a importância das virtudes e o progresso para o bem, lembrando sobre a formação do caráter, da vontade firme, sobre a obrigação do próprio aperfeiçoamento (SZCZEPANIAK, 2009, p. 18).

Em 1848, Zygmunt Szczesny Felinski conheceu aquele que viria a ser um dos seus melhores amigos, o poeta Juliusz Slowacki²⁸. Na França, participaram juntos da Primavera dos Povos em 1848. Segundo Zylinska (1973), essa foi uma revolução que atingiu a Áustria, Hungria, nações germânicas e italianas e a Polônia. Os povos dessas regiões uniram-se para lutar pela libertação de suas Pátrias. Conforme Galaska (2010), quando a Primavera dos Povos

²⁶ Paulina, Aloísio, Sofia, Juliano e Vitória (ZYLINSKA, 1973, p. 7).

²⁷ Abastado proprietário de Podole Oriental (terras localizadas na atual Ucrânia), encarregou-se da educação de Zygmunt Szczesny Felinski (ZYLINSKA, 1973, p. 14).

²⁸ De acordo com Jiejka (2009), Juliusz Slowacki era um poeta e dramaturgo polonês que editava suas obras anonimamente. As obras e a vida desse poeta serviam de inspiração para Zygmunt Szczesny Felinski escrever seus versos e poemas. É considerado o maior representante do romantismo e dos místicos poloneses. Gostava muito de viajar pelos países europeus, o que lhe inspirou na escrita de muitos poemas. Segundo Oliveira (2005), era companheiro de Zygmunt Szczesny Felinski nas lutas em defesa da independência da Polônia, participaram juntos do Levante Polonês que fracassou em Poznan (território ocupado pela Prússia), em 1848. Juliusz Slowacki morreu em 03/04/1849 de tuberculose.

atingiu a Europa em 1848, Zygmunt Szczesny Felinski entregou-se à causa nacional. Sabendo que a insurreição chegou até *Poznan*, na Polônia, seguiu para a região e lutou ativamente pela libertação da Polônia. Zygmunt Szczesny Felinski foi fuzileiro na fase final da revolução. A insurreição não teve êxito.

O interesse de Zygmunt Szczesny Felinski pela vocação cresceu quando ele estava em Moscou e Paris. Segundo Szczepaniak (2009), “a queda do Levante e as esperanças ligadas a ele, para a rápida recuperação da liberdade da Polônia e a morte do cordial amigo Juliusz Slowacki, [...] que falecera nos seus braços em 03/04/1849 em Paris, influenciaram decididamente no destino de Felinski” (SZCZEPANIAK, 2009, p. 20). Assim, em silêncio meditava e aprofundava a sua religiosidade e espiritualidade.

Zygmunt Szczesny Felinski afirmava que escolhera o caminho do sacerdócio por razões patrióticas e desejo de dedicar sua vida ao próximo. Ele mesmo afirmava que sua escolha não tinha nada de extraordinário. Afirmava também que o sacerdote diante de sua posição perante o povo era capaz de realizar ações que pudessem elevar o nível de conhecimento intelectual e espiritual de toda a nação (SZCZEPANIAK, 2009).

Com a derrota da insurreição de 1848, pensou em outra forma de ajudar o povo: nasceu no seu coração o desejo de se consagrar a Deus. Em 1851, com 29 anos de idade, entrou para o Seminário Maior Diocesano em *Zytomierz*. Após ser ordenado padre, trabalhou na paróquia de Santa Catarina, em St. Petersburgo. Ficou atento às necessidades dos órfãos e daqueles que não tinham casa fundando um abrigo para eles. Em 1857, fundou a congregação religiosa²⁹ Família de Maria de forma clandestina. Neste mesmo ano tornou-se capelão, diretor espiritual e professor de Filosofia para novos sacerdotes em St. Petersburgo (GALAZKA, 2010). Segundo Szczepaniak (2009), como sacerdote trabalhou com entusiasmo e alegria para sua própria formação intelectual e espiritual, como dos futuros sacerdotes. Neste mesmo ano, 1857, devido ao seu trabalho religioso, recebeu a cátedra de Filosofia da Academia Eclesiástica de Petersburgo. Realizava conferências ascéticas aos alunos, aconselhava-os no sentido das tarefas e obrigações quanto às atividades eclesiais e governamentais e nas palestras dedicava grande parte de sua fala a serviço da pátria polonesa. Com o intuito de aprofundar a religiosidade e espiritualidade, lia as obras de São Francisco de Sales (1567-1622), São Francisco de Assis (1181-1226), Santo Inácio de Loyola (1491-1556), Santa Teresa de Ávila

²⁹ Zygmunt Szczesny Felinski fundou em segredo a Congregação das Irmãs da Sagrada Família e entregou aos seus cuidados o amparo das crianças e dos velinhos, que se encontravam no Albergue Católico. Dois anos mais tarde, a Congregação obteve a aprovação do Estatuto do Albergue pelo Czar. A Congregação não poderia usar o seu verdadeiro nome, já que era de origem polonesa e a Rússia dominava parte da Polônia naquele momento (ZYLINSKA, 1973).

(1515-1582), São João da Cruz (1542-1592) e Santo Estanislau Kostka (1550-1592) (SZCZEPANIAK, 2009).

Segundo Szczepaniak (2009), em uma das cartas que Zygmunt Szczesny Felinski escreveu para a mãe, demonstrou a importância da reflexão, da espiritualidade e do aperfeiçoamento individual.

[...] O desenvolvimento em si de uma firme vontade é a primeira condição de progresso. Os melhores princípios de nada adiantarão ao homem que não sabe dominar-se, porque não consegue adotá-los na vida. Falará, pensará e se comportará de modo diverso. É melhor iniciar por pequenas coisas e, na medida do crescimento das forças, passar para as maiores. Todo o dia, à noite, ao deitar-se, é necessário refletir bem sobre si mesmo e visualizar todos os defeitos e, escolhendo o menor deles, decidir eliminá-lo, se isto estiver nas nossas possibilidades. É necessário ter este propósito em mente, continuamente, diante de cada ação. [...] (SZCZEPANIAK, 2009, p.19).

No dia 06 de janeiro de 1862, o Papa Pio IX nomeia Zygmunt Szczesny Felinski como Arcebispo de Varsóvia, local no qual havia pessoas necessitadas. Governou apenas 16 meses. Neste curto período, o Arcebispo abriu um orfanato e uma escola, ambos em Varsóvia. Colocou as duas instituições aos cuidados das Irmãs da Sagrada Família de Maria, as quais trouxe de St. Petersburgo em 15 de agosto de 1862 (GALAZKA, 2010).

Zygmunt Szczesny Felinski como arcebispo acabou por influenciar outros religiosos a rever questões como: aumentar o número de horas de estudos em latim, mais atenção à administração de uma casa religiosa e manutenção do material, procurar sempre por professores qualificados e reformular os manuais dos seminários com artigos recentes, entre outras. A preocupação de Zygmunt Szczesny Felinski era que os clérigos tivessem a melhor formação possível para que o trabalho pastoral fosse a contento. Além de tudo, recomendava aos sacerdotes a revigoração da vida religiosa e espiritual, propunha também a fundação de bibliotecas, escolas primárias, escolas para crianças pobres, a fundação de asilos e orfanatos. Sugeriu um trabalho especial com os alcoólicos anônimos. Na sua opinião, era obrigação dos clérigos ajudar e orientar as pessoas para que se livrassem desse vício e seguissem pelo caminho da virtude, do dever e do cuidado com seus familiares (SZCZEPANIAK, 2009).

A Figura 1 representa Zygmunt Szczesny Felinski como Arcebispo de Vársóvia.

Figura 1 - Zygmunt Szczesny Felinski como Arcebispo de Varsóvia.



Fonte: Oliveira, 2005, p. 36.

A preocupação de Zygmunt Szczesny Felinski com a formação dos sacerdotes marcou o período em que desempenhou a função de Arcebispo de Varsóvia e posterior a ele, tanto que um dos decretos do Concílio do Vaticano II, realizado no ano de 1962, sobre a formação sacerdotal, reflete um dos seus pensamentos: “a desejada renovação de toda a Igreja depende, em grande parte, do serviço dos sacerdotes, reavivada pelo espírito de Cristo” (SZCZEPANIAK, 2009, p. 27). Zygmunt Szczesny Felinski sempre considerou o conhecimento como forma de progresso do ser humano, independente da área de atuação.

1.2.1 ZYGMUNT SZCZESNY FELINSKI: O DESTERRO, A POESIA, A EDUCAÇÃO E A SANTIDADE

Após o Levante Polonês de Janeiro de 1863, Zygmunt Szczesny Felinski permaneceu ao lado do povo polonês. Essa foi a mais longa insurreição polonesa contra o governo russo czarista: 1863 - 1865. Começou como um protesto dos jovens poloneses ao alistamento militar russo. Logo, o número de revoltosos cresceu. Contudo, o movimento não foi forte o suficiente para conseguir a vitória. No final, muitos revoltosos foram levados para o desterro na Sibéria e outros com medo de ter o mesmo fim, desistiram (ZAMOYSKI, 2010). Zygmunt Szczesny Felinski escreveu uma carta para ao Czar Alexandre II no dia 15 de março de 1863, pedindo a independência da Polônia, fato que o levou a tornar-se um incômodo para os invasores. No dia 14 de junho de 1863, deixou a capital como prisioneiro de Estado e foi levado ao desterro no interior da Rússia, onde permaneceu por 20 anos: 1863 - 1883.

Gogola (2009) fez uma correlação entre o Levante de 1848 (no qual Zygmunt Szczesny Felinski participou pegando em armas) e o Levante de Janeiro de 1863 (no qual o Arcebispo Zygmunt Szczesny Felinski participou orientando a população).

Norteando-se com a experiência do Levante de 1848 e da avaliação da realidade da situação daquele tempo, esforçava-se para apaziguar os espíritos e exercer influência sobre a nação a fim de conter o derramamento de sangue. Entendia que, perante o poder da Rússia, outra investida da Polônia não teria chance de êxito. [...] Após a eclosão do Levante de Janeiro (1863), permaneceu em defesa dos oprimidos. (GOGOLA, 2009, p. 65).

Enquanto estava no desterro, mesmo com a máxima vigilância policial, mantinha vários contatos por escrito com Ordens religiosas, familiares e amigos. Nas cartas que dirigia às Ordens, principalmente as *Carmelitas de Poznan* e as *Felicianas em Cracóvia*, tratava de assuntos como a vocação, o trabalho religioso, a santificação e as atividades em prol da aprovação das Congregações. As religiosas também respondiam as cartas de Zygmunt Szczesny Felinski com trocas de bens espirituais e bens materiais para que o Arcebispo pudesse ajudar os poloneses que estavam exilados junto com ele. Para as religiosas da Família de Maria, escreveu 43 cartas cujo conteúdo refere-se à formação religiosa.

Segundo Oliveira (2005), “depois de tantos anos de solidão, por intervenção direta e constante do Papa Leão XIII junto ao governo russo, o Zygmunt Szczesny Felinski recebeu a sua libertação, porém com determinação de não retornar à Polônia [...]” (OLIVEIRA, 2005, p. 38). Depois de ler a carta que lhe dava liberdade, Zygmunt Szczesny Felinski vagou pelos lugares onde passou horas de abandono e desabafou com este pensamento: “Reguei com lágrimas esses campos que me receberam outrora em plenitude de vida e hoje me despedem velho e cansado” (OLIVEIRA, 2005, p. 38).

Mediante um acordo entre a Sé Apostólica e o governo russo, Zygmunt Szczesny Felinski deixou o desterro em 1883. Não pôde retornar para Varsóvia, foi transferido pelo Papa Leão XIII para *Dzwiniaczka*³⁰ local em que viveu os últimos anos de sua vida (GALAZKA, 2010).

Além das atividades já referenciadas, a família de Zygmunt Szczesny Felinski já possuía tradições na área da literatura. Seu tio Aloísio Felinski³¹ fazia parte do grupo dos renomados

³⁰ Localizava-se na Galícia, parte da Polônia dominada pela Áustria (OLIVEIRA, 2005).

³¹ Segundo Ziejka (2009), Aloísio escreveu a tragédia “Bárbara Radziwill” em 1811, obra que é lida pelos estudantes poloneses até hoje. Era professor e foi diretor do Liceu de Krzemieniec. Escreveu uma das canções religiosas e patrióticas mais populares do país “Senhor, que proteja a Polônia” em 1816.

escritores clássicos poloneses. Sua mãe Eva Felinski³² escrevia romances e era conhecida no ramo literário polonês. Zygmunt Szczesny Felinski tinha também muitos amigos da área literária e artística como, por exemplo, Vicente Pol - autor da famosa obra ‘Canções para João’-, o Pe. Adão Jakubowski - trabalhava no campo da literatura artística -, Ambrósio Grabowski - historiador, livreiro e editor - e José Kremer - escreveu as comentadas ‘Cartas de Cracóvia’ (ZIEJKA, 2009).

Quanto às incursões do Arcebispo na literatura, Ziejka (2009), ressalta que Zygmunt Szczesny Felinski somente atendeu ao chamado literário quando estava no desterro em *Jaroslaw*, às margens do rio *Volga*. Anteriormente escrevia cartas pastorais, recordações de Juliusz Slowacki, textos filosóficos e religiosos. Enquanto estava no desterro, escreveu versos, poemas, prosas e contos. Sua primeira obra literária foi o conto intitulado ‘Paulina, Filha de Eva Felinski’ e o principal poema, ‘Praxedes’. Zygmunt Szczesny Felinski nunca subscrevia os seus versos, poemas e contos com seu nome. Ao final de cada obra escrevia que eram procedentes da ‘*Pasta de Anhello*’. O seu amigo Juliusz Slowacki também usava pseudônimos em seus trabalhos, dessa forma, é possível que tenha influenciado Zygmunt Szczesny Felinski a escolher um (ZIEJKA, 2009).

De acordo com Ziejka (2009)

Zygmunt Szczesny Felinski era poeta, não tanto por própria vontade, como por acaso. Foram as ocasiões que o fizeram pegar na pena de escritor. [...] O nosso autor valorizava muito a criatividade religiosa, filosófica e literária. É difícil entender isto porque ele era, acima de tudo, pastor da Igreja. E escritor fora dela ‘durante os passeios’. É necessário lembrar que na época em que viveu a condição de poeta não era muito apreciada (ZIEJKA, 2009, p. 58-59).

No tocante às relações pessoais, Felinski era amigo do casal Rogawski, que conheceu na França enquanto estudava no *Collège de France* e na *Sorbone Parisiense*. Atualmente, encontram-se 36 cartas de Zygmunt Szczesny Felinski dirigidas ao casal entre os anos de 1883 e 1895. Os assuntos das cartas referem-se a questões familiares, religiosas, educacionais e patrióticas (GOGOLA, 2009).

³² Ficou viúva em 1833 com seis crianças pequenas. No ano de 1833 foi presa acusada de conspirar a favor da independência da Polônia e contra o governo russo. Ficou seis anos no desterro, na Sibéria. Escreveu romances como O senhor deputado (1842), Hersília (1843), A vigília do Ano novo (1847), O erro (1851) entre outros (ZIEJKA, 2009). Segundo Szczepaniak (2009), Eva Felinski “era a primeira e mais importante figura na formação da vida de Zygmunt Szczesny Felinski. Ela nunca economizava conselhos ao filho, pois o objetivo era auxiliá-lo no crescimento de natureza humana e cristã. Favorecida por um bom senso sadio, uma mente perspicaz, uma memória incomum, coração aberto para as necessidades do próximo, mantinha os princípios cristãos de educação patriótica: neste espírito formava os filhos” (SZCZEPANIAK, 2009, p. 16).

No ano de 1890, Zygmunt Szczesny Felinski arcou com as despesas da impressão gráfica das ‘Conferências sobre a Vocação’. A intenção era que as religiosas da Sagrada Família de Maria, outras religiosas e leitores em geral, tivessem acesso às reflexões nelas contidas (SZCZEPANIAK, 2009).

Zygmunt Felinski foi sacerdote e arcebispo, mas também era professor. Havia dentro dele uma constante preocupação com a educação do povo em geral. Como professor de outros sacerdotes e religiosas, preocupava-se com a formação humana e intelectual, essa era a base para o ser humano ter uma vida melhor. Segundo Szczepaniak (2009), Zygmunt Szczesny Felinski “sublinhava a importância das virtudes e o progresso para o bem, lembrando sobre a formação do caráter, da vontade firme, sobre a obrigação do próprio aperfeiçoamento” (SZCZEPANIAK, 2009, p. 18). Colocava a obrigação do aperfeiçoamento para si próprio, para seus alunos e para as religiosas da Congregação que fundou em 1857.

A propósito, Zygmunt Szczesny Felinski elaborou uma concepção própria de educação na qual o conhecimento, a educação e a postura conveniente são a base para o progresso humano. Dentro desta concepção de educação para este estudo buscaram-se as categorias educacionais em documentos como cartas ascéticas³³, cartas escritas aos amigos e familiares e em seu testamento espiritual³⁴ (SZCZEPANIAK, 2009).

Zygmunt Felinski escreveu quarenta e três cartas ascéticas enquanto esteve no desterro. As cartas foram reunidas em um só exemplar denominado ‘Cartas ascéticas escritas em Jaroslaw sobre o Volga para as Irmãs da Sagrada Família de Maria em Varsóvia’ (SZCZEPANIAK, 2009). As categorias educacionais presentes nas cartas ascéticas foram: a importância da leitura, a orientação para com as crianças, os jovens e os adultos, o trabalho educacional realizado com abolição de castigos e com cuidado e prudência, e a atenção às crianças em primeiro lugar (RUSZCZYK, 2009).

Nas cartas que escreveu para seus familiares e amigos, as categorias educacionais encontradas foram: a reflexão, a espiritualidade, o aperfeiçoamento, a cidadania e a importância da instrução (GOGOLA, 2009).

Por fim, o testamento espiritual de Zygmunt Szczesny Felinski é composto por cinquenta e um itens, cujas categorias educacionais selecionadas foram: a busca constante pelo aperfeiçoamento com base em estudos e conhecimentos, cuidado com as crianças e os jovens,

³³ Segundo Fracek (2009), quando a base dos ensinamentos é a devoção remete ao termo cartas ascéticas (FRACEK, 2009).

³⁴ Conjunto de reflexões escritas geralmente por um(a) religioso(a) durante a sua vida (UNIVERSO CATÓLICO, 2017)

responsabilidade, a importância do papel da família, o diálogo e a compreensão entre os familiares (RUSZCZYK, 2009).

Toda essa base educacional foi passada para as Religiosas da Congregação, sendo professoras ou exercendo outras funções como veremos no capítulo seguinte.

Segundo Gogola (2009), o estado de saúde de Zygmunt Szczesny Felinski se agravava nos últimos anos de sua vida. As suas obrigações com o serviço pastoral, religioso, o trabalho para a Congregação e para as escolas faziam com que ele adiasse os cuidados com a sua saúde. Explicava que “a minha saúde é melhor do que era, porém deixa a desejar [...], mas na minha idade é coisa inevitável” (GOGOLA, 2009, p. 78-79). Zygmunt Szczesny Felinski estava ciente de suas limitações, principalmente nos dois últimos anos de sua vida - 1894 e 1895. Quando viajava, voltava exausto e com as pernas inchadas. Em uma carta escrita em maio de 1894 para a Senhora Rogawski, Zygmunt Szczesny Felinski relatou sobre os problemas de saúde que vinha enfrentando.

Tenho já 72 anos e a minha saúde há um ano está tão debilitada que afligem-me ao mesmo tempo, quatro enfermidades. Uma delas poderá matar-me, a qualquer momento. No inverno inteiro não saí de casa. Quando, porém, na primavera parti para Lwow, então voltei tão abatido que desde então, celebro a santa missa no quarto, amparado com um bastão, arrastando-me até o altar (GOGOLA, 2009, p. 79).

De acordo com os estudos realizados por Gogola (2009), Zygmunt Szczesny Felinski faleceu no dia 17 de setembro de 1895, em *Cracóvia*. A fama, a santidade e as inúmeras curas recebidas por meio de sua intercessão permitiram dar início a uma pesquisa documental a fim de beatificá-lo. Esse processo aconteceu entre 1965 e 1984, em Varsóvia e mais tarde em Roma. Galaska (2010), explicou os dois decretos que foram promulgados para beatificar Zygmunt Szczesny Felinski: o primeiro refere-se ao heroísmo e virtudes de Zygmunt Szczesny Felinski promulgado no dia 24 de abril de 2001, e o segundo refere-se a cura milagrosa da Sra. Dalmara Koziol promulgado no dia 5 de julho de 2002. No dia 18 de agosto de 2002, Zygmunt Szczesny Felinski foi beatificado pelo Papa João Paulo II.

Para o processo de canonização, foi considerado o milagre de cura da Irmã Stefania Bozena Zelek, da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria. O decreto do milagre foi promulgado no dia 6 de dezembro de 2008. A canonização foi oficializada no dia 11 de outubro de 2009, na Basílica de São Pedro em Roma, pelo Papa Bento XVI. Após a

canonização de Zygmunt Szczesny Felinski, as relíquias foram colocadas em uma urna e depositada na Capela Dourada que fica dentro da Catedral de São João Batista³⁵, em *Varsóvia*.

1.3 CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA

Zygmunt Szczesny Felinski fundou a Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, em 1857. Ele se baseou nos princípios de vida comunitária organizada por algumas pessoas ao lado do vigário coadjutor da paróquia de Santa Catarina, em Petersburgo, o Pe. Constante Lubienski³⁶. Esta associação recebeu a denominação de ‘Família de Maria’, mas logo depois deixou de existir. O verdadeiro Fundador dessa Congregação, que ficou com o mesmo nome, o organizador dos fundamentos materiais da sua existência e o autor das Regras foi o Zygmunt Szczesny Felinski. O ano de 1857 é aceito como data oficial da nova Congregação da Família de Maria. Sua existência permaneceu em sigilo, sob o ponto de vista de formação religiosa. Legalmente, apareceu no âmbito externo, na ajuda aos poloneses atingidos pela miséria física e moral. A dinâmica da jovem Congregação manifestou-se, acima de tudo, na crescente rede de centros das Províncias do Norte do Império Russo, até os confins do sul do Mar Negro. A partir do ano de 1862, as Irmãs da Família de Maria assumiram o trabalho nas terras polonesas (FRACEK, 2009). Nos primeiros 60 anos de existência, as religiosas viviam sob a cobertura de instituições educacionais e tutelares que possuíam a aprovação do governo. A documentação oficial da Congregação poderia expô-la ao governo russo (FRACEK, 2009).

De acordo com Fracek (2009), Zygmunt Szczesny Felinski organizou uma Congregação diferente para a época: “Era direcionada para os serviços do próximo e dos mais pobres. Não tinha ela nenhum patrimônio nem capital, mas baseava-se a sua existência no trabalho das próprias mãos. [...] não exigiam para si nada mais do que o simples sustento” (FRACEK, 2009, p. 109). Quando Zygmunt Szczesny Felinski faleceu, o Frei Mariano Sobolewski³⁷ tornou-

³⁵ A Catedral de São João Batista localiza-se nas proximidades da Praça do Castelo em *Varsóvia/Polônia*, foi construída no século XIV e, é um dos principais pontos turísticos da cidade. Além da Catedral há ruas antigas, edifícios históricos e monumentos em homenagem a reis e príncipes poloneses.

³⁶ De acordo com Fracek (2009), “O Pe Constante Lubienski, sacerdote que se distinguiu com fervor apostólico, encarregou-se da iniciativa religiosa criada em Petersburgo, em 1856. Entretanto, a entidade religiosa por ele fundada, sob a denominação de Família de Maria, [...], tinha um caráter contemplativo e, para as necessidades da época e pelas características atribuídas pelas autoridades, fora insuficiente [...] então esta associação não prosperou” (FRACEK, 2009, p. 87).

³⁷ Segundo Fracek (2009), o Frei Mariano era franciscano conventual de Lwów, Provincial e Procurador Geral da Ordem.

se protetor, diretor espiritual, confessor e pregador da Congregação. Cuidou para que o espírito franciscano já inculcado pelo fundador na Congregação não se tornasse em vão (FRACEK, 2009).

1.3.1 A DIVISÃO, A UNIFICAÇÃO, A LEGALIZAÇÃO E O TRABALHO DAS RELIGIOSAS DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA

As religiosas da Família de Maria que estavam na Galícia levavam a vida religiosa segundo a Regra que o fundador escreveu em 1857. No entanto, as religiosas da mesma Congregação que estavam na Rússia obedeciam as ordens da Superiora Florentina Dymman, que tinha autoridade própria. Zygmunt Szczesny Felinski dedicou-se à redação final de uma nova Regra e editou-a em 1888 com o título Estatuto da Família de Maria. O fato é que as religiosas da Galícia aceitaram a nova Regra, pois já a vivenciavam na prática, mas a superiora das religiosas na Rússia não concordou com a nova Regra, explicando a razão: “circunstâncias temporárias não amigáveis, exigências episcopais sob o cetro russo e, principalmente, os esforços já empenhados por ela em Roma³⁸” (FRACEK, 2009, p. 106).

A partir desse acontecimento, a Congregação dividiu-se em dois ramos: o galiciano e o varsoviense. Com a Madre Florentina ficaram as casas de Petersburgo, Varsóvia e Odessa e com o Fundador as casas da Galícia.

Após o término do mandato da Madre Florentina Dymman, Zygmunt Szczesny Felinski assumiu (desde de julho de 1888 até julho de 1889) a parte russa da Congregação. Ele tomava cuidado para que o governo russo não percebesse a ligação entre as duas partes, fato que levou as religiosas varsovienses a obedecer a Regra do fundador somente no particular. Na vida pública utilizavam denominações diferentes, como Associação das Salesianas (1884) e Filhas de Maria (1889). O fundador da Congregação estava buscando a legalização eclesiástica da Congregação desde 1884. Finalmente, em 1891 a Congregação foi aprovada pela Igreja e em 1897 pelo governo austro-húngaro (OLIVEIRA, 2005). Conforme Fracek (2009), no ano de 1903 “o documento de *aprobata papal* agregou a Família de Maria à Ordem dos Frades Menores Conventuais” (FRACEK, 2009, p. 118). Todas as religiosas professoras e as noviças assinaram o documento concordando em fazer parte da Ordem e Regra da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Após esse acontecimento, a Congregação passou a denominar-se Irmãs

³⁸ De acordo com Fracek (2009), os esforços referem-se ao fato de as religiosas que estavam vivendo no Império Russo estarem prestes a receber a Regra da Ordem III de São Francisco de Assis em 1889.

Franciscanas da Família de Maria e assim permanece até os dias atuais: 2018. No dia 29 de agosto de 1913, foi assinado o último decreto de aprovação da Congregação e também a Constituição válida por sete anos. O direito de continuar o trabalho religioso de acordo com as ideias de Zygmunt Szczesny Felinski só foi possível após a aprovação do Estatuto da Congregação em 1934, no qual estão estabelecidas as normas legais e teológicas da vida comum e do trabalho das religiosas (FRACEK, 2009).

Quanto ao trabalho das religiosas, este consistiu em seguir a Regra traçada pelo Fundador: a atividade educacional e de instrução realizada nos estabelecimentos para os órfãos, internatos, escolas e abrigos; o trabalho tutelar dos doentes, deficientes e idosos; a organização das capelas e fundação de centros religiosos, repercutindo no ambiente católico e nacional.

O fundador orientava as religiosas para o trabalho “dedicado aos mais pobres porque almejava a educação do povo, a sua moralização e o ensino das verdades da fé. [...] Tinha também um objetivo específico: influenciar a sociedade, inculcando um espírito de unidade católica, de união nacional” (FRACEK, 2009, p. 111). Compreendia que tudo poderia se realizar se comesçassem a ensinar as crianças.

Nesse sentido, o trabalho das religiosas disseminou-se para outras regiões como a Dinamarca, Jugoslávia, Tchecoslováquia e Romênia. De acordo com Fudali (2009), apesar das dificuldades que as religiosas enfrentavam, muitas vezes colocando em risco a própria vida, sempre estiveram prontas a atender as necessidades dos outros.

2. A IMIGRAÇÃO POLONESA PARA O BRASIL, PARANÁ, COLÔNIA ORLEANS, COLÔNIA MURICI, COLÔNIA D. PEDRO II, A CONGREGAÇÃO FRANCISCANA DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NO BRASIL, A EDUCAÇÃO E A INSTRUÇÃO NAS TRÊS COLÔNIAS ENTRE 1906 E 1938

Nos séculos XVI e XVII, a Polônia era das maiores potências europeias, porém cercada por outras nações poderosas. O polonês Krzysztof Opalinski escreveu as seguintes palavras no ano 1630: “A Polônia é como um observador que, da segurança da costa, contempla calmamente a tempestade que se abate à sua frente” (ZAMOYSKI, 2010, p. 133). A tempestade chegou trinta e cinco anos depois, 1665, quando os suecos invadiram a Polônia. A invasão ficou conhecida não como uma tempestade, mas como o *Potop Szwedzki* (Dilúvio Sueco). Os suecos invadiram e ocuparam o território polonês deixando-o em ruínas. Foram cinco anos de guerras e, a paz foi conquistada somente em 1670 (ZAMOYSKI, 2010).

No século XVIII, a Prússia, a Áustria e a Rússia, na tentativa de enfraquecerem o governo polonês e expandirem seus territórios, uniram-se e realizaram a primeira partilha da Polônia no ano de 1772. Em 1792, houve a segunda partilha do país pelas mesmas nações. No ano de 1794, o Estado polonês perdeu sua liberdade e soberania na terceira partilha³⁹. A Prússia ficou com o Oeste e o Norte da Polônia, a Rússia ficou com a parte central e a capital Varsóvia, e a Áustria ficou com a região sul e com a capital cultural - Cracóvia (ZAMOYSKI, 2010). Desde então, os invasores impuseram severas medidas para os poloneses: proibição da língua polonesa em todas as escolas; os rios, vilas e cidades não poderiam mais ter nomes poloneses; os católicos estavam proibidos de rezar na língua polonesa, e aplicou-se forte censura à imprensa. A tentativa era desnacionalizar os poloneses, eliminar a cultura polonesa e a Igreja Católica, fazer com que o povo polonês passasse a ter a identidade das nações dominadoras e, assim, deixasse de resistir ao domínio invasor (ANGULSKI, 2009). Para evitar a continuidade desse processo, os avós e pais poloneses ensinavam as novas gerações a falar, a ler e a escrever na língua polonesa em casa, tarefa que cabia principalmente às mulheres. Conforme Stawinski (1999): “A Prússia e a Áustria, na ânsia de germanizar a população polonesa, começaram proibindo o uso da língua polonesa nas escolas, igrejas e repartições públicas” (STAWINSKI, 1999, p. 13). E ainda: “a Rússia tomava medidas mais drásticas, fechando as escolas primárias e vedando aos estudantes poloneses o acesso às escolas de ensino secundário e superior” (STAWINSKI, 1999, p. 13).

³⁹ Mapa das Partilhas da Polônia em 1772, 1792 e 1794, ver p. 150.

Certamente, essas medidas de opressão revoltaram o povo polonês e incentivaram a emigração, não só para outros territórios europeus como para a América. Na região da Polônia que foi dominada pela Rússia, havia milhões de pequenos agricultores e trabalhadores assalariados que não estavam conseguindo renda suficiente para sustentar a família. De acordo com Stawinski (1999), “tendo conseguido sufocar, em 1863, o levante polonês, os russos promulgaram leis draconianas contra a população polonesa. [...] Privados de sua soberania nacional, os poloneses só tinham o direito de sofrer, calar, vegetar e morrer” (STAWINSKI, 1999, p. 14).

Aconteceu, então, que a febre migratória⁴⁰ espalhou-se pelos países europeus e, principalmente, na Polônia. Conforme Stawinski (1999), “uma avalanche de famílias, como que tangidas por vara mágica, buscavam evadir-se de uma situação insuportável, tentando melhor sorte longe de seu torrão natal” (STAWINSKI, 1999, p. 16). E ainda, “no decorrer de 1890, e nos anos subsequentes, registrou-se um êxodo, em massa, de imigrantes poloneses que encaminharam-se para o Brasil” (STAWINSKI, 1999, p.17). Segundo Wachowicz (1970), “O camponês, ávido de terra, da qual tirava todo o seu sustento, vem procurá-la onde ela existe em abundância: na América. Esta é a grande aspiração dos que preferem o Brasil como seu novo habitat” (WACHOWICZ, 1970, p. 27).

A Polônia não existia mais como estado autônomo. Entretanto, a população polonesa continuava a existir. Segundo Stawinski (1999), “para eles nunca, como agora, tinha sentido a canção patriótica, o hino oficial polonês: *Jeszcze Polska nie zginela, póki my żyjemy*⁴¹” (STAWINSKI, 1999, p. 21).

Do outro lado do Atlântico localizava-se o Brasil, cujo trabalho, desde o início da colonização em 1530 até 1888, tinha por base a escravidão. No dia 13 de maio de 1888 foi instituída no Brasil a Lei Áurea, a qual deu liberdade a todos os escravos do país. A partir de então, o Brasil intensificou a propaganda na Europa incentivando a migração para terras brasileiras. O Governo Brasileiro realizou contratos com companhias de navegação se comprometendo a pagar a passagem transoceânica. Pessoas de várias etnias vieram para o Brasil. Todavia, o Governo Brasileiro tinha duas intenções nesse contexto: a primeira, colonizar

⁴⁰ “Esse movimento migratório surgiu espontâneo, sem qualquer organização, sem prévia preparação e sem assessoramento oficial. Daí é fácil compreender que, em comparação com as correntes emigratórias de outras etnias, a emigração polonesa tenha encontrado maiores dificuldades em adaptar-se e em superar o complexo de inferioridade. Acresce que, para os poloneses vindos para o Brasil, era vexatório serem registrados nos documentos oficiais como cidadãos russos ou prussianos ou austríacos” (STAWINSKI, 1999, p. 17). Segundo Angulski (2009), a febre migratória acontece entre 1889 e 1914.

⁴¹ “A Polônia ainda não está perdida, enquanto nós vivemos” (STAWINSKI, 1999, p. 21).

a região sul do país, e a segunda, obter mão de obra para as fazendas de café no Estado de São Paulo (ANGULSKI, 2009).

É neste contexto histórico que as Colônias de Orleans, Murici e D. Pedro II, começam a ser colonizadas por poloneses, e as religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família vieram para o Brasil.

2.1 OS IMIGRANTES POLONESES NO BRASIL

Conforme Fausto (1999), a Revolução Francesa abalou as monarquias europeias, pois não se restringiu apenas à França. Os ideais da Revolução (Igualdade, Liberdade e Fraternidade) se espalharam por todo o mundo e, ao mesmo tempo, a revolução representou um perigo para as monarquias absolutistas quando os revolucínários assumiram o governo francês. Em 1799, Napoleão Bonaparte assumiu o governo francês por meio de um golpe de Estado. Ele pretendia dominar todo o território europeu. Desde então, as forças napoleônicas derrubavam as monarquias absolutistas europeias e implantavam novos governos. Nesse contexto, a Inglaterra era a maior adversária. Os franceses não tinham uma marinha de guerra forte o bastante para derrotar os ingleses. Napoleão seguiu então por outro caminho: em 1806 decretou o Bloqueio Continental, o qual consistia em neutralizar os pontos comerciais ingleses, em outras palavras, os países europeus tinham que escolher entre enfrentar as forças francesas ou aliar-se a elas tornando-se inimigas da Inglaterra. Como nenhum país era forte o suficiente para enfrentar as forças napoleônicas, ficaram ao lado de Napoleão; no entanto, alguns países compravam clandestinamente os produtos ingleses. Portugal era antigo aliado comercial e político da Inglaterra, não poderia contrariá-la, e também não poderia desafiar a França, pois sua força bélica não seria capaz de vencê-la. A solução encontrada foi a transferência da corte portuguesa para a colônia brasileira, a qual chegou à Bahia em janeiro de 1808 com escolta inglesa. Em 30 de novembro do ano anterior, 1807, Portugal já era considerado possessão francesa.

Com a corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro, este passou a ser a nova sede do Império português. O príncipe regente, D. João VI, tomou algumas medidas, como o Decreto de Abertura dos Portos Brasileiros às nações amigas, em 1808, segundo o qual os brasileiros poderiam exportar e importar produtos sem a interferência da metrópole para todas as nações que tinham acordos diplomáticos com Portugal. A nação que mais se beneficiou com o acordo foi a Inglaterra. Dois anos depois, 1810, D. João VI assinou com a Inglaterra os Tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação segundos quais os ingleses pagariam 15% de

taxas alfandegárias e outros países 24%. A abertura dos portos impulsionou a economia brasileira, mas por outro lado veio à tona o atraso das instituições colônias os quais dificultavam o comércio devido a problemas como a corrupção, o excesso de impostos, taxas de fiscalização entre outros. Em 1820, aconteceu em Portugal a Revolução Liberal do Porto, a qual exigia a volta da família real portuguesa ao seu país de origem e em 1822 é declarada a Independência do Brasil em relação a Portugal (FAUSTO, 1999).

Quanto à imigração para o Brasil, na primeira metade do século XIX, segundo Sikora (2014), as políticas imigratórias brasileiras estavam ligadas ao processo de colonização no Brasil. Essas políticas estavam fundamentadas “por objetivos políticos e econômicos e pelas várias circunstâncias provenientes da questão fundiária, concessão de sesmarias, os grandes vazios demográficos, a economia açucareira de base latifundiária escravista” (SIKORA, 2014, p. 44). Ainda de acordo com a mesma autora, é nesse período que o Brasil passa a receber colonizadores de várias regiões da Europa e não mais só de Portugal.

No ano de 1850, duas leis importantes foram promulgadas: a proibição do tráfico de africanos para o Império⁴² e a Lei de Terras⁴³. A primeira proibia a entrada de escravos no Brasil e a segunda permitia a compra de terras brasileiras. Em 1867, o governo imperial baixou o Decreto nº 3784, o qual estabelecia as normas para formação de colônias no Império brasileiro. No Art. 40 “proibia-se expressamente a existência de escravos nos núcleos coloniais, e nem tampouco nas colônias já existentes poderiam estabelecer-se pessoas que tivessem escravos em sua companhia” (WACHOWICZ, 1976, p. 11). No ano de 1871 foi promulgada a Lei do Ventre Livre, segundo a qual os filhos das mulheres escravas nasceriam livres. No dia 13 de maio de 1888, a lei Áurea foi aprovada pelos deputados brasileiros e assinada pela princesa regente Isabel⁴⁴. A partir dessa lei ficou declarada extinta a escravidão no Brasil.

⁴² LEI Nº 581, de 04 de setembro de 1850. Estabelece medidas de repressão ao tráfico de africanos para o Império Brasileiro. Art. 3º São autores do crime de importação, ou de tentativa dessa importação o dono, o capitão ou mestre, o piloto e o contramestre da embarcação, e o sobrecarga. São complices a equipagem, e os que coadjuvarem o desembarque de escravos no território brasileiro, ou que concorrerem para os ocultar ao conhecimento da Autoridade, ou para os subtrair á apreensão no mar, ou em acto de desembarque, sendo perseguido (BRASIL-IMPÉRIO: lei Nº 581 de 04 de setembro de 1850). Obs. Escrito de acordo com o original.

⁴³ LEI Nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. São terras devolutas aquelas que não estão em uso público nacional, provincial ou municipal, aquelas que não tem título legítimo, que não se acharem dadas por sesmarias ou que não estiverem ocupadas por posses. Alguns Art. Art. 11. Os posseiros serão obrigados a tirar títulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por efeito desta Lei. [...] Art. 12 O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º para a colonização dos indígenas; 2º para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento, estabelecimentos públicos; 3º para a construção naval. Art.17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nelas se estabelecerem, ou vierem á sua custa exercer qualquer indústria no paiz, serão naturalizados querendo, depois de dous anos de residencia pela fôrma por que foram os da colônia S. Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do Município (BRASIL-IMPÉRIO, Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850). Obs. Escrito de acordo com o original.

⁴⁴ Princesa Imperial Regente em nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II (BRASIL, 1888).

Dois problemas surgiram após a promulgação dessas leis: a falta de mão de obra e a alta no custo de vida. Diante disso havia duas alternativas: “apelar para a mão-de-obra indígena ou cabocla; passar a concorrer em grande escala com os países imigratórios disputando a preferência do imigrante, notadamente europeu” (WACHOWICZ, 1976, p. 9). A alternativa que pareceu viável naquele momento foi a mão de obra dos imigrantes europeus.

Para os emigrantes vindos da parte da Polônia ocupada pela Prússia, bastava estar com o serviço militar obrigatório em dia para conseguir sair do país legalmente. A intenção do governo prussiano era enfraquecer o sentido de nacionalidade polonesa e aumentar a influência prussiana na região. Na parte polonesa tomada pela Áustria, o processo de emigração acontecia da mesma forma. Não precisava nem ter passaporte. Já na parte russa, a situação era diferente, era preciso ter passaporte e permissão do governo russo. As pressões eram maiores devido aos movimentos pela libertação da Polônia já realizados. Torna-se difícil saber exatamente quantos poloneses imigraram para o Brasil devido ao fato de que a Polônia esteve dominada por russos, austríacos e prussianos e muitas dessas pessoas entraram no país como russas, austríacas ou prussianas (JADWISZCZAK, 2009).

De um lado se tem “inúmeras famílias polonesas que viviam em más condições nos territórios poloneses ocupados, em grande parte decorrente da industrialização e precarização da vida camponesa” (FREDER, SIELSKI, 2015, p. 24) e, de outro lado, “uma nação em construção que visava à ocupação geográfica e à expansão econômica em outras bases, diferentes das que haviam alimentado a escravidão africana durante séculos” (FREDER, SIELSKI, 2015, p. 24).

Para Wachowicz (1970),

entre os milhares de imigrantes poloneses que aportaram ao Brasil no século XIX e início do século XX, poucos eram os indivíduos com instrução superior, aos quais poderíamos chamar de intelectuais. Com os colonos, na melhor das hipóteses, vinha também um padre, como pessoa de maiores conhecimentos e de maior traquejo. Essa falta se fez sentir no Brasil desde o início da colonização, pela escassez de líderes representativos dos imigrantes, dentro da estrutura social e política brasileira (WACHOWICZ, 1970, p. 17).

Percebe-se que a imigração polonesa para o Brasil não foi planejada e nem orientada seja por entidades polonesas ou por brasileiras. Cada colônia formou seu mundo isolado e sem comunicação em relação a outras (WACHOWICZ, 1970).

Os poloneses, quando chegaram ao Brasil, sentiram-se livres, mas por outro lado não estavam acostumados a esta situação. Até então obedeciam, agora havia chegado o momento

de tomar iniciativas por conta própria. Uma delas foi a construção das escolas-sociedades. A maioria dos colonos poloneses eram analfabetos e não queriam que seus filhos o fossem também. O governo incentivava esse tipo de atitude, pois ainda estava organizando o sistema educacional e não provia de recursos financeiros que fossem a contento para construir escolas em cada colônia. A comunidade fundava uma sociedade recreativa que serviria para encontros dos colonos, principalmente aos domingos, na qual conversariam sobre assuntos do cotidiano, técnicas agrícolas, religião, educação e outros. Seria também uma maneira de fugir do cotidiano dramático no qual viviam solitários, enfrentavam serpentes, mata fechada e outros infortúnios. A construção serviria também para comemorações de datas importantes, bailes e divertimentos para a juventude. O dinheiro arrecadado serviria para pagar alguma pessoa que pudesse lecionar para os seus filhos. Nesse caso, a entidade que mantinha a escola e o professor eram os próprios colonos. Enquanto não conseguiam construir uma escola, a sociedade recreativa era utilizada como sala de aula. Entretanto, nem todas as comunidades conseguiram construir sociedades-escolas (WACHOWICZ, 1970). Segundo o mesmo autor, “esta instituição mista, ou seja, escolar-recreativa, é a primeira manifestação coletiva da aculturação do imigrante polonês no Brasil” (WACHOWICZ, 1970, p. 21).

O pagamento do professor leigo⁴⁵ variava de colônia para colônia. Em algumas colônias polonesas, os colonos não tinham dinheiro propriamente dito, então pagavam o professor com produtos como cereais, animais, pão, manteiga, salame, ovos entre outros. Houve situações em que o professor ficava com a dispensa cheia de mantimentos e, em outras, não tinha o que comer. Tudo dependia de como era a produção dos colonos em determinado tempo e espaço. Tudo era simples e primitivo, no entanto, cada novo conhecimento adquirido pelos filhos dos colonos era considerado um sucesso (WACHOWICZ, 1970).

Os imigrantes poloneses eram considerados no Brasil como cidadãos brasileiros, portanto, tinham direitos e deveres perante o governo brasileiro. Para os poloneses foi uma situação difícil, pois a cultura polonesa estava muito viva dentro deles, não se sentiam brasileiros ainda. Segundo Freder e Sielski (2015), “a religiosidade, a gastronomia, a dança, a língua e a música se destacaram como áreas importantes enquanto instrumentos de sobrevivência desse pertencimento étnico” (FREDER, SIELSKI, 2015, p. 27). Materiais impressos em língua polonesa tornaram-se um forte elemento de divulgação da ‘polonidade’. O Jornal Polônia era um importante meio de comunicação entre os poloneses do Brasil e os poloneses que estavam na Europa (FREDER, SIELSKI, 2015). Outro jornal importante foi o

⁴⁵ Neste contexto, professor leigo significa aquele que não faz parte do clero ou de alguma hierarquia eclesiástica.

Jornal Lud, fundado no ano de 1920, pela Congregação dos Padres Vicentinos de Curitiba. Foi criado com a intenção de informar os colonos poloneses referente a assuntos diversos. Eram escritos no idioma polonês (WACHOWICZ, 1970).

Enquanto isso, o Brasil deixava de ser Império e passava a ser uma República no dia 15 de novembro de 1889. A partir desse período muitos decretos e leis foram aprovados para regulamentar a colonização no país. O Decreto nº 6.455 de 19 de abril de 1907 aprova as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional. Segundo o Art. 1., a União seria responsável pelo povoamento mediante acordo com Governos Estaduais, empresas de viação, férreas ou fluviais. O Art. 2. explicava sobre o acolhimento dos imigrantes⁴⁶ no país com idade inferior a 60 anos. Os imigrantes acima desta idade só poderiam entrar no país se houvesse alguém na mesma família considerado apto para o trabalho. Outros artigos tratam das normas para formação dos núcleos coloniais fundados pela União, pelos Estados, por empresas, companhias, associações e particulares, das linhas coloniais, da imigração e da repatriação. O documento era composto por 127 artigos. Já o Decreto nº 9.081 de 3 de novembro de 1911, possuía os mesmos regulamentos do anterior, de 1907, e os novos referiam-se ao preço, títulos e distribuição dos lotes, deveres dos funcionários que trabalham com o serviço de imigração e povoamento, administração e emancipação dos núcleos e os deveres e direitos dos imigrantes e funcionários das hospedarias. Esse Decreto possuía 227 Artigos, 100 a mais que o anterior. No dia 16 de outubro de 1918, o Presidente da República brasileira autorizou a execução do Decreto nº 3.550, pelo qual reorganizou a Diretoria do Serviço de Povoamento dando-lhe a denominação de Departamento Nacional de Trabalho, contendo três divisões: 1ª divisão - Legislação, inspeção e estatística do trabalho; 2ª divisão - Serviços técnicos em geral, colonização e terras públicas; 3ª divisão - Imigração, emigração, repatriação, patronato agrícola, expediente e contabilidade. Possui 11 Artigos e trata dos direitos e deveres das pessoas que trabalham nesse departamento.

O Decreto-Lei nº 406 de 4 de maio de 1938 dispunha sobre a entrada de estrangeiros no território brasileiro: quem tem permissão ou não para entrar⁴⁷, como são classificados os

⁴⁶ Art. 2. Serão acolhidos como imigrantes os estrangeiros menores de 60 anos, que, não sofrendo de doenças contagiosas, não exercendo profissão ilícita, nem sendo reconhecidos como criminosos, desordeiros, mendigos, vagabundos, dementes ou inválidos, chegarem aos portos nacionais com passagem de terceira classe, á custa da União, dos estados ou de terceiros; e os que, em igualdade de condições, tendo pago as suas passagens, quiserem gozar dos favores concedidos aos recém-chegados. (BRASIL, DECRETO Nº 6. 455 de 19 de abril de 1907). Obs. Escrito de acordo com o original.

⁴⁷ Art. 1º Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo: I - aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos; II - indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres; III - que apresentem afecção nervosa ou mental de qualquer natureza, verificada na forma do regulamento, alcoolistas ou toxicomanos; IV - doentes de moléstias infecto-contagiosas graves, especialmente tuberculose, tracoma, infecção venérea, lepra e outras referidas nos regulamentos de saúde pública; V - que apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional; VI

estrangeiros, número de estrangeiros que podem entrar no país, a fiscalização, identificação e registro, hospedagem e encaminhamento, concentração e assimilação, visto de retorno, licença de imigração coletiva, penalidades, selo de imigração, conselho de imigração e colonização. O documento possuía 93 artigos.

Convém ressaltar que, entre 1889 e 1938, as legislações foram instituídas no Brasil com o propósito de controlar a entrada de estrangeiros para que fosse possível planejar os núcleos coloniais, a distribuição de lotes e ocupar espaços vazios.

2.1.1 A IMIGRAÇÃO POLONESA PARA O ESTADO DO PARANÁ E A CIDADE DE CURITIBA E ARREDORES

Conforme Fudali (2009), entre 1890 e 1910, 200.000 imigrantes de vários grupos étnicos se deslocaram para o Paraná. Desse total, “60.000 eram poloneses desempregados, pequenos agricultores e até habitantes mais abastados das aldeias que abandonaram o país da Polônia no período da ‘primeira febre brasileira’ (1890 - 1891)” (FUDALI, 2009, p. 243). E ainda “Correram em busca de uma vida melhor, para uma terra distante, onde o governo desenvolvia uma política de ocupação dos Estados do Sul do Brasil, trazendo imigrantes da Europa” (FUDALI, 2009, p. 243).

A adaptação dos colonos que se instalaram em pequenas propriedades durante o governo de Lamenha Lins no Paraná foi difícil: faltava-lhes instrumentos agrícolas, as sementes eram escassas, as pragas e insetos por muitas vezes acabavam com a plantação, os lotes eram pequenos, as estradas eram ruins, o que tornava a situação mais complicada para o tráfego de carroças em dias chuvosos e nem todos os colonos tinham carroças, cavalos, vacas e suínos (WACHOWICZ, 1976).

A produção agrícola no Paraná Província (1853-1889), segundo Wachowicz (1976), era limitada devido ao fato de que a população dedicava-se ao comércio do mate e do gado bovino e muar e, ao mesmo tempo, considerava a profissão agrícola como inferior. Por outro lado, o governo paranaense tencionava trazer para as terras paranaenses pessoas que gostassem de trabalhar com a agricultura fazendo uso de novos hábitos e técnicas agrícolas.

- menores de 18 anos e maiores de 60, que viajarem sós, salvo as exceções previstas no regulamento; VII - que não provem o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para manter-se e às pessoas que os acompanhem na sua dependência; VIII - de conduta manifestamente nociva à ordem pública, segurança nacional ou à estrutura das instituições; IX - já anteriormente expulsos do país, salvo si o ato de expulsão tiver sido revogado; X - condenados em outro país por crime de natureza que determine sua extradição, segundo a lei brasileira; XI - que se entreguem à prostituição ou a explorem, ou tenham costumes manifestamente imorais (BRASIL, Decreto-Lei nº 406 de 4 de maio de 1938). Obs. Escrito de acordo com o original.

Segundo Wachowicz (1995),

A presença em território paranaense de grupos étnicos tão numerosos e das mais diversas procedências, deu ao estado uma característica toda especial. Provavelmente, o Paraná é o maior laboratório étnico do Brasil. Esses imigrantes representados pelas novas gerações, praticamente integraram-se à sociedade brasileira, uns mais, outros menos, todos porém dando sua colaboração para a transformação da cultura original luso-brasileira (WACHOWICZ, 1995, p.15).

O processo imigratório da Europa para o Brasil acentuou-se a partir de 1870. De acordo com Wachowicz (1999), o presidente da Província do Paraná, Lamenha Lins⁴⁸, implantou a partir de 1875, um programa de colonização europeia na capital e seus arredores com a intenção de que colonos europeus se fixassem em torno da cidade de Curitiba e a abastecessem com produtos hortifrutigranjeiros. Segundo Wachowicz (1976), além de abastecer a capital, as pessoas dessas colônias “eram fonte de mão-de-obra especializada, como carpinteiros, ferreiros, pedreiros” (WACHOWICZ, 1976, p. 8).

No ano de 1878, já existiam várias colônias agrícolas nos arredores de Curitiba e São José dos Pinhais. Entre 1870 e 1914, emigraram para essas duas localidades em torno de 40 mil imigrantes poloneses (FREDER, SIELSKI, 2015). Com a intenção de facilitar a administração das colônias ao redor da capital paranaense, a Câmara Municipal achou por bem criar um distrito administrativo no dia 20 de agosto de 1892, denominado Nova Polônia, em homenagem à população que trabalhava com a agricultura e abastecia a capital com gêneros de subsistência. O distrito existiu durante 46 anos e, quando se desintegrou, seu território veio a formar parte do atual Município de Campo Largo (WACHOWICZ, 1976).

Os poloneses circulavam no Município de Curitiba e arredores trabalhando “em jornais, em escolas e no comércio, frequentando espaços de lazer ou vendendo os produtos da lavoura expostos em seus carroções estacionados perto do Mercado Municipal, que se localizava [...] na atual praça Generoso Marques” (FREDER; SIELSKI, 2015, p. 38).

Segundo relatos de poloneses que vieram para Curitiba na década de 1870, a paisagem da cidade remetia a uma cena rural “com carroções, a lide familiar no cultivo da terra e no plantio, a arquitetura residencial com a utilização de troncos de madeira, enfim, uma série de

⁴⁸ Segundo Souza (2015), Lamenha Lins era pernambucano, foi presidente da Província entre 21 de abril de 1875 a 16 de julho de 1877. A Colônia Cândida foi criada em 1875 e recebeu esse nome em homenagem à esposa do presidente da Província paranaense: Cândida de Oliveira. Em 1877, foi inaugurada no local a capela de Santa Cândida; desde então, a Colônia passou a ser denominada de Colônia Santa Cândida.

ícones que compõem a história dos poloneses em território curitibano” (FREDER, SIELSKI, 2015, p. 24).

Entre os anos de 1890 e 1891, a população do planalto de Curitiba sofreu com muitas doenças e epidemias. Aproximadamente três mil pessoas sofreram com as desintérias, as febres e problemas gastrointestinais. Segundo o Inspetor de Higiene do Estado, as causas dessas doenças estavam na variação de temperaturas naqueles anos: dias de intenso calor alternados com o frio das geadas. No ano de 1889, um batalhão de soldados vindos do Rio de Janeiro alojou-se na hospedaria dos imigrantes situada na Rua Aquidaban, atual Emiliano Pernetá. Esses soldados traziam no corpo as crostas causadas pela varíola. Tão logo os soldados chegaram, uma epidemia de varíola se espalhou por toda a região de Curitiba e arredores. Para combater o mal, instituiu-se a vacinação obrigatória. A epidemia se desenvolveu mais nas colônias polacas, pois os poloneses não queriam se vacinar e nem se isolar da família, e conservavam os cadáveres por dois ou três dias rezando juntos antes de realizar o enterro. Além da vacinação obrigatória, o governo proibiu as visitas aos doentes para evitar o contato. Também ficou proibido enterrar a pessoa que tivesse morrido por causa da varíola no cemitério municipal, o enterro teria que ser realizado na propriedade, no meio do mato. Os colonos se revoltaram, pois não conseguiam compreender como um cristão poderia ser enterrado longe da igreja, sem a aspersão da água benta e sem a presença de um sacerdote. Muitos colonos enterravam seus familiares durante o dia e, à noite, um sacerdote se dirigia clandestinamente ao local para fazer a encomendação. Tal atitude fez com que o governo enviasse soldados para vigiar os cemitérios e as colônias a fim de evitar esse procedimento. Em 1890 e início de 1891, 1724 paranaenses contraíram a varíola, 1488 foram curados e 236 morreram (WACHOWICZ, 1976).

Quanto à educação, existiam dezenas de escolas-sociedades no Paraná, funcionando sem auxílio do governo. Os professores poloneses formados eram uma raridade, muitos colonos transformavam-se em professores do dia para a noite. Trabalhavam meio dia na roça e o restante na escola para ensinar o pouco que sabiam. Nessas escolas não havia claridade suficiente, as condições de higiene eram inadequadas, muitas vezes faltava papel, giz e material didático, o professor tinha que improvisar tudo. Mas nem todos os professores eram assim. Muitos apareciam repentinamente nas colônias, trabalhavam alguns meses e depois abandonavam ou emprestavam dinheiro dos colonos e desapareciam. Às vezes, por anos, os alunos ficavam sem professor. No início do século XX, surgiram novas colônias polonesas no Paraná, aumentando o número de escolas-sociedades (WACHOWICZ, 1970). Em outros Estados brasileiros, muitas escolas também funcionavam sem auxílio do governo. De acordo com os pareceres de Rui

Barbosa, havia muito a se fazer pela educação brasileira. Somente após realizar muito estudos na área de educação, propôs mudanças para a situação do ensino no Brasil, que considerava estar em situação lastimável (MORMUL; MACHADO, 2013).

Segundo Stawinski (1999), os colonos que se estabeleceram longe dos centros comerciais e das escolas não tiveram desenvolvimento como aqueles que se estabeleceram em terras férteis e próximos do comércio e da escola. De qualquer maneira, todos eles têm contribuição para o desenvolvimento da Nação Brasileira. Percebe-se neste contexto que a escolarização foi um dos principais fatores de desenvolvimento para os colonos.

2.2 COLÔNIA ORLEANS: UMA HISTÓRIA DE TRABALHO, ORAÇÃO, SACRIFÍCIO E EDUCAÇÃO

A Colônia Orleans foi criada em dezembro de 1875, localizada a 10 Km do centro de Curitiba. Segundo Wachowicz (1976), “a Colônia foi emancipada no dia 10 de novembro de 1878, e recebeu esse nome em homenagem ao príncipe Luís Felipe de Orleans, o conde d’Eu, esposo da princesa D. Isabel” (WACHOWICZ, 1976, p. 13). De acordo com o mesmo autor, a população estava composta por 196 poloneses prussianos, 43 poloneses galicianos, 27 ingleses, 20 italianos, 11 franceses, 6 brasileiros e 4 alemães. Os colonos de outras nacionalidades que se instalaram nessa colônia eram, em sua maioria, reimigrantes de outras colônias do Paraná e de Santa Catarina (WACHOWICZ, 1976).

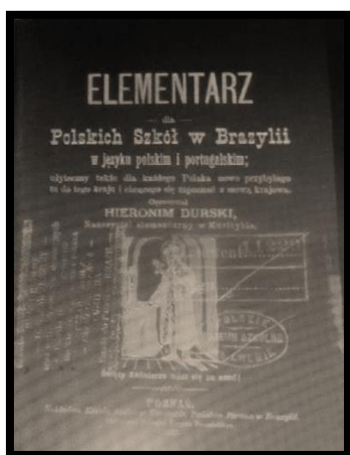
Os habitantes dessa colônia enfrentaram sérios problemas. Um deles era chegar até a igreja, pois tinham que passar por banhados e, quando chovia, ficava impossível chegar até ela. O outro trata-se da construção de um moinho para moer cereais. Neste caso seria um moinho que serviria para toda a comunidade e, até mesmo, para habitantes de colônias vizinhas. Também havia indecisão quanto ao local no qual o moinho deveria ser instalado. Outro entrave foi a má distribuição dos lotes, o que dificultava a construção de estradas secundárias ligando a outra principal. Por vezes, os moradores tinham que transitar pelas divisas dos lotes, o que acabava sendo fato de desentendimento entre os colonos, por se acharem prejudicados. Os imigrantes que foram designados a habitar os lotes sem mata reclamavam muito, pois dependiam da madeira para construir suas casas, fabricar utensílios e móveis (WACHOWICZ, 1976).

No mesmo ano de fixação dos colonos em Orleans, o Ministério da Agricultura ordenou a construção de uma igreja. Os colonos adquiriram o lote nº 66 para construí-la passando-o para

o patrimônio da Capela de Santo Antônio. O primeiro padre foi Ludovico Przytarski⁴⁹. No ano de 1880, o Imperador D. Pedro II visitou a Colônia Orleans e os colonos aproveitaram a oportunidade para solicitar a ajuda do Imperador na construção de uma igreja no local. Sensibilizado com o pedido e sabendo que a região possuía nomes de seus familiares, prometeu enviar uma imagem do padroeiro Santo Antônio e dois sinos para a torre da igreja. Alguns meses depois chegaram os presentes. A imagem de Santo Antônio desapareceu em 1920 (WACHOWICZ, 1976). Os sinos foram utilizados desde a sua chegada na Colônia Orleans e continuam até os dias atuais - 2018.

De acordo com Wachowicz (1976), “A Colônia Orleans, entre todas as fundadas em 1876, foi a mais beneficiada pelo governo, do ponto-de-vista da instrução de sua mocidade. Foi a primeira a receber uma escola pública” (WACHOWICZ, 1976, p. 39). E ainda “para professor da mesma, foi contratado um polonês naturalizado brasileiro, que exercia, na ocasião, magistério no vizinho município de Campo Largo. Tratava-se do mestre-escola Jerônimo Durski” (WACHOWICZ, 1976, p. 39). O professor Jerônimo Durski era formado em escolas pedagógicas prussianas do século XIX. Conhecia métodos pedagógicos mais do que outros professores da região. Segundo Renk (2014), esse professor elaborou um livro bilíngue no qual os poloneses tinham as primeiras noções da língua portuguesa. Jerônimo Durski é considerado o pai das escolas polonesas no Brasil tanto pela sua atividade como professor quanto pelo livro bilíngue que escreveu chamado ‘Manual para as escolas polonesas no Brasil’ (RENK, 2014). A Figura 2 é uma cópia da capa do Livro *Elementarz*.

Figura 2 - Capa do Livro *Elementarz* - Manual para as escolas polonesas no Brasil.



Fonte: RENK, 2014, p. 102.

⁴⁹ Primeiro capelão da Colônia Orleans. Em 1878 administrou a construção de uma nova Igreja na localidade, pois a antiga era pequena. A obra foi concluída em 1880. Ficou na Colônia entre 1876 e 1891 (WACHOWICZ, 1976)

Na introdução do livro, Jerônimo Durski explicava como deveria ser utilizada a obra: “A orientação geral pedagógica, como também didática é: do fácil para o difícil, do próximo para o longínquo, do conhecido para o desconhecido, da unidade para o conjunto. Esta é a orientação seguida.” (WACHOWICZ, 1970, p. 23). Essa obra foi impressa em *Poznan/Polônia* no ano de 1893 e vendida em todos os lugares que tivessem colonos de origem polonesa. Hoje é uma obra raríssima, por ser a primeira obra didática polono-brasileira, existem 2 ou 3 exemplares no Brasil e na Polônia. Segundo Renk (2014), “a primeira parte do livro está escrita em língua polonesa e é uma cartilha para alfabetização, seguindo o método silábico [...] com as seguintes lições: o homem e sua família; o corpo humano; a alma humana; as línguas dos homens; oração infantil em verso” (RENK, 2014, p. 103). A mesma autora ainda explica que: “na segunda parte, em língua portuguesa, o autor apresenta o alfabeto português usando o método fonético. Iniciam-se as lições pela pronúncia das letras e das sílabas” (RENK, 2014, p. 103). Por meio do estudo nessa cartilha, os poloneses aprendiam o básico da língua portuguesa. O livro foi elaborado de acordo com o método de ensino intuitivo. De acordo com Valdemarim (1998), esse “método pode ser sintetizado em dois termos - observar e trabalhar. Observar significa progredir da percepção para a ideia, do concreto para o abstrato, dos sentidos para a inteligência, dos dados para o julgamento” (VALDEMARIM, 1998, p. 69). E ainda: “Trabalhar, [...] consiste em fazer do ensino e da educação na infância uma oportunidade para a realização de atividades concretas, similares àquelas da vida adulta” (VALDEMARIM, 1998, p. 69). A intenção é propor atividades do mais fácil para o mais difícil a partir de elementos que fazem parte do cotidiano do aluno.

Além de seu cargo como professor, interessava-se pelos problemas da colônia, como a ordem, a ladroagem, a falta de leis e pais que se negavam a mandar seus filhos para a escola. Em 1879, devido à influência de Jerônimo Durski na colônia e com medo de perder a liderança local, o Pe. Ludovico Przytarski construiu uma casa na qual funcionaria uma nova escola e as crianças teriam aulas de religião e ensino das primeiras letras. A maioria dos alunos migraram para a escola do Pe. Ludovico e a escola de Jerônimo Durski acabou ficando sem recursos, até mesmo para o próprio professor e sua família. O mestre escola pediu transferência para outra região, o qual teve veredito como indeferido e, em 24 de julho de 1880, a escola da Colônia Orleans foi suprimida por falta de alunos. Somente em 1892 o professor Jerônimo Durski foi removido para uma escola na região de Campo Comprido e dois anos depois se aposentou devido a problemas auditivos. A escola do Pe. Ludovico funcionou por dois anos, pois o religioso abandonou esta atividade. Assim, a população de Orleans ficou sem atendimento escolar até o fim do Império brasileiro. Foi assim que a comunidade de Orleans pediu auxílio

ao consulado austríaco em Curitiba no tocante à educação das crianças e as religiosas da Congregação Franciscana da Sagrada Família de *Lwów*⁵⁰ vieram ao Brasil, especificamente a Curitiba (WACHOWICZ, 1976).

Os imigrantes de Orleans foram os primeiros a manifestar o desejo de trazer as religiosas da Sagrada Família de Maria para trabalhar com a educação de seus filhos no espírito católico e polonês. Esses imigrantes já tinham conhecimento do trabalhado dessas religiosas na parte da Polônia que estava sob domínio austríaco como a direção de escolas e creches, nas cidades, nas aldeias e nos lugares mais pobres. Os imigrantes queriam que fossem religiosas polonesas, patriotas e com determinação para educar o povo, neste caso os poloneses de Orleans. O Pe. João Mientus, que já trabalhava na localidade, dirigiu-se ao consulado da Áustria no Brasil para fazer o pedido em nome dos colonos. No ano de 1905, a Madre Geral Sofia Koncza recebeu o pedido, consultou as autoridades pertinentes e decidiu enviar para o Brasil um grupo de religiosas (FUDALI, 2009).

O primeiro grupo de Irmãs deixou *Lwów* no dia 7 de janeiro de 1906. O navio que as trouxe para o Brasil era alemão e seu nome era *Sparta*. No Quadro 3, segue o nome das primeiras religiosas, a procedência e a finalidade da vinda ao Brasil, especificamente em Orleans/Curitiba, Estado do Paraná (FUDALI, 2009).

Quadro 3 - Primeiras religiosas da Congregação Franciscana da Sagrada Família de Maria que chegaram à Colônia Orleans em 1906

Colônia Brasileira PR	Religiosas	Procedência	Chegada na Colônia	Finalidade
Orleans/Curitiba	Ir.Sofia Ulatowska, Ir.Jadwiga Dudkówna Ir.Maria Grzegorzewicz	Polônia	01/03/1906	Irmãs professoras e catequistas para a Escola Polonesa de Orleans.

Fonte: Quadro elaborado por Grybosi e Vieira de acordo com FUDALI, 2009, p. 243-265.

No início as religiosas não tinham nem casa e nem escola. Os colonos poloneses providenciaram uma velha casa paroquial para ser a moradia e a escola. Possuía dois quartos pequenos e uma sala de aula para as meninas. No sótão da mesma casa havia uma sala de aula e três quatinhos.

⁵⁰ “Cidade que se localiza no Oeste da Ucrânia, na fronteira com a Polônia. De 1772 a 1918, integrou o domínio austríaco, quando da primeira partilha da Polônia entre três impérios. No período da emigração dos poloneses para o Brasil, a região onde se situa a cidade de *Lwów* era conhecida como Galícia Polonesa, a qual vivenciava certa autonomia, com o uso da língua polonesa nas universidades. Em grande parte por isso e também pela influência de Viena, a cidade foi um importante centro intelectual e de formação de sociedades científicas e grupos de pesquisa em diversas áreas, como economia e medicina” (FREDER, SIELSKI, 2015, p. 25).

De acordo com Fudali (2009), a Ir. Sofia assumiu o cargo de superiora, a Ir. Jadviga lecionava muitas matérias, a Ir. Maria ensinava cantos, cozinhava e era responsável pela lavanderia. Pelo trabalho as Irmãs recebiam leite, manteiga, banha, café, açúcar, vários tipos de pães, doces, salames, pernis, batatas, repolho, beterraba, enfim, um pouco do que os colonos obtinham de seu trabalho. Além do trabalho educacional, as religiosas dedicavam-se aos doentes, realizavam os primeiros socorros e auxílio espiritual. Assim tem início o trabalho das religiosas da Sagrada Família de Maria no Brasil.

2.3 COLÔNIA MURICI: UMA HISTÓRIA DE TRABALHO, FÉ, PERSEVERANÇA E AMOR À TERRA

Em 1878, já haviam sido criadas quatro colônias oficiais em São José dos Pinhais (PR). Para criá-las, o Governo paranaense comprou as terras de Veríssimo Pereira⁵¹. As terras que formaram a Colônia Murici foram divididas em 73 lotes ocupados por poloneses galicianos e prussianos (MAROCHI, 2006). Segundo Turbanski (1978), essa Colônia surgiu na terceira etapa da colonização polonesa no Paraná. A maioria dos imigrantes poloneses provinham da Prússia Ocidental, da região de *Starogard*, e outra parte veio da província da Galícia (TURBANSKI, 1978).

A Colônia Murici recebeu esse nome em homenagem ao Dr. José Cândido da Silva Murici. Ele trabalhou como médico no Exército Brasileiro e na cidade de Curitiba, assim como nas regiões afetadas por epidemias. A convite de Zacarias de Góis e Vasconcelos – primeiro presidente da Província do Paraná (1853) –, veio a Curitiba para assumir o cargo de Secretário Estadual da Saúde. Exerceu também o cargo de deputado provincial por três mandatos. No dia 8 de março de 1968, lançou a pedra fundamental no local que seria edificada a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. É provável que nunca tenha conhecido a Colônia Murici, pois esta foi fundada em 1878 e o homenageado veio a falecer em 1879. Não foram encontrados documentos relatando a sua visita à Colônia (TURBANSKI, 1978).

A maioria polonesa que se instalou era de agricultores e a intenção era possuir um pedaço de terra e que seus filhos também possuíssem futuramente. Entraram no Paraná por meio do Porto de Paranaguá, seguiram para Antonina e depois para a Hospedaria do Imigrante em Curitiba. Somente, depois de alguns dias se dirigiram para os lotes. As casas construídas na Colônia Murici eram simples, inteiramente de madeira, inclusive o telhado. A madeira servia

⁵¹ Proprietário das terras que foram compradas pelo governo paranaense e que, em 1878, passaram a fazer da Colônia Murici (MAROCHI, 2006).

para a construção das casas e para fazer os utensílios para a cozinha e móveis. Não haviam tijolos e nem telhas na região naquela época (MAROCHI, 2006). As casas de troncos⁵² traduzem a técnica e os saberes transmitidos de geração em geração. Constituem aspectos culturais e conhecimentos da tradição das antigas construções de madeira da Europa Setentrional, em especial da Polônia (BERNARDO, 2013).

Após o estabelecimento na Colônia, os imigrantes procuraram cultivar produtos que já conheciam na Europa e que tivesse saída no mercado de Curitiba. Trabalhavam também com a criação de animais. Não possuíam recursos financeiros e comprar ou vender produtos sem dominar o idioma português tornava tudo mais complicado (MAROCHI, 2006).

Conforme Turbanski (1978), ao chegarem à Colônia Murici, os imigrantes poloneses ficaram desiludidos, pois não havia nada, somente mata fechada. Eles tiveram que fabricar tudo de madeira rasgada⁵³: casas, utensílios para a cozinha, os poucos móveis para a casa e até mesmo as carroças. Para construir as moradias, “faziam o esqueleto da casa com esteios, enchendo as frestas com barro misturado com palha ou capim, e cobrindo com tabuinhas. Mais tarde começaram a fabricar os tijolos que eram ligados com barro” (TURBANSKI, 1978, p. 19). Nesse período não havia nem cal e nem cimento. Quanto às refeições, preparavam em uma “panela de barro pendurada sobre uma forquilha, acima do fogo feito no chão. Outros utensílios da cozinha e de copa eram feitos de madeira, muito toscos” (TURBANSKI, 1978, p. 19).

A demora entre a instalação das primeiras famílias e a primeira colheita dificultou a vida dos imigrantes na Colônia Murici, pois derrubar a mata e preparar a terra para o plantio levou muito tempo. Era necessário abrir estradas para poder levar a produção para o comércio. As estradas ou caminhos utilizados pelos colonos eram intransitáveis, a situação se agravava nos períodos de chuva. Segundo Marochi (2006), “em quase todos os trajetos, as estradas se apresentavam cheias de curvas, cortando muitas barrocas e regiões pantanosas, onde os próprios colonos tiveram que construir pontes de madeira” (MAROCHI, 2006, p. 70).

Entre 1910 e 1920 foi construído um centro comercial na Colônia, cujo proprietário era Vicente Haluch. Esse mesmo proprietário “instalou também uma torrefação de café, uma fábrica de doces variados (balas), uma fábrica de sapatos, latoaria, chocolateria, fábrica de canecos e caixas de batatinha que exportava para Santos. Comercializava também com erva-mate em

⁵² “Tronco refere-se à porção da árvore compreendida entre a raiz e os galhos. [...] Os colonos derrubavam a árvore, retiravam a casca dos troncos e colocando-os na posição horizontal um em cima do outro. As frestas eram vedadas com uma argamassa feita de barro, palha de capim e cinza” (BERNARDO, 202013, p. 27).

⁵³ No início, os colonos poloneses dispunham de poucas ferramentas para derrubar árvores, utilizavam apenas machados, serras manuais, cunhas, alavancas e ganchos. A golpes de machados as árvores eram derrubadas e, seus troncos eram utilizados para fabricar o que necessitavam fazendo o acabamento de acordo com os instrumentos que possuíam (BERNARDO, 2013).

grande escala” (TURBANSKI, 1978, p. 76). A propósito, a erva mate era considerada como ouro verde no Paraná e, para os colonos, fonte de riqueza.

Segundo Turbanski (1978), ao lado da sede social localizada no centro da Colônia, foi construído um monumento em homenagem aos agricultores da região. No monumento há inscrição primeiro na língua portuguesa depois na polonesa com as seguintes palavras: “Jesus, Divino Semeador – *Jesus, Boski Siewca – 1878 – 1928*” (TURBANSKI, 1978, p. 75). A obra foi esculpida pelo artista polonês João Zaco Paraná⁵⁴. O monumento foi construído para comemorar os cinquenta anos de fundação da Colônia Murici. Este monumento tem relação com a estátua do Semeador de Curitiba, localizada na Praça Eufrásio Correia, que foi uma doação da colônia polonesa em virtude da comemoração do centenário da Independência do Brasil (TURBANSKI, 1978). Essa obra também foi esculpida pelo artista João Zaco Paraná, em 1923.

Para Marochi (2006), “no dia a dia, nas construções das casas, no mobiliário, na alimentação, no vestuário e em todas as situações possíveis, sempre esteve presente o modo de pensar e de viver da antiga Polônia” (MAROCHI, 2006, p. 87). Uma das tradições que merecem destaque são os lambrequins⁵⁵ colocados nos beirais das casas para enfeitá-los (BERNARDO, 2013).

A religiosidade trazida da Polônia sempre esteve presente no cotidiano dos poloneses na Colônia Murici. Da mesma forma que a construção de escola, a igreja também foi preocupação dos poloneses. Em 1879, os imigrantes levantaram uma capela simples de madeira. Somente no ano de 1884 construíram outra de pedra e argila a qual, em 1911, foi reconstruída sob a coordenação do Pe. Karol Dworaczek (MAROCHI, 2006).

Os colonos da Colônia Murici, assim como de outras colônias, compreenderam que era fundamental ter uma escola no local para que seus filhos não fossem analfabetos. Como não havia escola pública e sistema educacional não era a contento, o próprio governo incentivava os imigrantes a construírem as escolas étnicas⁵⁶. O primeiro educador foi o colono Jan Przepióra

⁵⁴ Seu nome polonês era Jan Zak Brzezany. Veio para o Brasil em 1887. Escultor, pintor, retratista, desenhista e professor. Estudou na Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná e na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Obras importantes: Amor Materno (esculpida em 1907 – encontra-se nos jardins do Jardim Botânico/Curitiba), Dionysos (esculpida em 1914 – acervo do Museu Nacional de Belas Artes) e O Semeador (Esculpida em 1923 – Praça Eufrásio Correia/Curitiba) (ENCICLOPÉDIA, Itaú Cultural).

⁵⁵ “Os lambrequins de madeira foram empregados como elementos ornamentais. Eram decorações dos beirais e arremate dos telhados. Um recurso utilizado como pingadeira, elemento recorrente nas casas de imigrantes poloneses” (BERNARDO, 2013, p. 160).

⁵⁶ As expressões escolas de imigrantes, escolas étnicas e escolas estrangeiras são usadas como sinônimas, designando as escolas que ministravam aulas em língua estrangeira ou de forma bilíngue. Essas escolas eram denominadas pelo governo estadual como escolas de estrangeiros. Não eram escolas nos moldes dos países de origem, mas escolas que aqui foram criadas pelos grupos étnicos e poderiam ter elementos de manutenção da

que lecionava na própria casa. Em 1880, Józef Cetnarski assume o cargo. Não era professor, porém era mais instruído que o restante da população, tendo concluído a escola básica na Galícia e havia servido o exército austríaco. Lecionava em casa ou em alguma casa particular. Em 1885, os colonos construíram a primeira casa paroquial onde mais tarde construíram uma fábrica de óleo de sassafrás. A casa do padre era a escola. Em 1897, Cetnarski pediu aos colonos cooperação monetária no sentido de ajudar a cobrir a nova capela, ficando a antiga morada do padre somente como escola (TURBANSKI, 1978). Segundo relato de uma das religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, a primeira escola da Colônia Murici localizava-se do mesmo lado do atual Colégio Estadual da Colônia Murici, a aproximadamente 100m dele seguindo em direção a estrada principal que vai para à Colônia Malhada.

Já, a partir de 1900, o Pe. Karol Dworaczek, pertencente à Congregação do Verbo Divino, chegou à Colônia Murici, assumiu a função de professor e não mediu esforços para construir uma escola maior. A língua portuguesa não era ensinada na escola. Para os colonos isso era natural, mas, por outro lado, dificultava a comunicação deles com pessoas que não fossem da mesma etnia. Era uma questão complicada para o período, visto que não pretendiam voltar para a Polônia e não dominavam a língua falada no país que estavam morando. Mesmo assim, o Pe. Karol Dworaczek ensinava o que sabia da língua portuguesa aos colonos e seus filhos, fato imprescindível para o cotidiano deles, pois estavam habitando um país no qual a maioria das pessoas não dominava a língua polonesa (TURBANSKI, 1978).

O manual bilíngue elaborado pelo professor Jerônimo Durski não foi utilizado na Colônia Murici. Essa constatação está nos relatórios de D. Duarte Leopoldo e Silva quando da sua visita a colônia em 1905. Escreveu ele no livro de termo de visita pastoral que a Colônia Murici já existia há vinte e sete anos e não tinha havido preocupação em alfabetizar “os novos brasileiros ali nascidos” (MAROCHI, 2006, p. 77).

Atendendo a um pedido do Pe. Karol Dworaczek, a Madre enviou três Irmãs da Sagrada Família de Maria à Colônia Murici com o objetivo de elevar o nível de educação dos colonos poloneses, ajudá-los na orientação espiritual e outras necessidades nas quais pudessem auxiliá-los. As Irmãs vieram ao Brasil em um navio italiano *Mel Pomona*. O Quadro 4 contém o nome das três primeiras religiosas que chegaram à Colônia Murici, a procedência e finalidade.

identidade étnica, principalmente a língua e a cultura de origem, mas que certamente haviam incorporado elementos da cultura nacional ou mesmo prescrições legais brasileiras (RENK, 2009, p. 12)

Quadro 4 - Primeiras religiosas da Congregação Franciscana da Sagrada Família de Maria que chegaram à Colônia Murici em 1907.

Colônia Brasileira PR	Religiosas	Procedência	Chegada na Colônia	Finalidade
Murici/São José dos Pinhais	Ir. Bernarda Kandula, Ir. Janina Celinska e Ir. Maria Ptak	Polônia	19/01/1907	Educação e assistência aos imigrantes poloneses.

Fonte: Quadro elaborado por Grybosi e Vieira (2018) de acordo Fudali, 2009, p. 243-265.

A Ir. Bernarda foi nomeada como superiora da casa, a Ir. Janina como professora e a Ir. Maria como organista. Segundo Fudali (2009), a Madre Bernarda escreveu as seguintes palavras no livro de recordações que leva o nome “Memórias do Brasil”:

No ano de 1907, a Madre Sofia Koncza me transferiu para Murici. Era uma aldeia, uma colônia puramente polonesa, [...] Os colonos construíram a casa, onde era a casa e a nossa residência. O nosso grupo foi o primeiro. [...] Durante a minha administração entregaram-nos definitivamente esta casa. Era uma construção de dois andares. Embaixo tinha duas classes, a sala para reuniões para homens ou mulheres e a cozinha com despensa. No andar de cima eram dois dormitórios para as irmãs, capela e dois quatinhos. Depois nós mesmas construímos um estábulo de madeira para o gado e as aves domésticas. Os lagartos do mato faziam muito estrago entre as galinhas. A propriedade era grande, compreendia 45 *morgas* (*morga* = meio hectare, 5.600 metros quadrados), na maioria não roçada. As árvores eram pinheiros, cedros e palmeiras e neles um bando de papagaios. Como lá na Polônia há gralhas, aqui há os papagaios. Às vezes apareciam os macacos (FUDALI, 2009, p. 259).

No dia 19 de janeiro de 1907, as Irmãs da Sagrada Família iniciaram as aulas na Colônia Murici com 125 alunos. Nos primeiros anos as três Irmãs trabalhavam como professoras, o que foi um grande avanço em relação ao período anterior, no qual havia somente um professor. A Irmã Maria formou um coral após meses de ensaio, o qual tornou-se famoso nas redondezas. Segundo Turbanski (1978), no mesmo ano de chegada à Colônia Murici, a Irmã Janina ficou doente subitamente por conta de uma tuberculose galopante e acabou falecendo no dia 26 de outubro de 1907 para tristeza dos colonos e das religiosas da Congregação.

2.4 COLÔNIA D. PEDRO II: UMA HISTÓRIA DE TRABALHO, AMOR À RELIGIÃO CRISTÃ E SOLIDARIEDADE

A Colônia D. Pedro II foi fundada em 1876 e emancipada em 10 de julho de 1878; localiza-se no Município de Campo Largo (PR). Foi inicialmente colonizada por poloneses galicianos, salisianos e prussianos, suíços e franceses. O nome da colônia foi dado para homenagear o imperador do Brasil naquele período: D. Pedro II. (WACHOWICZ, 1976).

Conforme Sikora (2014), os imigrantes que vieram para essa Colônia tiveram dificuldades no início como, por exemplo, a mata fechada que dificultava o acesso e a condição

do solo que não era boa para agricultura. Mesmo assim, a situação deles estava melhor do que no país de origem. Antes dos imigrantes chegarem ao local, já haviam habitantes caboclos e brasileiros (SIKORA, 2014).

De acordo com o Memorial Histórico Colégio Estadual D. Pedro II (Data: [S.I.]), a colônia estava localizada a 16 Km da cidade de Curitiba/Paraná. Os primeiros moradores eram muito pobres, trabalhavam com a agricultura, residiam em pequenas casas de madeira e viviam isolados dos centros urbanos (MEMORIAL HISTÓRICO COLÉGIO ESTADUAL D. PEDRO II, DATA: [S.I.]).

No ano de 1886 foi realizada uma pesquisa para saber quais produtos agrícolas estavam sendo cultivados na Colônia D. Pedro II. O centeio foi o produto cultivado em maior quantidade, seguido pelo milho, feijão, batata, ervilha e cevada. Após comprarem os lotes, os imigrantes faziam mutirões para construir casas com a madeira que havia disponível no local. Utilizavam torras de pinheiro falqueadas e montavam as casas chamadas de ‘casas de tronco’, não usavam pregos e o telhado era feito com lascas de madeira. Somente a partir de 1910, aparecem as primeiras casas cobertas com telhas de barro, com arquitetura menos rústica e enfeitadas com lambrequim nas varandas (WACHOWICZ, 1976).

As famílias polonesas seguiam os costumes que trouxeram da Polônia. Os casais, geralmente, eram da mesma etnia e tinham em média de 6 a 8 filhos. A família era patriarcal e os relacionamentos sociais se davam com base na etnia, no parentesco, na religião e na solidariedade (SIKORA, 2014).

Segundo Stawinski (1999), a vida religiosa era intensa

os poloneses trouxeram profunda religiosidade. Católicos praticantes, antepunham a prática da religião a qualquer outra obrigação. Antes da montagem de indústrias e fábricas, tiveram seu pensamento voltado à instrução e educação dos filhos através de escolas, oratórios, capelas e igrejas. Embora tenham vindo ao Brasil desacompanhados de sacerdotes, jamais deixaram a prática da religião. No começo, quando não havia padres para celebrar missa, costumavam reunir-se na capela. (STAWINSKI, 1999, p. 118).

Em muitas ocasiões se reuniam para rezar diante dos Cruzeiros⁵⁷ construídos nas estradas da colônia. Muitas dessas cruzes resistiram ao tempo e existem até os dias atuais como marco histórico da colonização polonesa na região (SIKORA, 2014).

O sacerdote da Colônia D. Pedro II, Francisco Chylaszek solicitou à Madre Provincial, em nome dos colonos, Irmãs para ajudarem no trabalho educacional e religioso na localidade.

⁵⁷ Cruzes construídas à beira das estradas da Colônia D. Pedro II.

A Madre concordou com o pedido e no dia 26 de julho de 1908 enviou duas religiosas para o local (FUDALI, 2009). No Memorial Histórico Colégio Estadual D. Pedro II (Data: [S.I.]) consta a mesma informação:

Em 26 de julho de 1908 fundou-se na colônia uma pequena escola particular que visava dar instrução aos filhos dos colonos e atender em tudo o que fosse necessário, principalmente criar um intercâmbio entre os isolados moradores do local com as localidades circunvizinhas” (MEMORIAL HISTÓRICO COLÉGIO ESTADUAL D. PEDRO II, DATA: [S.I.]).

O Quadro 5 contém o nome das primeiras religiosas que vieram para a Colônia D. Pedro II, a procedência e finalidades.

Quadro 5 - Primeiras religiosas da Congregação Franciscana da Sagrada Família de Maria que chegaram à Colônia D. Pedro II em 1908.

Colônia Brasileira PR	Religiosas	Procedência	Chegada na Colônia	Finalidade
D. Pedro II/ Campo Largo	Ir.Maria Grzegorewicz e Ir.Alexandra Zielinski	Polônia	26/07/1908	Auxiliar as famílias de imigrantes poloneses na catequese, educação e assistência às famílias.

Fonte: Quadro elaborado por Grybosi e Vieira (2018) de acordo com Fudali, 2009, p. 243-265.

A Ir. Maria assumiu o cargo de superiora e a Ir. Alexandra como professora. Logo após a chegada das religiosas na Colônia D. Pedro II, matricularam-se 68 alunos na escola, com idades para todas as classes. Os colonos eram pobres e pagavam as Irmãs com alimentos. Outro trabalho das religiosas na Colônia foi o de aperfeiçoar o ensino para os adultos. Era realizado durante a noite, pois durante o dia os colonos tinham que trabalhar (FUDALI, 2009).

2.5 CONGREGAÇÃO FRANCISCANA DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NO BRASIL

Em toda parte do Estado do Paraná onde haviam colônias, os imigrantes europeus construía capelas, igrejas e escolas. No caso dos colonos poloneses, queriam garantir a seus filhos a orientação espiritual cristã e o domínio da escrita e da leitura polonesa. Na questão religiosa, ensinavam tudo o que sabiam, mas não achavam que era o suficiente e na questão educacional, a princípio, o professor era um dos colonos e as crianças frequentavam a escola durante um ou dois anos (FUDALI, 2009).

Os padres poloneses da Congregação do Verbo Divino que atuavam nas colônias polonesas paranaenses de Orleans, Murici e D. Pedro II perceberam a necessidade da presença

das religiosas entre os imigrantes para auxiliá-los na questão da religião, da educação, da saúde e outros. Os próprios colonos já haviam pedido a presença de religiosas polonesas da Sagrada Família no local, pois conheciam o trabalho delas na Polônia. Então, a pedido dos colonos e por intermédio dos padres e das autoridades pertinentes, as religiosas vêm ao Brasil/Paraná (FUDALI, 2009). Na Figura 3 está disposta uma cópia da primeira página do Livro de Termo de Abertura das Casas Provinciais da Congregação no Brasil.

Figura 3 - Livro de Termo de Abertura das primeiras Casas Provinciais da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria no Brasil.

Dove		Caixa do m.		Localidade	Data inicial			Diocese
1	Orleans Paraná	01. 03. 1906	Kurylskaja	Orleans Paraná	01	03	1906	Curitiba
2	Don Francisco Kurylskaja al. Emilio Paraná	07. 08. 1906	Kurylskaja	Casa Provincial Curitiba Emiliano Pernetá - 640 Paraná	07	08	1906	Curitiba
3	Murici Paraná	17. 01. 1907	Kurylskaja	Murici Paraná	17	01	1907	Curitiba
4	Dom Pedro Paraná	26. 07. 1908	Kurylskaja	Dom Pedro Paraná	26	07	1908	Curitiba
5	Água Branca Paraná	22. 05. 1909	Kurylskaja	Água Branca Paraná	22	05	1909	Curitiba
6	Santa Bárbara Paraná	01. 03. 1910	Kurylskaja	Santa Bárbara Paraná	01	03	1910	Curitiba
7	Rio dos Patos Paraná	20. 01. 1912	Kurylskaja	Rio dos Patos Paraná	20	01	1912	Curitiba
8	Santa Cândida Paraná	01. 07. 1912	Kurylskaja	Santa Cândida Paraná	01	07	1912	Curitiba
9	Cruz Machado - 1ª sede Paraná	10. 08. 1913	Santa Grossa	Cruz Machado Paraná	10	08	1913	Ponta Grossa

Fonte: Cópia tirada por Grybosi e Vieira (2017) de acordo com o Livro de Termo de Abertura das Casas Provinciais da Congregação da Sagrada Família de Maria no Brasil, p. 1, 2017.

No dia 01 de março de 1906, três religiosas franciscanas desembarcaram no Porto de Paranaguá (PR) e seguiram para Curitiba estabelecendo-se no atual bairro de Orleans. O segundo grupo composto por quatro Irmãs chegou a Curitiba no dia 7 de agosto de 1906. Foi alugada para elas uma casa no centro da capital, na Rua Paula Gomes. Dois dias depois a Madre Provincial Sofia Ulatowski transferiu-se da Colônia Orleans para Curitiba. A partir de então, a casa alugada na capital do Paraná passou a ser considerada a casa central da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria no Brasil.

Em 1907 chegaram outras três religiosas estabelecendo-se na Colônia Murici e, em 1908, duas se dirigiram para a Colônia D. Pedro II (OLIVEIRA, 2005).

As atividades das religiosas seguiram para outros locais também. As direções de trabalho das religiosas da Sagrada Família, entre 1906 e 1938 no Brasil, bem como as atividades e a situação atual, estão dispostos no Quadro 6.

Quadro 6 - Locais de trabalho das religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria no Brasil entre 1906 e 1938, as atividades desenvolvidas e a situação atual.

DATA	LOCAL/ATIVIDADE	SITUAÇÃO ATUAL	REFERÊNCIA
1906	Orleans/PR - Escola e pastoral	Ativa	FUDALI, 2009, p. 246 OLIVEIRA, 2005, p.72
1906	Curitiba/PR - Escola e pastoral	Ativa	FUDALI, 2009, p. 253 OLIVEIRA, 2005, p. 74
1907	Murici/PR - Escola e pastoral	Ativa	FUDALI, 2009, p. 259 OLIVEIRA, 2005, p.76
1908	D. Pedro II/PR - Escola e pastoral	Ativa	FUDALI, 2009, p. 262 OLIVEIRA, 2005, p.78
1909	Água Branca/PR - Escola e pastoral	Extinta em 1967	FUDALI, 2009, p. 263 OLIVEIRA, 2005, p. 213
1910	Santa Bárbara/PR - Escola e pastoral	Extinta em 1920	FUDALI, 2009, p. 264 OLIVEIRA, 2005, p. 213
1912	Santa Cândida/PR - Escola, pastoral e posto de saúde.	Ativa	OLIVEIRA, 2005, p.80
1912	Rio dos Patos/PR - Escola e pastoral	Extinta em 1915	FUDALI, 2009, p. 266 OLIVEIRA, 2005, p. 214
1913	Cruz Machado/PR - Escola e pastoral	Ativa	FUDALI, 2009, p. 269
1915	Santa Ana/PR - Escola e pastoral	Ativa	FUDALI, 2009, p. 273
1921	Guarani das Missões/RS - Escola e pastoral.	Ativa	OLIVEIRA, 2005, p.82
1924	Cruz Machado/PR - 2ª sede - Escola e internato	Extinta em 1944	OLIVEIRA, 2005, p. 216
1925	Cidade de Campo Largo/PR - Escola, internato e pastoral	Ativa	FUDALI, 2009, p. 279 OLIVEIRA, 2005, p.84
1926	Porto União/SC - Hospital.	Ativa	FUDALI, 2009, p. 279 OLIVEIRA, 2005, p.86 e 217
	Curitiba/PR - Escola, internato e postulante	Ativa	
1927	Mandirituba/PR - Escola e pastoral	Ativa	FUDALI, 2009, p. 279 OLIVEIRA, 2009, p. 217
	Massaranduba/SC - Escola e pastoral	Extinta em 1928	
1928	Rio Azul/PR - Escola, pastoral e internato	Ativa	FUDALI, 2009, p. 279 OLIVEIRA, 2005, p. 88
1929	Curitiba/PR - Clínica médica	Extinta em 1931	FUDALI, 2009, p. 279 OLIVEIRA, 2005, p. 217
1930	Aurea/RS - Escola e pastoral.	Ativa	FUDALI, 2009, p. 279 OLIVEIRA, 2005, p.90
1931	Campina do Siqueira - Curitiba/PR - Escola e internato	Ativa	FUDALI, 2009, p. 279 OLIVEIRA, 2005, p. 92, 217
	Guarai/RS - Hospital	Extinta em 1936	
1932	Guarani das Missões/RS [S.I.]	[S.I.]	FUDALI, 2009, p. 279
1932	São João do Triunfo/PR - Escola e internato	Ativa	FUDALI, 2009, p. 279 OLIVEIRA, 2005, p. 94
1933	Curitibanos/SC - Escola, pastoral e internato.	Ativa	OLIVEIRA, 2005, p. 96
1933	Ponta Grossa/PR - Internato, escola e pastoral	Ativa	FUDALI, 2009, p. 279 OLIVEIRA, 2005, p. 98
1933	Carlos Gomes/RS, Escola e pastoral	Extinta em 2001	OLIVEIRA, 2005, p. 218
	Uruguaiana/RS - Hospital	Extinta em 1964	
1935	Ponta Grossa/PR - Escola e pastoral	Ativa	OLIVEIRA, 2005, p. 101/103
	Siqueira Campos/PR - Escola e pastoral	Ativa	
	Jaguariaíva/PR - Escola e pastoral	Extinta em 2001	

1936	Ponta Grossa/PR - Asilo	Ativa	OLIVEIRA, 2005, p. 105
1936	Tibagi/PR - Escola e pastoral	Extinta em 1952	OLIVEIRA, 2005, p. 218
	Tomazina/PR - Escola e pastoral	Extinta em 1964	
1938	Viadutos/RS - Escola e pastoral	Ativa	OLIVEIRA, 2005, p. 107

Fonte: Quadro elaborado por Grybosi e Vieira (2018) de acordo com Oliveira, 2005.

De acordo com os dados apresentados no Quadro 6, as religiosas trabalharam em 35 locais entre os anos de 1906 e 1938, todos localizados na região Sul do Brasil abrangendo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As atividades das religiosas foram extintas em 12 locais: 5 entre 1906 e 1938, e 7 entre 1944 e 2001. Entre 1915 e 1921, passaram-se 6 anos sem que as religiosas levassem seu trabalho, oficialmente, a novas regiões. Segundo Oliveira (2005), essa ausência justifica-se por vários fatores: em 1914 eclodiu a Primeira Guerra Mundial e a comunicação entre as pessoas do Brasil e da Polônia ficaram restritas; em 1915 o governo brasileiro proibiu o ensino de línguas estrangeiras nas escolas; em 1917 o Brasil entra na Primeira Guerra Mundial; em 1918 - há a reconstituição da Polônia como Estado autônomo; em 1919 é deflagrada a guerra entre poloneses e bolchevistas; em 1920 ocorre a Batalha de Varsóvia - vitória dos poloneses à ofensiva bolchevista (OLIVEIRA, 2005).

O trabalho inicial foi de ocupar-se com a instrução e a educação nas colônias polonesas. A Madre Sofia Koncza, que residia na Polônia, escrevia para as irmãs que estavam no Brasil: “A sociedade [...] necessita de exemplos de dedicação e de sacrifício visíveis; necessita de auxílio na educação das crianças, ensinamento para o povo e cuidado para os doentes [...]” (FUDALI, 2009, p. 240). Assim, as Irmãs conquistaram o povo com facilidade, serviam as crianças, os jovens e todas as pessoas que necessitavam de auxílio, indiferentes a religião e a nacionalidade (FUDALI, 2009).

No ano de 1909, a Madre Geral Sofia Koncza veio ao Brasil. Sua primeira providência foi procurar e comprar um terreno para construir uma casa própria para as irmãs. Com ajuda do Pe. Trzebiatowski encontraram o local adequado na Rua Aquidabam (hoje Emiliano Pernetá, Nº 640, Centro/Curitiba). O Pe. Trzebiatowski organizou a construção e os párocos colaboraram com trabalho e/ou doações. Em outubro do mesmo ano, as Irmãs mudaram para a casa própria, mesmo sem estar terminada, a qual oficialmente passou a ser a Casa Matriz ou Central da Província no Brasil e recebeu o nome de Província do Menino Jesus, cuja data oficial de criação é 10 de fevereiro de 1911. Em seguida, a Madre Geral conseguiu aprovação para a abertura do noviciado no Brasil, que aconteceu no final de abril de 1911. As duas primeiras Postulantes ao Noviciado brasileiro foram Maria Skrobot e Frawskincisca Karnowski (FUDALI, 2009; OLIVEIRA, 2005).

No mandato da Superiora Provincial Madre Bronislava Burgala (1922 – 1936), novos grupos de Irmãs da Sagrada Família vieram ao Brasil. O trabalho da referida Madre esteve voltado para a regularização da Província e seu reconhecimento em território brasileiro. Contribuiu também “para o erguimento do nível de ensino nas escolas dirigidas pelas irmãs. Cuidava do aperfeiçoamento de formação das irmãs e obtenção de diplomas brasileiros, exigidos pelas autoridades educacionais” (FRACEK, 2009, p. 125). Em 1924, “as irmãs professoras começam a participar de cursos pedagógicos oferecidos pelo governo e iniciam o aprendizado da língua portuguesa” (OLIVEIRA, 2005, p. 216). Mais adiante, a mesma autora afirma que a partir de 1926 “As nossas escolas recebem reconhecimento do governo e as Irmãs professoras são contempladas com remuneração mensal do Estado” (OLIVEIRA, 2005, p. 217).

Fracek (2009), fez um balanço geral da Congregação nos dias atuais. Observou que “(...) a Congregação se organiza em 5 províncias, três na Polônia, com casas provinciais em Cracóvia, Poznan e Varsóvia e duas no Brasil, com sedes em Curitiba e Erechim. As irmãs trabalham, também, na Itália, na Bielorrússia, na Ucrânia e na Federação Russa (...)” (FRACEK, 2009, p. 149).

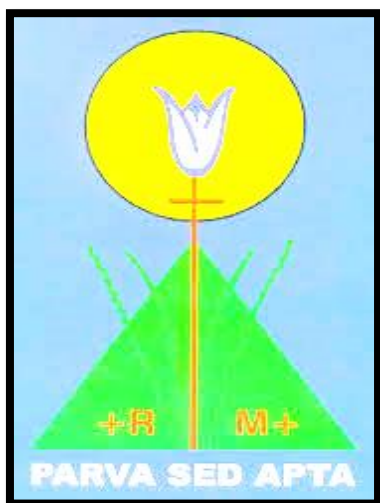
De acordo com os estudos de Fracek (2009)

A Congregação da Família da Maria, que no ano de 2007 solenemente comemorou o sesquicentenário (150) de sua existência e de atuação, pertence ao grupo das mais numerosas famílias religiosas da Polônia. E a sua rica história está ligada, como consta nos registros, à história da Pátria: a Polônia. Incluindo, também, a formação da história em terras estrangeiras (FRACEK, 2009, p. 81).

A atual Casa Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria. Situa-se em *Varsóvia*, na rua *Zelazna 97*. Além de ser a Sede do Governo Geral da Província, atende ao noviciado e pré-escola.

A espiritualidade da Congregação está sintetizada também na sua logomarca que é composta por: um triângulo o qual simboliza a Santíssima Trindade; lírio ladeado pelo sol o qual simboliza Maria, a padroeira da Congregação; folhas verdes representando sinais de vida e esperança; o galho que permanece unido ao tronco será sempre gerador de vida nova; *parva sed apta* expressão latina que significa ‘Pequena, mas acolhedora’. Segue uma cópia da logomarca da Congregação na Figura 4.

Figura 4 - Logomarca: Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria.



Fonte: Oliveira, 2005, p. 30.

Uma logomarca também foi criada para comemorar o centenário da Sagrada Família de Maria no Brasil. A imagem é formada por círculos que representam a perfeição, a maestria e a eternidade. No centro está a imagem da Sagrada Família conforme os ideais de Zygmunt Szczesny Felinski. As cores dos círculos têm representatividade singulares: amarelo que simboliza a soberania de Deus, as intenções de Zygmunt Szczesny Felinski para a vida religiosa e a presença de Jesus no meio do povo; alaranjado representa energia, otimismo, generosidade, alegria e confiança, estimula também atividades físicas e intelectuais que devem permear toda a vida de uma religiosa franciscana; azul que remete a paz, a pureza, o descanso, representa Jesus e seus seguidores (OLIVEIRA,2005). Segue uma cópia da logomarca na Figura 5.

Figura 5 - Logomarca: Centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria no Brasil.



Fonte: Oliveira, 2005. p. 31.

Segundo Fracek (2009), as religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, continuam dedicando-se à educação e ao ensino das crianças, trabalham nas paróquias, nas instituições eclesiásticas e nos estabelecimentos tutelares e também na ação caritativa.

2.6 A EDUCAÇÃO E A INSTRUÇÃO NAS COLÔNIAS POLONESAS DE ORLEANS, MURICI E D. PEDRO II (1906 - 1938)

Para Kreutz (2000), destaca-se dentro do processo de imigração polonesa para o Brasil as escolas comunitárias associadas a Igreja Católica. Para o autor os poloneses,

organizaram seu processo escolar étnico, sendo a coordenação desta dinâmica realizada em grande parte por uma vinculação estreita com a Igreja. Esta liderança religiosa foi exercida, [...] pelos padres missionários da Congregação de São Vicente de Paulo, juntamente com duas congregações femininas, as Irmãs da Sagrada Família e as Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, todas oriundas da Polônia (KREUTZ, 2000, p. 166-167).

Entre as famílias polonesas havia um costume quanto ao estudo dos meninos e das meninas. Wachowicz (2002) assim se expressa sobre esse assunto: “Via-se no menino o principal herdeiro das propriedades da família, bem como o continuador do nome da mesma. [...] Era o menino que precisava receber, segundo eles, uma instrução melhor do que a menina, porque teria que [...] procurar trabalho e sustentar a família” (WACHOWICZ, 2002, p. 35). No tocante às meninas, “não tendo de arcar com todas essas responsabilidades, dependente do marido, ficaria em casa. Logo, não tinha tanta necessidade de receber instrução e educação mais aprimorada. Seria suficiente a educação e a prática que recebia da mãe” (WACHOWICZ, 2002, p. 35). A mulher polonesa tinha outras responsabilidades, como cuidar dos filhos, da casa e das atividades domésticas e ajudar nos trabalhos agrícolas. Segundo Sikora (2013), “Ela possuía saberes diversos, os quais eram repassados às gerações. Além disso, ela trazia na sua formação a tradição de práticas ancestrais como os traços da cultura e tradição polonesa” (SIKORA, 2013, 12). No entendimento dos colonos, os meninos deveriam estar melhor preparados para a vida, pois suas responsabilidades eram maiores se comparadas com as das meninas. Nesse sistema, os papéis sociais, tanto do homem quanto da mulher, estavam bem definidos.

Quanto ao trabalho das Irmãs professoras da Sagrada Família de Maria nas colônias polonesas de Orleans, Murici e D. Pedro II, esse desfrutava de grande prestígio entre os colonos, porque, segundo Wachowicz (2002),

as aulas eram ministradas com continuidade, não havia mudança de professor durante o ano letivo, terem os colonos maior confiança nas religiosas, serem escolas mais baratas do que a Escola-Sociedade⁵⁸, para a qual eram obrigados a pagar a sua taxa de associado e mais a mensalidade do professor referente ao filho que frequentava a escola, não ter o colono a preocupação de recrutamento de professores [...] (WACHOWICZ, 2002, p. 37).

Todos esses fatores levaram as escolas das Irmãs professoras da Sagrada Família de Maria a serem procuradas cada vez mais. Como eram escolas particulares, seguiam as leis educacionais do Estado do Paraná regidas pelo Decreto de nº 93 de 11/03/1901 e pela Lei 894 de 14/04/1909. Os Artigos 82 e 83 da Lei 894 estabeleciam que:

Art. 82 - “é livre aos particulares e associações o exercício do ensino primário, secundário, profissional e artístico, em todo o território do Estado, obedecendo as disposições dos artigos seguintes:” Art. 83 - “é obrigatório o ensino da língua nacional nas escolas primárias particulares, e nestas como nos demais estabelecimentos de instrução de qualquer natureza, o ensino será ministrado em língua vernácula, exceto quando se tratar de ensino prático de línguas estrangeiras” (WACHOWICZ, 2002 p. 39-40).

Na redação da Lei 894 de 14/04/1909, não havia especificidade quanto duração dessas aulas e nem das estrangeiras e o governo paranaense não se interessava pela execução dessa Lei, portanto, as escolas particulares continuavam seguindo o que estabelecia o Decreto nº 93, de 1901, o qual exigia “que o ensino estivesse submetido apenas à higiene, moralidade e estatística” (WACHOWICZ, 2002, p. 40). Neste caso, as Irmãs professoras seguiam o Decreto nº 93 de 1901, porém acrescentavam no seu plano anual de ensino o que era necessário para o cotidiano dos alunos.

Em 1917 foi criado o Código de Ensino no Paraná devido à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o sentimento nacionalista que dela repercutiu pelo mundo. A iniciativa de criar esse Código foi do Dr. Enéas Marques dos Santos, então Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Em seu Art. 180 estabelecia a obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa e no Art. 181 - § 2º “Ensinar a Corografia do Brasil, a História do Brasil e a Língua Portuguesa, ao menos de acordo com o programa oficial do curso primário” (WACHOWICZ, 2002, p. 40). O referido Código não estimulou a nacionalização do ensino nas escolas

⁵⁸ A comunidade fundava uma casa coletiva com objetivo de ser um local para ponto de encontro dos colonos aos domingos, receber autoridades, organizar bailes, comemorar datas importantes. Realizavam festas para arrecadar capital e com ele pagavam um professor ou pessoa da comunidade que pudesse lecionar para as crianças da comunidade. A casa coletiva tinha a função de ser um ambiente para recreação nos sábados ou domingos e, de segunda a sexta, passava a ser escola (WACHOWICZ, 2002).

polonesas, pois estas viviam no completo isolamento em relação aos centros urbanos e os colonos ainda guardavam um sentimento patriótico em relação à Polônia.

No ano de 1920 foi aprovada a Lei nº 2005 de 09/04/1920 no governo paranaense de Caetano Munhoz da Rocha (1920-1924, 1924-1928). Esta estabelecia no Art. 1º que “As escolas particulares que funcionam no Estado são obrigadas a ensinar em língua vernácula, História do Brasil, Corografia do Brasil⁵⁹ e a Língua Portuguesa. [...] Art. 2 – As aulas dessas matérias devem ter duração, pelo menos, de três horas por dia” (WACHOWICZ, 2002, 47). Essa Lei foi complementada em 1922 pela Lei nº 2157 no tocante às pesadas multas que seriam aplicadas às escolas infratoras e, em alguns casos, até o fechamento delas. Em 1923, foi organizado um curso para preparar os professores poloneses para as cadeiras de Português, História do Brasil e Corografia do Brasil sob a responsabilidade de Nicéfaro Modesto Falarz. 19 religiosas e 37 leigos concluíram o curso.

O Inspetor Geral de Ensino no Paraná, César Prieto Martinez⁶⁰, fez o seguinte relato no ano de 1924, referindo-se às escolas polonesas: “[...] em torno da igreja, o colégio é mantido pelas religiosas. Os alunos se dividem em duas turmas: externos e internos. Pouco paga o colono por essa educação proporcionada aos filhos. [...] Dentro do colégio, a criança está dentro da própria Polônia” (WACHOWICZ, 2002, p. 48). E ainda.

[...] Dir-se-ia que até o céu e ares são poloneses, tal o ambiente moral que ali se respira. É deveras notável o esforço dessas Irmãs para manterem com tanto asseio, ordem e arte, o seu colégio no meio de arvoredos e de flores. As crianças aprendem a ler, a contar, a escrever e a rezar. Antes de se dirigirem para a escola, passam pela Igreja e diante dos altares fazem suas preces [...] (WACHOWICZ, 2002, p. 48)

Outros detalhes não passaram despercebidos ao Inspetor Prieto Martinez. As aulas iniciavam às 8h; no entanto, antes deste horário, as crianças já se encontravam no pátio em frente à escola. Levavam o material escolar nas mãos ou em uma sacola de pano a tira-colo. Todos estavam com roupas limpas e bem cuidados. Os alunos que moravam distante da escola aproveitavam para fazer um lanche antes da aula começar. Geralmente era um pedaço de broa com manteiga, mel ou salame. Quando aparece uma visita, correm para avisar a Irmã: “Na presença do visitante, [...] logo ecoa uma saudação em polaco: *Chwala niech bedzie naszymu*

⁵⁹ A história e a geografia, embora fizessem parte das ciências, prestavam-se mais à formação do caráter. De fato, a história a ser dada no curso preliminar compreendia narrações sobre o descobrimento do Brasil e os principais acontecimentos históricos do país. [...] Uma história factual e celebrativa cuja finalidade última era cultivar o amor à pátria (SOUZA, 1998, p. 179).

⁶⁰ Inspetor Geral de Ensino no Paraná entre 1920 e 1924 (MIGUEL, 1997).

*Panu Jesusowi Chrystusowi*⁶¹. Impressionam bem aqueles rostos colados, de linhas bonitas, com olhos quase sempre azuis e os cabelos dourados, da cor dos trigais em novembro” (WACHOWICZ, 2002, p. 48). Mais adiante, assim se expressa o mesmo Inspetor: “Dir-se-ia que são todos irmãos, tal a uniformidade do conjunto. Seu olhar curioso parece inquirir qual o fim da visita. E se esta lhe dirige a palavra, continuam calados como se nada entendessem. E de fato não entendem uma só palavra do que se diz, por mais usual que seja” (WACHOWICZ, 2002, p. 49).

Entre 1906 e 1938, os pais tinham interesse em que seus filhos aprendessem a ler, escrever e a contar. No entanto, eram eles que decidiam qual o momento adequado para o filho frequentar a escola. Os critérios variavam entre a idade, trabalhos domésticos e agrícolas, o gênero, a renda familiar, interesse em continuar trabalhando no campo. Dessa forma, é possível compreender a relação entre escola e população. As Irmãs ensinavam o que os filhos dos colonos necessitavam para viver.

Enquanto os colonos e as Irmãs continuavam fazendo o possível para melhorar a vida e o ambiente no qual estavam inseridos, no restante do país mudanças educacionais, sociais, políticas e econômicas aconteciam. Entre 1920 e 1924 foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE). Segundo Souza (2014), há outros acontecimentos que merecem destaque neste contexto.

A criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, o primeiro a reivindicar abrangência nacional, é um dos marcos do processo de modernização política. No plano da cultura, a Semana da Arte Moderna, nesse mesmo ano, girou em torno do desafio de pensar a relação entre o local e o nacional. Em termos sociais e econômicos, além da forte imigração, um intenso movimento de urbanização e deslocamento do eixo econômico do setor agrícola para o industrial desembocaria na Revolução de 30. [...] A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1931, começou a tornar possível uma regulação da oferta de ensino no plano nacional (SOUZA, 2014, p. 30).

Após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas assume o poder até 1945⁶². A Crise de 1929 e a Grande Depressão (1929-1933) são fatores relevantes para se compreender a política adotada por Vargas. Um governo centralizado, nacionalista, intervencionista e antiliberal. Mediante a necessidade de mão de obra especializada, muitos investimentos são dirigidos para a área de educação, fato que colabora para a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, ocupado por Francisco Campos no primeiro ano do Governo Provisório. A Divulgação do “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” acontece em 1932, dirigido à Nação

⁶¹ Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo

⁶² Esse período, é conhecido também como Primeiro Governo Vargas ou Era Vargas, divide-se em três períodos distintos: Governo Provisório de 1930 a 1934, Governo Constitucional de 1934 a 1937 e Governo Estado Novo de 1937 a 1945 (FAUSTO, 1999).

Brasileira e ao Governo. Foi escrito por Fernando de Azevedo, com participação de 26 intelectuais como, por exemplo, Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Afrânio Peixoto, entre outros. Esse documento tornou-se o marco de um projeto de renovação educacional no Brasil. Além de analisar a desorganização do sistema educacional brasileiro, propunha um plano geral de educação o qual garantiria uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita, com integração de todos os grupos sociais. Segundo o Manifesto, o currículo deveria atender aos interesses dos alunos e todos os professores, inclusive do primário, deveriam ter formação universitária. É o marco indicador de uma nova pedagogia. De fato, a Constituição de 1934 confirma a obrigação do estado em relação à manutenção do ensino público em nível federal, estadual e municipal e delega à União a responsabilidade de traçar diretrizes para a Educação Nacional. Dois anos depois, os poderes públicos mantêm e controlam 74% das escolas no país. A partir da Constituição de 1937, o governo deu continuidade à elaboração de uma legislação que abrangesse todos os níveis e modalidades de ensino no Brasil. O ensino primário torna-se obrigatório e gratuito. No ano seguinte, 1938, Vargas institui o projeto de política de nacionalização pelo Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938, pelo qual ficou proibido aos estrangeiros qualquer atividade política, o ensino passou a ser obrigatório na língua portuguesa e as escolas deveriam ter nomes brasileiros. Em 1939 ficou proibido falar em público o idioma estrangeiro e, ao mesmo tempo, tem início a Segunda Guerra Mundial. No ano de 1942, o Brasil entra na Segunda Guerra Mundial e as medidas a favor da nacionalização tornam-se ainda mais acirradas, limitando a liberdade individual dos imigrantes (FAUSTO, 1999).

Em relação ao objetivo de criar a identidade nacional nas áreas de imigração, Renk (2014) afirma que:

O Estado propunha o ensino em língua nacional, aulas de história e geografia do Brasil, o ensino de hinos pátrios e as celebrações das datas cívicas. As leis, os decretos e os regulamentos de ensino no Paraná, desde 1900 até 1938, estabeleciam que o ensino deveria ser ministrado em língua portuguesa. Apesar desse aparato legal, as escolas étnicas resistiram em adotar o ensino da língua portuguesa, para não perder a identidade cultural. Para essas comunidades étnicas, a perda da língua materna representava a perda da identidade. Para as autoridades de ensino, a língua portuguesa era o elemento essencial para formar a nacionalidade [...] (RENK, 2014, p. 63).

A escola como instituição social, segundo Renk (2014), “era importante espaço de manutenção da identidade étnica e também foi o palco da ação do Estado para a nacionalização do ensino, pelas características étnicas e pelo pouco conhecimento da língua e da cultura nacional” (RENK, 2014, p. 62). Continuando, Renk (2014) explica que: “Para o Estado, era fundamental incorporar os jovens das áreas de imigração à cultura nacional, torná-los cidadãos

nacionais. [...] era necessário que eles se expressassem em língua portuguesa; a escola construiria [...] o sentimento de pertencimento à nação” (RENK, 2014, p.62).

O objetivo dessa nacionalização do ensino é elucidado por Julia (2001) da seguinte forma: “Não se trata somente de alfabetizar, trata-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de progresso” (JULIA, 2001, p. 23). Nesse contexto, os professores primários acabam sendo encarregados de difundir o nacionalismo.

3. A PRESENÇA DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NO COTIDIANO DOS IMIGRANTES POLONESES DAS COLÔNIAS ORLEANS, MURICI E D. PEDRO II

Este capítulo trata da aplicação do propósito da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, o qual seja ‘*Educare et Construre*’, nas três primeiras colônias em que trabalharam quando chegaram ao Brasil: Orleans, Murici e D. Pedro II/PR entre 1906 e 1938.

O historiador, segundo Vieira (2013), “entende que não é possível recuperar o passado tal qual ele aconteceu, contudo, faz parte de seu trabalho recuperar o passado com base no presente, cotejando diferentes fontes e fazendo com que sejam construídos no presente os fatos vividos no passado” (VIEIRA, 2013, p. 69). Assim, para compor o capítulo, além das fontes bibliográficas, fez-se uso de documentos e entrevistas semiestruturadas com leigos⁶³ e religiosas das três colônias e com religiosas da Casa Provincial Menino Jesus/Curitiba.

Os documentos utilizados como fontes foram *Kronika Zgromadzenia Siostry Franciszkanek Rodziny Maryi - Prowincji dzieciatka Jezus W Brazylji*⁶⁴, as atas de exames e visitas das escolas de Orleans, Murici e D. Pedro II e o livro de alfabetização em polonês escrito por Konstanty Lech. Como o livro *Kronika Zgromadzenia Siostry Franciszkanek Rodziny Maryi - Prowincji dzieciatka Jezus W Brazylji*⁶⁵ está escrito na língua polonesa, foi solicitada a ajuda da Irmã Conceição - Filomena Rosália Schumilo, religiosa que trabalha na secretaria da Província Menino Jesus/Curitiba - para a tradução de acontecimentos importantes e acesso a dados como o nome das religiosas que trabalharam nas três colônias, datas e funções que exerceram. Para o entendimento do livro de alfabetização escrito por Konstanty Lech foi solicitada a ajuda da Irmã Elizabete - Francisca Surmaz, religiosa que trabalha na Casa Menino Jesus/Orleans - para traduzi-lo e explicar a didática que era aplicada.

⁶³ Nesta pesquisa, pessoa leiga entende-se como alguém que não faz parte de uma ordem religiosa.

⁶⁴ Livro de Crônicas: Congregação das Irmãs Franciscanas da Família de Maria. Província Menino Jesus do Brasil. Tradução: IR. CONCEIÇÃO - FILOMENA ROSÁLIA SCHUMILO. 2017

⁶⁵ “É um Livro especial que possui anotações referentes aos assuntos da Congregação: nome das Irmãs que vieram para o Brasil, de que parte da Polônia saíram, para qual local foram, atividades que exerceram, quantas casas foram abertas, quantas e quais Irmãs foram para determinadas casas, colaboração do povo para o sustento das Irmãs, quantas crianças foram atendidas nas escolas pelas Irmãs, relato de acontecimentos importantes. Os acontecimentos simples do cotidiano não são anotados, somente anotações de um modo geral. Dentro do recorte temporal estudado nesta pesquisa, há somente um Livro de Crônicas. Atualmente anota-se por data e apenas o mais importante” (SCHUMILO, 2017).

As entrevistas foram realizadas entre novembro e dezembro de 2017, nas Colônias Orleans, Murici, D. Pedro II e, na Casa Provincial Menino Jesus/Curitiba. Foram escolhidas 20 pessoas que, de alguma forma, conheciam fatos e o trabalho das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria relacionados ao período estudado nesta pesquisa.

Com o intuito de preservar o anonimato dos entrevistados, os depoentes foram divididos em dois grupos: pessoas da comunidade e religiosas, os nomes foram colocados em ordem alfabética, receberam um número de 1 a 10 e duas letras: uma para identificar a comunidade e outra para o grupo: C = Pessoa da comunidade, R = Religiosa, P = Província Menino Jesus/Curitiba, O = Colônia Orleans, M = Colônia Murici e D = Colônia D. Pedro II. No Quadro 7 está a sigla correspondente a cada depoente.

Quadro 7 - Identificação dos depoentes

CM1	Depoente da Comunidade de Murici	RP1	Depoente Religiosa da Província
CD2	Depoente da Comunidade de D. Pedro II	RM2	Depoente Religiosa de Murici
CM3	Depoente da Comunidade de Murici	RP3	Depoente Religiosa da Província
CD4	Depoente da Comunidade de D. Pedro II	RP4	Depoente Religiosa da Província
CO5	Depoente da Comunidade de Orleans	RO5	Depoente Religiosa de Orleans
CM6	Depoente da Comunidade Murici	RM6	Depoente Religiosa de Murici
CO7	Depoente da Comunidade Orleans	RO7	Depoente Religiosa de Orleans
CD8	Depoente da Comunidade de D. Pedro II	RM8	Depoente Religiosa de Murici
CO9	Depoente da Comunidade de Orleans	RP9	Depoente Religiosa da Província
CD10	Depoente da Comunidade de D. Pedro II	RD10	Depoente Religiosa de D. Pedro II

Fonte: Quadro elaborado por Grybosi e Vieira (2017) de acordo com o nome, o local e o grupo dos depoentes, 2017.

As entrevistas foram preparadas seguindo os passos apresentados por Alberti (2004) e Thompson (1998). Após a aprovação do texto por parte dos depoentes, realizou-se o trabalho de leitura, interpretação e divisão em categorias que explicassem como foi aplicado o ‘*Educare et Construre*’ da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria. Foram consideradas as seguintes categorias: o propósito de educar e construir, vida consagrada, coragem e ousadia das religiosas da Congregação que vieram ao Brasil entre 1906 e 1938, a construção das casas-escolas para Irmãs da Sagrada Família de Maria nas três colônias, o trabalho educacional das Irmãs nas três colônias, a educação para a vida, o educar e construir nos acontecimentos do cotidiano envolvendo as religiosas e os moradores das três colônias, a religião e o despertar para novas vocações.

Os depoentes invocaram “um grande número de lembranças de adultos tão originais e que se apresentam como um tal caráter de unidade, que parecem resistir a toda decomposição” (HALBWACHS, 1990, 43). Lembranças essas compreendidas como parte da memória individual que estava guardada e que foram ativadas quando os depoentes liam o nome das Irmãs na lista apresentada.

3.1 AS PRIMEIRAS RELIGIOSAS DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NO BRASIL

Segundo Geertz (2008), “A perspectiva religiosa difere da perspectiva do senso comum, [...] porque se move além da vida cotidiana em direção a outras mais amplas, que as corrigem e completam, e sua preocupação definidora não é ação sobre essas realidades mais amplas, mas sua aceitação, a fé nelas” (GEERTZ, 2008, p. 82). No caso das Congregações de origem franciscana, são três votos principais que fundamentam a consagração: pobreza, obediência e castidade. A partir de então, dedicam toda a sua vida em prol do próximo. O axioma básico, segundo Geertz (2008), “subjacente naquilo que poderíamos talvez chamar de perspectiva religiosa é o mesmo em todo lugar: aquele que tiver de saber precisa primeiro acreditar” (GEERTZ, 2008, p. 81). Foi acreditando nos ideais religiosos de Francisco de Assis, de Zygmunt Szczesny Felinski e na finalidade da Congregação que as Irmãs da Sagrada Família de Maria vieram ao Brasil.

Esta Congregação é governada pela Madre Geral, a qual é eleita no Capítulo Geral realizado a cada seis anos na sede localizada em *Varsóvia/Polônia* e pode ser reeleita por mais seis anos. No contexto temporal deste estudo, destacam-se as primeiras Madres que dirigiram a Congregação antes e após o falecimento do Fundador. São elas: Madre Florentina Dymann, Madre Sofia Koncza, Madre Boleslawa Janicka e Madre Janina Wirball (OLIVEIRA, 2005). As Madres Provinciais que dirigiram a Província Menino Jesus em Curitiba entre 1906 e 1938 foram: Madre Sofia Ulatowska, Madre Geralda, Madre Elizabete, Madre Úrsula, Madre Bronislawa e Madre Estanislawa (ARQUIVO DA CASA MENINO JESUS/ORLEANS, 2018).

No Quadro 8 consta o nome das religiosas, em ordem alfabética, que trabalharam nas Colônias Orleans, Murici e D. Pedro II entre 1906 e 1938, ano de chegada e local de trabalho e as memórias dos depoentes referentes a cada uma delas.

Quadro 8 - Religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria que trabalharam nas Colônias Orleans, Murici e D. Pedro II entre 1906 e 1938, data e local de trabalho e memórias dos depoentes.

RELIGIOSA	LOCAL E DATA DE TRABALHO	MEMÓRIAS DOS DEPOENTES
Ir. Augustinha Juras	D. Pedro - 1910 Orleans - 1912	RP4 - Veio da Polônia. Não conheci.
Ir. Agueda Rendak	Orleans - 1930	RO5 - Professora.
Ir. Agnieszka Koprucka	Orleans - 1915	Seu nome consta no Livro de Crônicas da Província Menino Jesus - Curitiba
Ir. Aleixa Szalyga	Murici - 1938	RD10- Cuidava da casa.
Ir. Alexandra Zielinska	D. Pedro - 1908 Orleans - 1910	CD4 - Foi professora da minha mãe. RD10 - Uma das primeiras religiosas de D. Pedro II. Superiora na Casa de Orleans em 1911.
Ir. Aloisa Broda	Murici - 1912 Orleans - 1920	RP4 - Perita no bordado, mãos de fada. RP1 - Professora.
Ir. Amélia Buwaj	Orleans - 1933	RD10 - Bordadeira, costureira e orientava as pessoas. RO7 - Ensinava as mulheres carentes a pintar panos de prato. RO5 - Professora e costureira. RM6 - Professora.
Ir. Anastazia Pawlowski	Murici - 1929	CM6 - Trabalhava com remédios caseiros.
Ir. Aniela Blenski	D. Pedro - 1924	RO5 - Professora, trabalhou muito em asilos. Superiora na Casa de D. Pedro II entre 1925 e 1930.
Ir. Anna Karnowska	Orleans - 1913 D. Pedro - 1918	RO5 - Primeira aspirante brasileira.
Ir. Antonina Malinowski	Murici - 1927 D. Pedro - 1937	RP4 - Sacristã da Igreja Sagrado Coração de Jesus em Ponta Grossa. CD4 e RO5 - Cozinha. Superiora na Casa de D. Pedro II entre 1937 e 1938.
Ir. Antonina Paszkiewicz	Murici - 1913	RO5 - Natural da Polônia. Conheci pouco.
Ir. Anzelma Staszczyn	Murici - 1921	RP4 - Não conheci, sei que veio da Polônia.
Ir. Apolonia Borys	Murici - 1911 D. Pedro - 1912	RP1 - Professora. RP4 - Superiora da Casa Provincial. Superiora da Casa de D. Pedro II entre 1913 e 1917.
Ir. Balbina Raczkowiak	Murici - 1910 Orleans - 1911 D. Pedro - 1922	RP4 - Superiora da Casa Provincial. CO9 - Ouvi falar, mas não conheci pessoalmente.
Ir. Bárbara Pawlowski	Murici - 1926 D. Pedro - 1929	RO5 - Ouvi falar, mas não lembro de nenhuma particularidade. Sei que trabalhou em Tomazina, depois voltou para Curitiba.
Ir. Benedykta Baran	Orleans - 1908 Murici - 1909	RP4 - Natural da Polônia, veio para o Brasil no terceiro grupo das Irmãs.
Ir. Bernarda Kandula	Murici - 1907 Orleans - 1908	RP4 - Superiora na Casa de Murici. Natural da Polônia. Superiora na Casa de Orleans entre 1908 e 1909.
Ir. Bernarda Kuberski	Orleans - 1934	RO5 - Cozinha. RM6 - Conheci pouco, natural de Murici.
Ir. Casimira Czernichowski	D. Pedro - 1925	RO5 e RM2 - Professora.
Ir. Cecília Kruczek	Murici - 1931 D. Pedro - 1931	Seu nome consta no Livro de Crônicas da Província Menino Jesus - Curitiba.
Ir. Celestina Wisniewski	D. Pedro - 1919 Orleans - 1923	RO5 - Professora. Superiora da Casa de D. Pedro II entre 1920 e 1921.
Ir. Cirila Kupkowna	Orleans - 1938	Seu nome consta no Livro de Crônicas da Província Menino Jesus - Curitiba.
Ir. Clara Stonoga	D. Pedro - 1916 Orleans - 1918	Seu nome consta no Livro de Crônicas da Província Menino Jesus - Curitiba.
Ir. Clementina Musial	D. Pedro - 1936	CD2 - Foi professora do meu pai, exigente. RD10 - Professora que levava muito a sério seu trabalho.
Ir. Conugunda Grabowski	Murici - 1924	Seu nome consta no Livro de Crônicas da Província Menino Jesus - Curitiba
Ir. Domicela Gaska	D. Pedro - 1922	RP4, RD10 e RO5 - Mestra do noviciado. Superiora da Casa de D. Pedro II entre 1922 e 1923.
Ir. Domingas Przysluk	Orleans - 1931 Murici - 1932	Seu nome consta no Livro de Crônicas da Província Menino Jesus - Curitiba.

Ir. Elisabete Lewandowski	Orleans - 1907	RO7 - Quando eu era aspirante, ela era Madre.
Ir. Escolástica Scrobot	D. Pedro - 1928	RD10 - Professora alfabetizadora. RO5 - Alegre. RM2 - Professora e cuidava da horta.
Ir. Filomena Kosydowski	Murici - 1921 Orleans - 1925	CO7 - Escutei falar, mas não a conheci pessoalmente.
Ir. Francisca Knaut	Murici - 1922 D. Pedro - 1922 Orleans - 1923	CD2 - Professora da minha mãe. RO5 - Professora, diretora, muito enérgica. RM6 - Professora de datilografia, exigente.
Ir. Gabriela Kielbasianka	Murici - 1916 D. Pedro - 1917	RO5 - Natural da Polônia. Não conheci pessoalmente. Superiora da Casa de Pedro II entre 1918 e 1919.
Ir. Genoveva Bracholka	D. Pedro - 1926	RO5 - Cozinheira.
Ir. Haline Kania	Murici - 1938	RO7 - Bordadeira. RO5 - Era uma artista.
Ir. Helena Kotowicz	Orleans - 1921	Seu nome consta no Livro de Crônicas da Província Menino Jesus - Curitiba.
Ir. Henrica Ózog (Henriaueta Ózog)	Murici - 1925	Seu nome consta no Livro de Crônicas da Província Menino Jesus - Curitiba.
Ir. Honorata Stawny	D. Pedro - 1937	RD10 - Professora, carinhosa, batalhadora.
Ir. Iolanda Zaklikiwcz	Orleans - 1931 D. Pedro - 1932	RP4 e RD10 - Cozinheira, divertida, alegre. RO7 - Pequeninha, alegre, divertida. RM2, RP9 e RM6 - Professora, carinhosa. CO5 - Foi minha professora.
Ir. Irene Wisniewski	D. Pedro - 1927 Orleans - 1928	RD10 - Professora e cuidava da horta. RO5 - Costureira. CO7 - Contava para as crianças coisas da Polônia, cuidava dos doentes.
Ir. Isidora Czernichowski	Orleans - 1931	Seu nome consta no Livro de Crônicas da Província Menino Jesus - Curitiba.
Ir. Jadviga Dudek	Orleans - 1907 Murici - 1909	CO5 - Foi minha professora. CM4 - Superiora em Murici: 1909 até 1910.
Ir. Janina Celinska	Murici - 1907	RP4 - Natural da Polônia, faleceu no mesmo ano que veio, de tuberculose. Era animada, alegre, gostava das crianças.
Ir. Joanina Knaut	Murici - 1926	RD10 - Foi minha professora de datilografia. RP1 - Professora. RO5 - Era enfermeira, disposta, alegre.
Ir. Josefa Pelc	D. Pedro - 1912 Murici - 1913 Orleans - 1926	RP1 - Enfermeira, querida, ensinava canto e cozinhava. Superiora na Casa de D. Pedro II em 1912.
Ir. Ladislava Bodnar	D. Pedro - 1923 Orleans - 1927	RO5 - Cuidava dos doentes. Cuidou do meu pai. Superiora na casa de Orleans entre 1928 e 1936.
Ir. Leonarda Rogaczewski	Orleans - 1934 Murici - 1937	CD8 - Trabalhava na horta, fazia remédios caseiros. CD4 - Cozinheira e catequista. RD10 - Professora alfabetizadora, esforçada, exigente. RO5 - Era professora. RM6 - trabalhava com rendas
Ir. Leontina Minikowski	Murici - 1935	RO5 - Tinha bronquite, sofria muito. RM6 - Professora
Ir. Longuina Tyrz	Orleans - 1908 Murici - 1909	RP4 - Escreveu as primeiras Crônicas das Irmãs no Brasil. RP7 - Era professora
Ir. Lourença Belinowski	Murici - 1928	RP9 - Conheci muito pouco.
Ir. Ludvica Babula	Orleans - 1909 Murici - 1909 Murici - 1918	CD4 - Era enfermeira e parteira da comunidade. RP4 - Superiora em Murici: 1918 até 1920, 1926 até 1936.
Ir. Ludvina Szychta	Murici - 1934	RD10 - Professora alfabetizadora, organista, bordadeira. Muito inteligente. CM1 - Tinha uma farmácia.
Ir. Maria Dylong	D. Pedro - 1926	RP4 - Cuidava das Igrejas e fazia rendas. RO5 e RM2 - Enfermeira. Superiora na Casa de D. Pedro II entre 1933 e 1936.
Ir. Maria Grzegorzeiwicz	Orleans - 1906 D. Pedro - 1908 Murici - 1919	RD10 - Trabalhou na Colônia D. Pedro II junto com a Ir. Alexandra. RO5 - Natural da Polônia, não conheci pessoalmente. RP4 - Uma das primeiras a chegar em Orleans. Superiora na Casa de D. Pedro II entre 1908 e 1910 e Superiora na Casa de Orleans entre 1911 e 1918, e 1920 e 1925.

Ir. Maria Kulczak	Murici - 1928	Seu nome consta no Livro de Crônicas da Província Menino Jesus – Curitiba.
Ir. Margarida Janik	Orleans - 1926 Murici - 1930 D. Pedro - 1931	RO5 - Era professora, cuidava da Igreja e fazia fantoches para teatro.
Ir. Maria Ptak	Murici - 1907	RP4 - Superiora em Murici - 1910 até 1918. Veio ao Brasil no terceiro grupo de Irmãs.
Ir. Maria Scrobot (Ir. Cecília)	Murici - 1912	RP4 - Uma das primeiras noviças brasileiras.
Ir. Nicodema Majkot	Murici - 1937	Seu nome consta no Livro de Crônicas da Província Menino Jesus - Curitiba.
Ir. Pelagia Grybos	D. Pedro - 1924 Orleans - 1925	RD10 e RO5 - Professora, organista. RO7 - Foi minha professora na 4ª série. Superiora na Casa de D. Pedro II entre 1931 e 1932.
Ir. Petronela Gura (Góra)	Murici - 1930 D. Pedro - 1931 Orleans - 1932	RD10 e RO2 - Cozinheira. RO5 - Professora muito exigente. RM6 - Conselheira do povo.
Ir. Praxedes Makara	Orleans - 1936	RO7 - Professora. RM2 e RM6 - Cozinheira.
Ir. Regina Kachinski	Orleans - 1937	RP4 - Professora. RO7, RM2 e RM6 - Tesoureira. Superiora na Casa de Orleans entre 1937 e 1938.
Ir. Rosália Janik	D. Pedro - 1929	RP4 e RO5 - Professora primária, calma.
Ir. Sílvia (Czeslawa) Urbanik	Murici - 1933	RD10, RO5 e RM2 - Professora alfabetizadora. RM6 - Parteira.
Ir. Sofia Haluch	D. Pedro - 1919	RP4 e RD10 - Musicista, cuidava do Noviciado e das Igrejas. RO5 - Bordadeira.
Ir. Sofia Utatowski	Orleans - 1906	RP4 - Natural da Polônia, uma das primeiras a chegar em Orleans. Primeira mestra das Aspirantes no Brasil. Superiora na Casa de Orleans em 1906.
Ir. Stanislaw Szaran	Orleans - 1907 Murici - 1908	RP1 e CM6 - Professora. Superiora na Casa de Orleans em 1919.
Ir. Stefania Zielinska	D. Pedro - 1934	CD2 e RD10 - Foi minha professora de 1º ano. RO7 - Gostava de cuidar da horta. RO5 - Professora, faleceu com quase 101 anos de idade.
Ir. Susana Fonsaca	D. Pedro - 1930	RP4 e RD10 - Trabalhava na portaria da Casa Velha Provincial. RO5 - Alegre.
Ir. Tecla Lulek	Murici - 1937	RD10 e RO5 - Cozinheira.
Ir. Teodosia Pyrkiel	Murici - 1936	RO5 - Professora. Superiora na Casa de Murici entre 1937 e 1938.
Ir. Teresa Rybacki	D. Pedro - 1917 Orleans - 1918 Murici - 1920	RO7- Dons artísticos para fazer painéis. RO5- Muito esperta.
Ir. Ursula Przydrozna	D. Pedro - 1911	RO5 - Natural da Polônia. Conheci pouco. Superiora na Casa de D. Pedro entre 1911 e 1912.
Ir. Vicentina Wisneiwka	D. Pedro - 1921 Orleans - 1925	CD2 - Professora da minha mãe. RM2 - Pessoa simples, humilde.
Ir. Vitória Nalepa	Murici - 1928	RP4 - Professora, primeira Irmã da Congregação que foi para a Polônia para um Capítulo. RD10 e RO5 - Era professora e diretora. RM6 - Foi professora do meu pai. Ele tinha um carinho muito grande por ela.
Ir. Waléria Slominski	Orleans - 1920 Murici - 1922 D. Pedro - 1936	RO5 - Excelente cozinheira.
Ir. Wanda Legacki	Murici - 1935	Seu nome consta no Livro de Crônicas da Província Menino Jesus - Curitiba.
Ir. Xaviera Kuzyszyn	Orleans - 1937	RP9 - Conheci pouco.
Ir. Zuzanna Twardosz	Murici - 1912	RP4 - Veio da Polônia, não conheci, só ouvi falar.
Ir. Zygmunt Zalobnicka	Orleans - 1938	Seu nome consta no Livro de Crônicas da Província Menino Jesus - Curitiba.

Fonte: Dados elaborados por Grybosi e Vieira (2018) de acordo com: KRONIKA ZGROMADZENIA SIOSTRY FRANCISZKANIEK RODZINY MARYI – PROWINCJI DZIECIATKA JEZUS W BRAZYLJI, 2017.

As Irmãs Franciscanas da Sagrada Família receberam de Francisco de Assis e de Zygmunt Szczesny Felinski o exemplo de doação da própria vida para ajudar o outro e, seguiram esses exemplos exercendo várias funções, como professoras, enfermeiras, cozinheiras, conselheiras, costureiras, agricultoras entre outras.

Para CO9 (2017): “Essas religiosas foram mulheres de muita coragem para deixarem sua pátria e terem vindo a um país desconhecido, conviverem com os poloneses dentro de um sistema rígido, vida precária, o que não deve ter sido fácil. Mas vieram com muita vontade de trabalhar e ajudar” (CO9, 2017). É interessante notar que a coragem dessas religiosas estava pautada nas palavras do Fundador da Congregação: “A Família de Maria crescerá, como os cogumelos após a chuva e que trabalhará além dos mares” (FRACEK, 2009, p. 239). Essas religiosas deixaram para trás a família e o país de origem para colocar em prática o espírito missionário do outro lado do Atlântico.

De fato, muitas foram as adversidades enfrentadas pelas primeiras Irmãs que vieram ao Brasil. A vida era difícil e cheia de sacrifícios e desconfortos. A atividade missionária em terras brasileiras exigiu dedicação. Ainda, nesse sentido, a RP4 referiu-se ao assunto da seguinte forma:

Por onde foram as Irmãs, as casas e as escolas eram sem muita condição material, com o tempo foram construindo, arranjando bancos, uma situação melhor, geralmente uma professora era para duas ou três séries, juntava a criançada, enquanto uma criança copiava do quadro a outra tomava lição, os maiores tomavam leitura dos menores, era um desafio tanto para os professores quanto para os alunos, os professores para ensinar e os alunos para aprender. Tudo era em polonês (RP4, 2017).

Em pouco tempo as Irmãs conseguiram conquistar a população e além da educação, cuidavam das igrejas e dos doentes, a qualquer horário e local. Segundo Fudali (2009), “quanta abnegação e temor deviam suportar, quando por várias vezes à noite, voltavam pelo mato, no qual vadiavam indivíduos com revólveres e facão na cintura. E a chuva, o frio às vezes insuportável e muitas outras contrariedades” (FUDALI, 2009, p. 249). A confiança que a população tinha no trabalho das Irmãs está explícito nas palavras de RM6 (2017): “O meu pai estudou na escola das Irmãs, foi aluno da Ir. Vitória Nalepa. Ele dizia que faria o possível e o impossível para que todos seus filhos estudassem com as Irmãs” (RM6, 2017). Todas as intempéries não as fizeram desistir de cumprirem sua missão nas colônias polonesas de Orleans, Murici e D. Pedro II.

3.2 A CASA-ESCOLA DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA

A casa-escola era construção utilizada no Brasil desde os tempos do Império. Era a extensão da casa do professor. Com a Proclamação da República no Brasil, a partir de 1889, políticos e educadores passaram a advogar que era importante ter uma construção específica para o serviço escolar (SOUZA, 1998). Nos centros urbanos do país foram construídos os grupos escolares - reunião de várias escolas num mesmo local, com o intuito de popularizar a educação no início do período republicano. No entanto, nas áreas distantes dos centros urbanos, as casas-escolas continuaram a existir. A casa-escola, segundo Souza (1998), “deveria refletir o papel social da instrução primária e os valores atribuídos à educação. Ela deveria ser, antes de tudo, uma força moral e educativa” (SOUZA, 1998, p. 122). No caso das Colônias Orleans, Murici e D. Pedro II, Paraná, os colonos construíram para as Irmãs da Sagrada Família de Maria uma edificação que era ao mesmo tempo a casa das religiosas e a escola, ou seja, uma casa-escola.

As três casas-escolas construídas nas Colônias Orleans, Murici e D. Pedro II são consideradas particulares, isoladas e étnicas-religiosas. Particulares porque foram construídas pelos moradores de colônias polonesas, isoladas devido ao fato de atenderem ao ensino primário e estarem distantes dos centros urbanos, e étnica, neste caso, por ensinarem saberes e cultura na língua de origem polonesa. Essas instituições ainda existem, mas não são mais casas-escolas, são ecumênicas e sem as características étnicas do período inicial. Hoje são seis instituições escolares, das quais quatro são dirigidas pelas Irmãs Sagrada Família de Maria. Destas, três são estaduais e as outras três, municipais.

3.2.1 A CASA-ESCOLA DAS IRMÃS FRANCISCAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NA COLÔNIA ORLEANS

Consta no livro *Kronika Zgromadzenia Siostry Franciszkanek Rodziny Maryi - Prowincji dzieciatka Jezus W Brazylji*, que quando os moradores de Orleans ficaram sabendo que as Irmãs viriam para ensinar seus filhos, procuraram meios para construir uma escola. Para o início foi reformada a velha casa paroquial: adaptaram a parte térrea para ser a escola, o sótão ficou dividido em duas partes, uma para o alojamento das Irmãs e a outra para o professor João Falarz lecionar para os meninos. Antes da chegada da Irmãs, as meninas não estudavam, eram as mães que ensinavam a ler e escrever em casa nos livros de cantos e orações. No primeiro ano

da instituição matricularam-se 40 alunas entre meninas e moças de idades diferentes. As Irmãs não tinham salários, então recebiam dos colonos aquilo que eles podiam oferecer, como leite, ovos, batatinha, repolho, entre outros e às vezes recebiam um pouco de dinheiro. Logo os colonos perceberam como estava incômoda a moradia das Irmãs e as salas de aula. Decidiram então, construir para elas uma moradia e duas salas de aula de alvenaria (RP4, 2017). Além do trabalho educacional, cuidavam da igreja, da catequese e atendiam os doentes em suas casas (OLIVEIRA, 2005).

No livro denominado ‘Histórico da Escola Estadual Santo Antônio’, consta que a instituição passou por duas denominações: entre 1906 e 1925 seu nome era Escola Paroquial Santo Isidoro e, entre 1926 e 1943, mudou para Casa Escolar da Colônia Orleans - Distrito de Nova Polônia e Município de Curitiba. Nesse período o estabelecimento teve três diretoras: 1926 - Ir. Vicentina Wisniewska, 1927 a 1937 - Ir. Ladislava Bodnar e 1937 a 1943 - Ir. Ludgarda Skalinska. A instituição foi fundada no dia 1º de março de 1906 e a finalidade consta como atendimento às crianças dos imigrantes poloneses (HISTÓRICO DA ESCOLA ESTADUAL SANTO ANTÔNIO, [S.I.]).

A Figura 6 refere-se a primeira casa-escola construída para as Irmãs da Sagrada Família na Colônia Orleans.

Figura 6 - Primeira casa-escola de Orleans das Irmãs da Sagrada Família de Maria.



Fonte: Cópia do original tirada por Grybosi e Vieira (2017). Acervo particular de Paulo Obrzut/Colônia Orleans. 2017.

No local onde foi construída a primeira casa-escola para as Irmãs da Sagrada Família em Orleans, hoje há uma praça em homenagem a elas denominada ‘Praça Irmãs da Sagrada

Família'. A Lei n. 6371, Art. 19⁶⁶, oficializou o logradouro como Praça Irmãs da Sagrada Família (assinado pelo Prefeito Municipal de Curitiba Jaime Lerner, em 16 de dezembro de 1982).

CO7 (2017) lembrou a antiga instituição: “Estudei na primeira escola das Irmãs quando era na pracinha que hoje tem o nome das Irmãs da Sagrada Família. Morava do outro lado da rua. Nasci em 1931 e comecei a estudar em 1938. Ainda não era escola, era capela” (CO7, 2017). RO5 (2017) também guarda memórias do estabelecimento: “estudei meio ano aqui na casa antiga. Eram mais ou menos 6 Km para vir à escola, às vezes íamos por um atalho, diminuía para 4 Km. Estudei com as Irmãs da Sagrada Família de Maria” (RO5, 2017).

Quanto a segunda casa-escola das Irmãs da Sagrada Família em Orleans, é possível observar como era a edificação na Figura 7.

Figura 7 - Segunda casa-escola das Irmãs da Sagrada Família de Maria na Colônia Orleans



Fonte: Cópia do original tirada por Grybosi e Vieira. Acervo particular da Província Menino Jesus/Curitiba. 2017.

Além da imagem, é possível obter mais informações da segunda casa-escola por meio do relato da CO7 (2017), a qual estudou nessa escola em 1938: “A escola era grande. A escola e a casa das Irmãs eram a mesma construção, havia duas salas enormes, o 1º e 2º ano ficavam numa sala e 3º e 4º na outra. Depois construíram mais duas salas ao lado porque tinha mais

⁶⁶ Prefeitura Municipal de Curitiba. Lei Nº 6.371. Data: 16 de dezembro de 1982. “Denomina logradouros públicos da Capital, ainda não nominados, de: André J. Giraldele, Antonio T. de Andrade, Benedito Carollo, Benjamim Z. Parizi, Boanerges de M. Caldas, Cardeal, Dario N. dos Santos, Eleonora B. Gracia, Francisco Gabardo, Francisco Zem, Pça Irmãs da Sagrada Família, Jair do N. Cesar, Dr. João F. da Rocha, João Martinski, João Nico, José Baggio, José Nicolletti, Leopoldo teuber, Luiz Fogiatto, Oscar B. de Macedo Ribas, R. dos Rogacionistas, Dr. Rubem F. da Rocha e Valério Haisi”. A Câmara Municipal de Curitiba, capital do Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei. Art. 19 Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a dar as denominações de: André José Giraldele, Antonio Teixeira de Andrade, Benedito Carollo, Benjamim Zampieri Parizi, Boanerges de Menezes Caldas, Cardeal, Dario Nogueira dos Santos, Eleonora Branco Gracia, Francisco Gabardo, Francisco Zem, Praça Irmãs da Sagrada Família, Jair do Nascimento Cesar, Dr. João Fleury da Rocha, João Martinski, João Nico, José Baggio, José Nicolletti, Leopoldo teuber, Luiz Fogiatto, Oscar Borges de Macedo Ribas, Rua dos Rogacionistas, Dr. Rubem Fleury da Rocha e Valério Haisi, logradouros públicos da Capital. Art. 29 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio 29 de março, em 16 de dezembro de 1982. Jaime Lerner.

Fonte: Acervo particular de Paulo Obrzut, 2017.

alunos. Na frente da escola tinha um jardim bem caprichado” (CO7, 2017). A mesma depoente, além de explicar a edificação, também comentou sobre os seus arredores: “As Irmãs tinham uma horta bonita, tinha de tudo. Tinham uma vaca. (...) Tinham porco, galinhas, forno para assar pães” (CO7, 2017). Outro depoente, CO9 (2017), também lembrou dos arredores da casa-escola: “As Irmãs tinham também uma plantação de mandioca e batata-doce” (CO9, 2017).

Neste caso, pode-se afirmar que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com os outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 51). Ocorre que os depoentes descreveram o mesmo espaço físico, neste caso a primeira e a segunda escola da Colônia Orleans, referindo-se às Irmãs da Sagrada Família de Maria, porém a lembrança é diferente para cada um deles. O espaço físico de referência é o mesmo, no entanto a relação que cada depoente teve com esse meio é distinta. São singularidades que fazem parte de um todo: alguns lembram da distância para se chegar à escola, outros lembram da arquitetura da construção, do jardim, do campo em frente à escola, das árvores, das carroças, da Igreja, do entorno da casa-escola.

3.2.2 A CASA-ESCOLA DAS IRMÃS FRANCISCAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NA COLÔNIA MURICI

As Irmãs que foram para a Colônia Murici receberam uma casa de madeira, bastante espaçosa e agradável, porém simples. Na parte térrea havia duas salas de aula e um refeitório. No sótão, três quartinhos com camas e uma sala maior para uso das religiosas, e nos fundos, uma cozinha com duas janelas. Iniciaram as aulas em 19 de janeiro de 1907 com 125 alunos. De acordo com o relato da RP3 (2017), a casa-escola possuía muitos alunos porque as famílias eram grandes (RP3, 2017). De acordo com o livro *Kronika Zgromadzenia Siostry Franciszkanek Rodziny Maryi - Prowincji dzieciatka Jezus W Brazylji*, a Ir. Janina era professora dos alunos maiores e a Ir. Bernarda dos menores. Como as Irmãs de Orleans, as Irmãs da Colônia Murici não tinham salário, recebiam dos pais dos alunos produtos agrícolas e alguns conseguiam pagar em espécie (SCHUMILO, 2017). A Figura 8 refere-se a primeira casa-escola da Colônia Murici.

Figura 8 - Primeira casa-escola das Irmãs da Sagrada Família de Maria na Colônia Murici -1907.



Fonte: Cópia tirada por Grybosi e Vieira (2018). Acervo particular da Casa da Cultura Padre Karol Dworaczke – Colônia Murici, 2017.

A RP3 conseguiu descrever como era a segunda casa das Irmãs e as dificuldades que alguns alunos enfrentavam para poder estudar: “na parte de baixo tinha duas salas bem grandes, refeitório e a cozinha. Algumas crianças caminhavam até 7 Km para chegar à escola, vinham cantando, rezando e às vezes chorando de cansaço” (RP3, 2017). A Figura 9 refere-se à segunda casa-escola da Colônia Murici.

Figura 9 - Segunda casa-escola das Irmãs da Sagrada Família de Maria na Colônia Murici - 1920.



Fonte: Cópia tirada por Grybosi e Vieira (2018). Acervo particular da Casa da Cultura Padre Karol Dworaczke - Colônia Murici, 2017.

Ao lado da casa-escola, todo o terreno era aproveitado para algum tipo de atividade que colaborasse na subsistência das religiosas. A CM3 (2017) não estudou com as Irmãs entre 1906 e 1938, mas ouviu familiares comentarem que “as irmãs criavam galinha, porco e cuidavam das vaquinhas. Havia horta de um lado e jardim do outro” (CM3, 2017). O relato de RM6 (2017) assemelha-se ao de CM3: “As primeiras Irmãs que vieram ao Brasil faziam como hoje, se tiver espaço, tem um jardim ou uma horta. É um hábito que foi trazido pelas primeiras Irmãs da Congregação e que perdura até os dias atuais. Na Europa era assim, tudo muito florido” (RM6, 2017).

3.2.3 A CASA-ESCOLA DAS IRMÃS FRANCISCAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NA COLÔNIA D. PEDRO II

Conforme *Kronika Zgromadzenia Siostry Franciszkanek Rodziny Maryi - Prowincji dzieciatka Jezus W Brazylji*, quando as Irmãs chegaram na Colônia D. Pedro II, os colonos eram muito pobres, mas comprometeram-se em colaborar com elas no sustento pessoal e com mantimentos e/ou produtos advindos da agricultura. Os colonos que podiam ajudavam com dinheiro. As Irmãs tinham o interesse em ajudar os pobres colonos, amenizar seu sofrimento e ajudar a resolver problemas que estavam ao seu alcance (SCHUMILO, 2017).

Assim, sabe-se que na Colônia D. Pedro II, a escola e a casa das Irmãs eram a mesma construção. De acordo com o relato da CD2 (2017), os pais dela estudaram na escola antiga. Até cinco anos atrás os professores do Colégio Estadual D. Pedro II levavam os alunos para ver o local, havia um muro, no momento não há mais resquícios da construção, somente roça. Devido à distância entre as casas dos colonos e a escola, alguns alunos sofriam muito para chegar até ela. É o que afirmou CD4 (2017): “a escola era longe, a maioria andava 4,5 ou 6 Km para chegar. Ficava a mais ou menos 1 Km distante da atual no meio do mato” (CD4, 2017). A dificuldade para chegar à escola também foi relatada pela depoente RD10: “A minha mãe vinha de longe para estudar, ela e suas irmãs caminhavam cerca de 7 Km para chegar à escola, frio, geada, chuva e elas de chininho. Os pais traziam de carroça só quando a chuva era muito forte” (RD10, 2017). A mesma depoente leu o Livro *Kronika Zgromadzenia Siostry Franciszkanek Rodziny Maryi - Prowincji dzieciatka Jezus W Brazylji* e lembra de estar escrito que: “Era uma casa de madeira, precária, servia de moradia para as Irmãs, de capela e de oratório e, também era celebrada a missa de tempos em tempos por um padre que vinha de Orleans, pois ali não havia paróquia e nem padre (RD10, 2017). A Figura 10 complementa o

relato dos depoentes por referir-se a primeira casa-escola da Colônia D. Pedro II, construída para as Irmãs da Sagrada Família de Maria.

Figura 10 - Primeira casa-escola das Irmãs da Sagrada Família de Maria na Colônia D. Pedro II.



Fonte: Sikora, 2011. p. 3.

A depoente CD4(2017) estudou no período de transição de uma escola para outra e explica quais mudanças ocorreram em relação à divisão dos ambientes e função da edificação.

Eu estudei na escola velha e foi no meu tempo de aluna que mudaram para a segunda escola, que foi construída onde hoje está a atual, então eu estudei nas duas. A primeira era escola, igreja e casa para as Irmãs e a segunda era casa e escola. Tinha duas salas maiores para estudar, cômodos para as Irmãs e cozinha (CD4, 2017).

A nova edificação da casa-escola está representada na Figura 11.

Figura 11 - Segunda casa-escola das Irmãs da Sagrada Família de Maria na Colônia D. Pedro II.



Fonte: Sikora, 2008. p. 9.

A CD2 (2017) ouviu os pais comentarem que: “Quando chegavam na escola, tiravam um balde de água do poço e lavavam os pés para entrar limpinhos na sala de aula. Era um desafio para estudar” (CD2, 2017). A mãe da CD10 (2017) estudou com as Irmãs na segunda casa-escola da Colônia D. Pedro II e a depoente lembrou de um dos comentários que a mãe fez para ela: “Minha mãe dizia que as religiosas eram muito autoritárias, mas ao mesmo tempo amorosas, ela tinha uma boa lembrança das Irmãs” (CD10, 2017).

3.3 O TRABALHO EDUCACIONAL DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA

O trabalho com a educação é uma das principais áreas de atuação das Irmãs da Sagrada Família de Maria. Essa característica está presente na Congregação desde a sua fundação por Zygmunt Szczeny Felinski. O Fundador era educador e professor e, como tal, preocupava-se com o desenvolvimento integral do ser humano. Para ele era preciso alimentar o corpo, o espírito e a parte intelectual, somente assim a pessoa poderia estar preparada para agir com sabedoria mediante as situações do cotidiano.

As Irmãs professoras procuraram garantir aos alunos uma educação que lhes ajudasse a enfrentar os desafios da época. Nas palavras de Thompson (1998), “No sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão” (THOMPSON, 1998, p. 25). Era ensinado o que os alunos precisavam aprender naquele período. As religiosas estavam em sintonia com a realidade. Viñao Frago (1995) explicou que “Por ello, es necesario abrir el espacio escolar y construirlo como lugar de um modo tal que no restrinja la diversidad de usos o su adaptación a circunstancias diferentes”⁶⁷ (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 71). E assim, as religiosas realizaram o trabalho educacional de acordo com as circunstâncias vividas pelos colonos poloneses nas Colônias Orleans, Murici e D. Pedro II. Nesta mesma linha de pensamento, Julia (2001) explica que “Poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2011, p. 32). O trabalho das Irmãs estava relacionado às normas e práticas de acordo com a finalidade religiosa, sociopolítica e social da época e do espaço em que estavam inseridas (JULIA, 2011).

⁶⁷ “Portanto, é necessário abrir o espaço escolar e construí-lo como lugar de um modo tal que não se restrinja a diversidade de usos ou sua adaptação a circunstâncias diferentes” (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 71).

Um elemento marcante no depoimento dos entrevistados, e que atesta sobre a realidade da educação enfrentada pelas Irmãs, foi o uso lousa de pedra. Alguns depoentes chegaram a utilizá-la e outros não, mas ouviram familiares ou religiosas explicarem sobre o assunto. Entre 1906 e 1938, o papel era um produto caro e consumido rapidamente. Comprava-se por quilo e exigia mobiliário e outros materiais que nem sempre estavam à disposição. Por razões econômicas, o uso da lousa de ardósia era comum não só Brasil, mas também em outros países americanos e europeus. No ano de 1940, muitas escolas isoladas brasileiras ainda utilizavam-na como recurso pedagógico. Apesar de serem mais baratas, eram pesadas, quebravam com facilidade e nem sempre eram de boa qualidade (SOUZA, 1998). Desde 1910, a substituição da lousa de ardósia pelo papel vinha sendo discutida no Brasil, bem como as vantagens e desvantagens de ambos. Após discussões incansáveis por parte dos Inspectores de Ensino e professores, principalmente dos centros urbanos, chegaram à conclusão de que o uso generalizado do caderno “aliava-se às novas definições de escola como lugar onde se aprende a ler e escrever e em que se exercita a escrita como atividade básica” (SOUZA, 1998, p. 240). O Estado de São Paulo foi o primeiro a deixar de lado o uso da lousa de ardósia pelos cadernos e, gradativamente, outros Estados brasileiros passaram adotar os cadernos, vistos então como uma nova tecnologia. No entanto, essa tecnologia não chegou em todos os cantos do país ao mesmo tempo. Para Hebrard (2001), “parece que o papel não foi uma memória melhor que a ardósia ou o quadro de areia fina. Mesmo sob o impulso de alguns inspetores preocupados em dar carta de nobreza a tal caderno” (HEBRARD, 2001, p. 122).

Outro elemento importante citado no relato dos depoentes, este como exemplo de pressão externa exercida pelo Estado, foram os exames escolares. Foram instituídos como uma das inovações republicanas no Brasil. Os republicanos desejavam que as escolas passassem a ser locais de prestígio e qualidade, deveriam ser rigorosas e os exames foram adotados para reafirmar esta posição. A reforma republicana da instrução pública legalizou os exames como atividade contínua no ensino primário. Começaram a ser aplicados no Estado de São Paulo e depois para todo o país. A instrução regulamentava que os exames seriam realizados por “bancas examinadoras compostas pelo inspetor do distrito, como presidente, por dois examinadores por ele nomeados e pelo respectivo professor da escola ou classe” (SOUZA, 1998, p. 243). Durante os exames eram realizadas “provas escritas, práticas e orais. Escritas, as de ditado, composição e questões práticas de aritmética. Práticas, as provas de caligrafia e desenho, e orais, todas as demais matérias” (SOUZA, 1998, p. 243). Terminado o exame, lavrava-se rigorosamente em ata o resultado e todas as autoridades assinavam o documento que era lavrado de próprio punho pelo professor da classe ou turma. Os exames eram realizados no

final do ano letivo, entre fim de novembro e começo de dezembro. No início do registro era escrito o nome do local, a data e a qual professor pertencia a turma examinada. Na sequência era escrito o nome dos alunos presentes, aqueles que faltaram, os aprovados e reprovados. Para finalizar o exame, os examinadores, autoridades presentes e o professor assinavam o documento que era escrito de próprio punho pelo professor.

As visitas nas escolas por parte dos inspetores de ensino durante qualquer época do ano letivo eram normais. Expressam, segundo Souza (1998), “uma visão autorizada, senão contaminada, tendo em vista os motivos pelos quais foram produzidos, as circunstâncias dessa produção e a relação dos atores como os órgãos da administração do ensino” (SOUZA, 1998, p. 21). A visita do inspetor de ensino era um ato político da educação, ficava registrado em um livro denominado ‘Livro Atas de Visitas’. O documento era um aspecto formal no qual registrava-se a realidade.

A inspeção escolar, no entendimento de Martinez, era necessária para que as leis, decretos e regulamentos de ensino fossem cumpridos e para que a escola funcionasse como deveria. Segundo Miguel (1997), “do perfeito funcionamento de uma das partes dependia a eficiência da outra. Daí decorria a importância da inspeção escolar que, no Paraná, era realizada pelo inspetor geral da educação e por subinspetores” (MIGUEL, 1997, p. 29).

O decreto de nacionalização imposto no governo de Vargas a partir de 1938 atingiu todas as escolas étnicas do Brasil, não foram casos isolados nas Colônias Orleans, Murici e D. Pedro II. Segundo Boto (2014),

Se a cultura que a escola veicula é, em alguma medida, interna à própria experiência escolar, certamente há saberes, referências, modelos, que são provenientes do exterior, que têm a ver com determinações de poder, da política ou da inscrição social da ciência e que são apropriados pela instituição na forma de conteúdos e de ritos escolares (BOTO, 2014, p. 103).

A partir de então, mudou o percurso da vida escolar nas casas-escolas das colônias em questão. As Irmãs que continuaram a trabalhar nessas instituições tiveram a tarefa específica de incentivar o patriotismo entre os alunos para construir neles uma memória coletiva nacional (RENK, 2009). Entretanto, à medida que as Irmãs professoras encontravam obstáculos para realizar o trabalho educacional nas casas-escolas étnicas polonesas, buscaram “meios de organizar seu trabalho, adequando-se às novas exigências sem perder sua singularidade. Essas escolas fabricavam suas táticas de acordo com os recursos que possuíam” (BOÇOEN; VIEIRA, 2017, p. 66). As Irmãs trabalhavam os conteúdos obrigatórios de acordo com as normas educacionais do período, porém, longe das autoridades, ensinavam a cultura do grupo polonês.

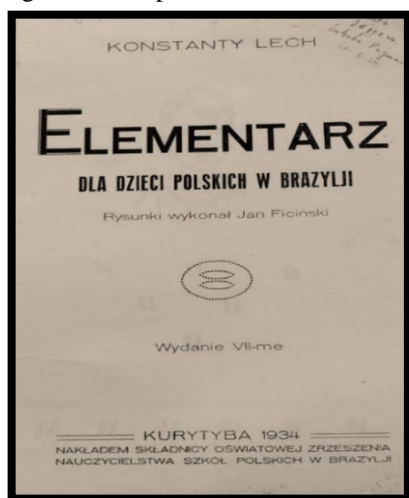
3.3.1 O TRABALHO EDUCACIONAL DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NA COLÔNIA ORLEANS

A orientação pedagógica para as escolas de imigração polonesa começou a se desenvolver a partir de 1921, quando o cônsul da Polônia, Szbigniew Miszke, desenvolveu atividades culturais no Brasil. Eram cursos e publicações referentes ao programa e métodos educacionais e que estavam sob responsabilidade de instrutores de ensino e de professores formados na Polônia. Wachowicz (2002) explica que “em 1926, foi editado, em Curitiba, um trabalho de Konstanty Lech, professor graduado na Polônia, o qual traz elementos importantes e capazes de proporcionarem uma visão geral sobre a orientação pedagógica então realizada” (WACHOWICZ, 2002, p. 82). O autor ainda expõe que

Trata-se de *Praktyczne Wskazówki Metodyczne - dla szkół polskich w Brazylii* - Normas prático-metodológicas para as escolas polonesas no Brasil. (...) Pontos principais: o currículo, a organização do horário, a fundamentação psicológica do trabalho do professor, o método de ensino, a preparação para a aprendizagem inicial e alfabetização (WACHOWICZ, 2002, p. 82).

A RO5 estudou em Orleans em 1938 e foi a única depoente que citou o livro de alfabetização em polonês elaborado por Konstanty Lech: “Não havia caderno e o livro era de fácil entendimento para os alunos. Era em polonês. Começava com figuras e palavras, depois passava para frases simples e textos. Estudávamos na escola e em casa. Ainda tenho o livro guardado” (RO5, 2017). Segue imagem da folha de rosto do livro elaborado por Konstanty Lech na Figura 12.

Figura 12 - Cópia da folha de rosto da cartilha de alfabetização em polonês, elaborada por Konstanty Lech



Fonte: Cópia do original tirada por Grybosi e Vieira (2017). Acervo particular da Casa Menino Jesus em Orleans/Curitiba, 2017.

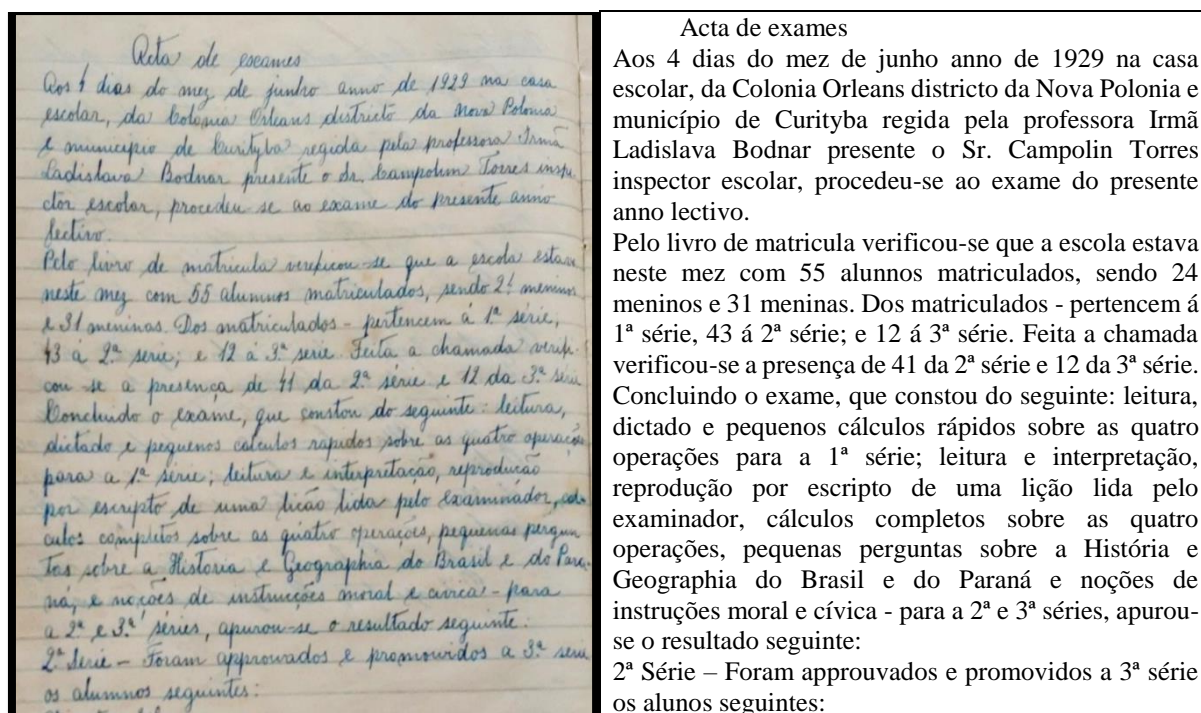
Nas casas-escolas criadas pelos poloneses, o ensino da língua polonesa era um elemento de manutenção da identidade étnica, pois expressava o modo de viver e a cultura dos poloneses (BOÇOEN; VIEIRA, 2017).

A RP4 (2017) conviveu com algumas das Irmãs que trabalharam entre 1906 e 1938, enquanto ela era noviça e as religiosas já estavam com idade avançada. Ouviu comentários das Irmãs em relação a forma de trabalho. Fez o seguinte relato:

As Ir. comentavam que usavam a lousa, os pontos de Geografia, História e Ciências eram todos passados no quadro para os alunos copiarem porque não havia livros. Fazia-se muita caligrafia com a criança. (...) A família tinha que comprar a lousa e o grifo, uma espécie de pedrinha; quando quebrava, ainda dava um jeito, amarrava uma taquarinha para poder emendar e aproveitar até o fim. Inicialmente, era tudo na lousa, só mais tarde começaram a usar o caderno. No final do ano vinha um representante da Inspeção para fazer o exame (RP4, 2017).

As Irmãs que trabalharam com a educação na Colônia Orleans, assim como as de Murici e D. Pedro II, conviveram com a presença dos inspetores escolares para realizarem os exames de ensino para os alunos. Era uma prática implantada desde os primeiros anos da República no Brasil e que não deixou de existir entre 1906 e 1938. O intuito era avaliar quais alunos seriam aprovados ou reprovados. A RP3 (2017) fez o exame em 1938 e afirmou que eram realizados no final e que as crianças ficavam com muito medo dos examinadores e das provas. Na Figura 13, é possível identificar o fragmento da Ata de Exame, realizado no ano de 1929 na casa-escola de Orleans. Omitiram-se os nomes dos alunos para não expor as suas identidades.

Figura 13 - Fragmento de Ata de Exames realizado no dia 4 de junho de 1929 na casa-escola da Colônia Orleans.



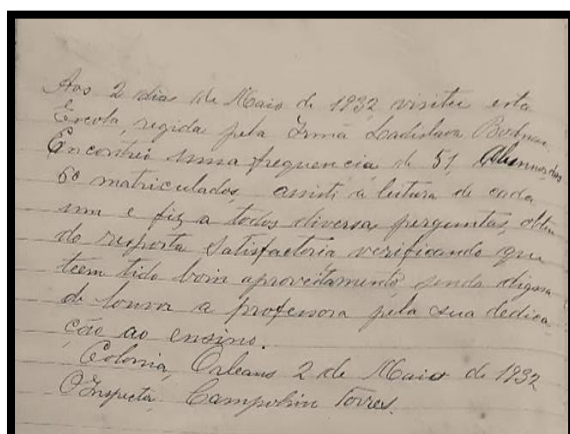
Fonte: Cópia do original tirada por Grybosi e Vieira (2017). Livro Termo Ata de Exames. p. [S.I.]. Acervo particular da Escola Estadual Santo Antônio - Colônia Orleans. 2017.

Segundo consta no documento, no exame havia conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia do Brasil e do Paraná. Segundo RP4 (2017), esse exame foi realizado, provavelmente, na língua vernácula, pois o idioma polonês não era de domínio dos examinadores.

De acordo com o relato da CO7(2017), as Irmãs pegavam na mão dos alunos para ensinar o traçado das letras ou números quando estes apresentavam dificuldades. Quanto à metodologia utilizada pelas Irmãs, a CO9 explicou: “A minha mãe gostava muito de Geografia, ela dizia que as Irmãs perguntavam e os alunos tinham que responder oralmente, não era só escrever, tinha que ter decorado” (CO9, 2017). Como a maioria dos alunos eram filhos de agricultores, havia épocas do ano em que os alunos não frequentavam as aulas, pois havia muitas tarefas em casa.

Outra fonte de informação sobre o andamento da casa-escola é o Livro Termo Ata de Visitas. Era um documento no qual os inspetores de ensino registravam as observações pertinentes quando realizavam a visita. Observavam a questão de mapa de matrícula e frequência, faziam perguntas aos alunos sobre os conteúdos ensinados, observavam a higiene do local, a ventilação e o ensino da língua vernácula. Segue na Figura 14, a cópia de uma das atas de visitas realizada na casa-escola das Irmãs em Orleans.

Figura 14 - Ata de Visita na casa-escola das Irmãs da Sagrada Família de Maria em Orleans, realizada no dia 2 de maio de 1932.



Aos 2 dias de Maio de 1932 visitei esta Escola regida pela Irmã Ladislava Bodnar. Encontrei uma frequência de 51 Alunos dos 60 matriculados, assisti á leitura de cada um e fiz a todas diversas perguntas obtendo resposta satisfatória verificando que tem tido bom aproveitamento sendo digna de louvor a professora pela sua dedicação ao ensino.

Colonia Orleans 2 de Maio de 1932

Inspector Campolin Torres.

Fonte: Cópia do original tirada por Grybosi e Vieira (2017). Livro Termo Ata de Visitas. p. [S.I.]. Acervo particular da Escola Estadual Santo Antônio - Colônia Orleans/Curitiba. 2017.

É possível perceber que as Irmãs estavam trabalhando de acordo com a normatização educacional exigida para aquele período, o que, de fato, agradou o Inspetor. Entretanto, na maioria das escolas étnicas polonesas, quando estas recebiam a visita do inspetor de Ensino, “os alunos demonstravam o conhecimento da língua vernácula, dos hinos patrióticos, fazendo-o reconhecer que a escola estava em franco processo de nacionalização dos colonos e dos seus filhos. Mas, distante dos olhos do Inspetor, permaneciam o ensino da cultura da pátria” (RENK, 2012, p. 1057). Na prática, significa que as escolas étnicas trabalhavam de acordo com as leis educacionais previstas para o período, mas mantinham seu caráter étnico.

3.3.2 O TRABALHO EDUCACIONAL DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NA COLÔNIA MURICI

Duas das três religiosas que chegaram à Colônia Murici em 1907 eram professoras. Quando chegaram na localidade, assumiram a função de professoras que antes era exercida pelo pároco Karol Dworaczek. A outra religiosa era organista, tomou conta do Coral e dos assuntos relacionados à Igreja. Além disso, as três estavam disponíveis a tudo que pudessem fazer para ajudar os moradores (OLIVEIRA, 2005).

Conforme Fudali (2009), no dia 19 de janeiro de 1907, as religiosas já começaram a trabalhar com a educação na Colônia Murici. Era o terceiro dia das religiosas na localidade. No primeiro dia de aula apareceram 125 crianças. A Madre Bernarda ensinava para a primeira e segunda classe e a Ir. Janina ensinava para a terceira e quarta classe. De acordo com a mesma autora, “todas as matérias eram ensinadas em polonês, e o português duas horas por semana” (FUDALI, 2009, p. 259). As religiosas trabalhavam com as cartilhas que haviam trazido da Polônia. O recreio dirigido ficou sob responsabilidade da Ir. Janina. Mais adiante Fudali (2009) explica que “as Irmãs começaram a dirigir um internato para crianças de colônias distantes” (FUDALI, 2009, p. 261).

A depoente RM8 (2017) não estudou entre 1906 e 1938, mas conviveu com Irmãs que trabalharam naquela época enquanto ela era noviça e as religiosas já não estavam mais trabalhando como professoras devido à idade avançada. A RM8 relatou que ouviu comentários sobre o uso da lousa de ardósia, material escolar comum no período estudado, não só na Colônia Murici, mas também nas Colônias Orleans e D. Pedro II.

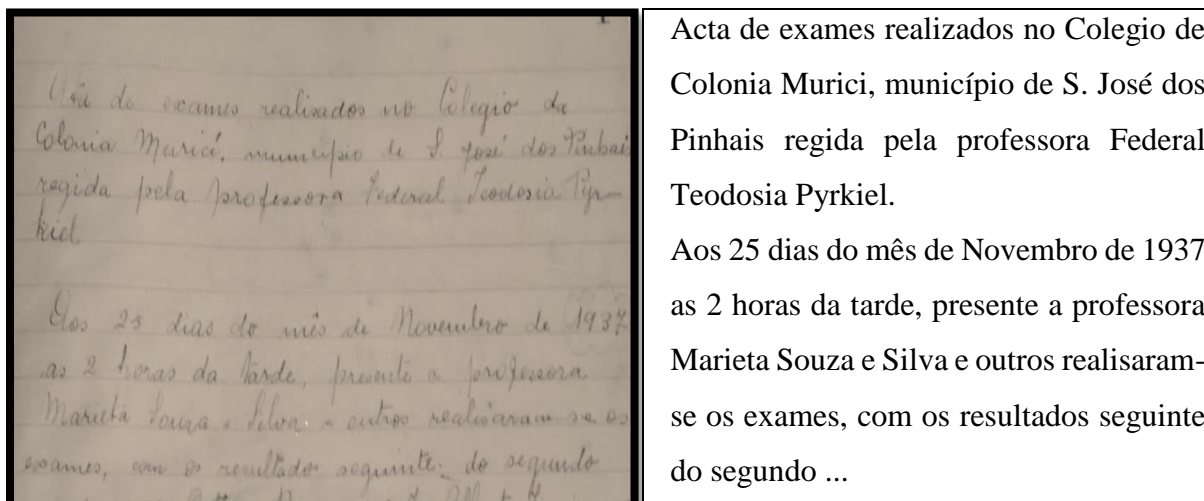
Eu lembro que as Irmãs falavam da lousa de pedra. As crianças treinavam na lousa o contorno das letras e depois iam para o caderno de caligrafia. As crianças não gostavam de carregar a lousa, era desconfortável e às vezes machucava. Para escrever na lousa tinha um lápis de pedra, o grifo, que quebrava com facilidade, tinha que

cuidar. Além de carregar a lousa, tinha que levar uma garrafinha com água e um paninho para apagar o que estava escrito para poder escrever outra vez (RM8, 2017).

A depoente CM1(2017), estudou em 1938 na casa-escola das Irmãs da Colônia Murici e afirmou que nesse ano, não havia mais o uso da lousa. Já utilizavam cadernos e tinteiro: “Eu não me lembro da lousa de pedra. Tinha lápis e tinteiro para molhar a pena e escrever no caderno. Às vezes a pena enchia de tinta e borrava tudo. Era difícil porque escrevia um pouquinho e tinha que molhar a pena, escrevia mais um pouquinho e molhava de novo e assim seguia” (CM1, 2017). A CM6 (2017), referiu-se ao mesmo assunto relatando a seguinte informação: “os meus pais contavam que quando eles estudavam, as carteiras possuíam um furinho no centro no qual ficava uma garrafinha com tinta, molhava-se a caneta no tinteiro e escrevia; não é como as canetas de agora, às vezes a garrafinha virava e sujava as carteiras e borrava os cadernos” (CM6, 2017).

Na casa-escola da Colônia Murici também aconteceram os exames escolares. A Figura 15 refere-se a um fragmento da Ata de Exames do ano de 1937. A Ir. Teodosia Pyrkiel era a diretora da escola. Omitiram-se os nomes dos alunos por questão de privacidade.

Figura 15 - Fragmento de uma Ata de Exames realizado no Colégio Colônia Murici em novembro de 1937.



Fonte: Cópia do original tirada por Grybosi e Vieira (2017). LIVRO: ATA DE EXAMES – 1937. p. 1. Acervo particular do Colégio Estadual da Colônia Murici. 2017.

A CM6 lembrou o que seus pais comentavam sobre a seriedade com a qual as Irmãs realizavam o trabalho educacional e preparavam para os alunos para o dia exame.

As Irmãs gostavam das coisas bem feitas, batiam com a régua na mesa quando os alunos não prestavam atenção. A Irmã Stanislava Szaran era mais brava, porque gostava que as crianças aprendessem bem, e era para o bem dos alunos, não gostava

que brincasse na hora da aula. Alguns meninos sofriam mais, porque não prestavam muita atenção e aprontavam (CM6, 2017).

Segundo a CM1, seus pais diziam que “a polícia veio na escola e proibiu a fala da língua polonesa e, então, falavam o polonês bem baixinho na escola e em casa” (CM1, 2017). Certamente, trata-se do processo de nacionalização das escolas étnicas do Paraná. Segundo a mesma depoente, todos os alunos falavam em polonês. Somente alguns descendentes de portugueses que moravam na Colônia sabiam falar o português

3.3.3 O TRABALHO EDUCACIONAL DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NA COLÔNIA D. PEDRO II

As duas primeiras Irmãs que foram para a Colônia D. Pedro II assumiram a escola. Segundo Oliveira (2005), “os colonos eram muito pobres, mas trabalhadores e se comprometeram a manter as Irmãs com produtos extraídos da lavoura e pequena contribuição em dinheiro. As Irmãs lecionavam durante o dia para as crianças e à noite para os adultos” (OLIVEIRA, 2005, p. 78). Além disso, preparavam as crianças para a primeira comunhão, atendiam os doentes de acordo com os conhecimentos que possuíam e ensaiavam peças de teatro. Para deslocar-se até a colônia vizinha Orleans, iam de carroça junto com os colonos (OLIVEIRA, 2005).

A mãe da CD8 (2017) estudou com as Irmãs da Sagrada Família de Maria, como se percebe em seu depoimento, a lousa de ardósia era utilizada nas atividades escolares propostas pelas Irmãs: “minha mãe escrevia tudo num quadrinho, apagava e escrevia de novo; quando chovia e tinham lição para casa nesse mesmo quadrinho, apagava tudo, era muito ruim, às vezes o quadrinho machucava as costas, não tinham lápis” (CD8, 2017). No que concerne à língua usada na escola quando a mãe da mesma depoente estudou, tudo era ensinado em polonês. Quando a própria depoente foi para a escola, já era tudo em português. Em relação aos conteúdos que as Irmãs ensinavam alguns tinham que ser decorados e outros eram para desenvolver o raciocínio de acordo com as atividades que desenvolveriam no cotidiano. A Matemática, por exemplo, era matéria importante para não se deixar enganar nas compras e vendas (CD8, 2017).

Quanto aos exames escolares realizados no final do ano, a RP4 (2017), explicou que na escola de D. Pedro II, vinha uma professora representante de Campo Largo. Os alunos que frequentavam a casa-escola eram de todas as idades.

Os pais da depoente RD10 passaram pelos exames escolares realizados na casa-escola D. Pedro II. Segundo a depoente, os pais contavam que “as provas eram elaboradas por pessoas do Município, não eram as Irmãs que as faziam. Vinha uma banca examinadora, já traziam algumas atividades prontas e faziam entrevistas orais com os alunos a respeito de nomes de ruas, cidades e outros assuntos” (RD10, 2017).

Na data de realização do exame na casa-escola da Colônia D. Pedro II, além das avaliações pertinentes, o Inspetor de Ensino também analisou os trabalhos que foram realizados durante o ano letivo, os cadernos de Português, Caligrafia, Desenho e Cartografia. A Irmã professora Margarida Janik lavrou a ata e as autoridades presentes assinaram. Esse ritual era comum no dia do exame.

A Figura 16 refere-se a uma das Atas de Exames Escolares realizada ano de 1937, na casa-escola D. Pedro II, cuja direção estava sob responsabilidade da Ir. Margarida Janik.

Figura 16 - Ata de Exames realizada na casa-escola da Colônia D. Pedro II

	<p style="text-align: center;">Ata de exames</p> <p>Aos trinta dia do mês de dezembro do ano de 1937 na escola de D. Pedro distrito de e município de Tamandaré regida pela professora Margarida Janik presente o Snr. inspetor escolar, procedeu-se ao exame do presente ano letivo. Pelo livro matricula verificou-se que a escola estava neste mês com 37 alunos matriculados, 20 meninos e 18 meninas. Dos matriculados 8 pertencem à 1ª serie, 18 à 2ª serie e 11 à 3ª serie.</p> <p>Feita a chamada verificou-se a presença de 8 alunos da 1ª serie 17 da 2ª serie e 10 da 3ª serie</p> <p>Concluido o exame a purou-se o resultado seguinte: (intervalo utilizado propositalmente para omitir os nomes dos alunos que estavam descritos no documento)</p> <p>Verificou-se mais a existência de 50 cadernos de linguagem e 60 de caligrafia, de desenho e cartografia feitos pelos alunos durante o presente ano e mais 35 trabalhos.</p> <p>Nada mais havendo a constar eu professora da escola lavrei a ata no livro competente, assinada pelo inspetor escolar (e professora da) e mais eexaminadores da qual será remetida copia à Diretoria Geral de Educação</p> <p>O Delegado O Inspetor Examinadores Miguel Valega Luiz Lalik Jacob Prychta O Professora Irmã Margarida Janik.</p>
<p>(intervalo utilizado propositalmente para omitir os nomes dos alunos que estavam descritos no documento)</p>	

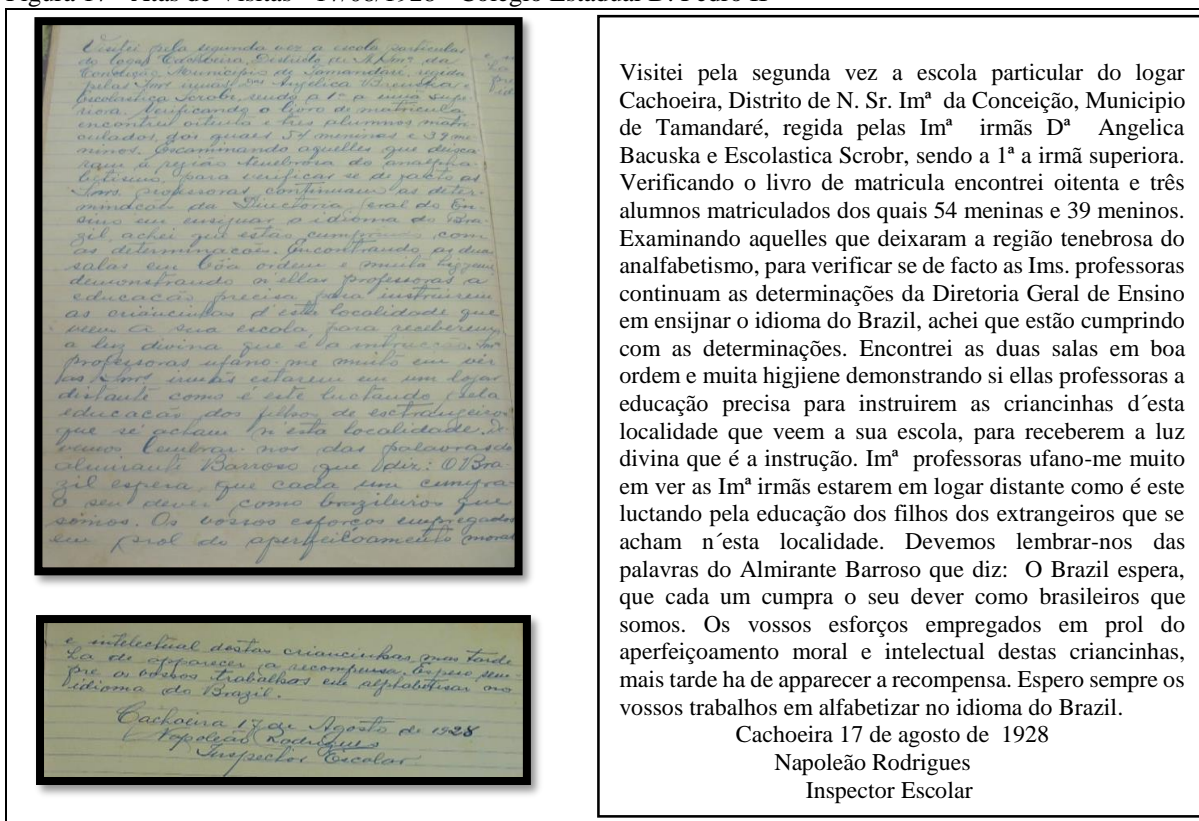
Fonte: Cópia tirada do original por Gybosi e Vieira, 2017. Acervo particular do Colégio Estadual D. Pedro II, 2017.

Entre outros documentos pesquisados no arquivo particular da Colégio D. Pedro II estão os Livros de Termo: Atas de Visitas, os quais eram documentações de exigência legal na época.

A ata do ano de 1928 apresenta características do processo de nacionalização e, na segunda, de 1935, percebe-se que o Inspetor teve a intenção de verificar se as Irmãs estavam, realmente, ensinando o idioma português. Em 1928 destaca-se a presença das Irmãs Escolástica e Angélica e, em 1935, das Irmãs Margarida e Maria.

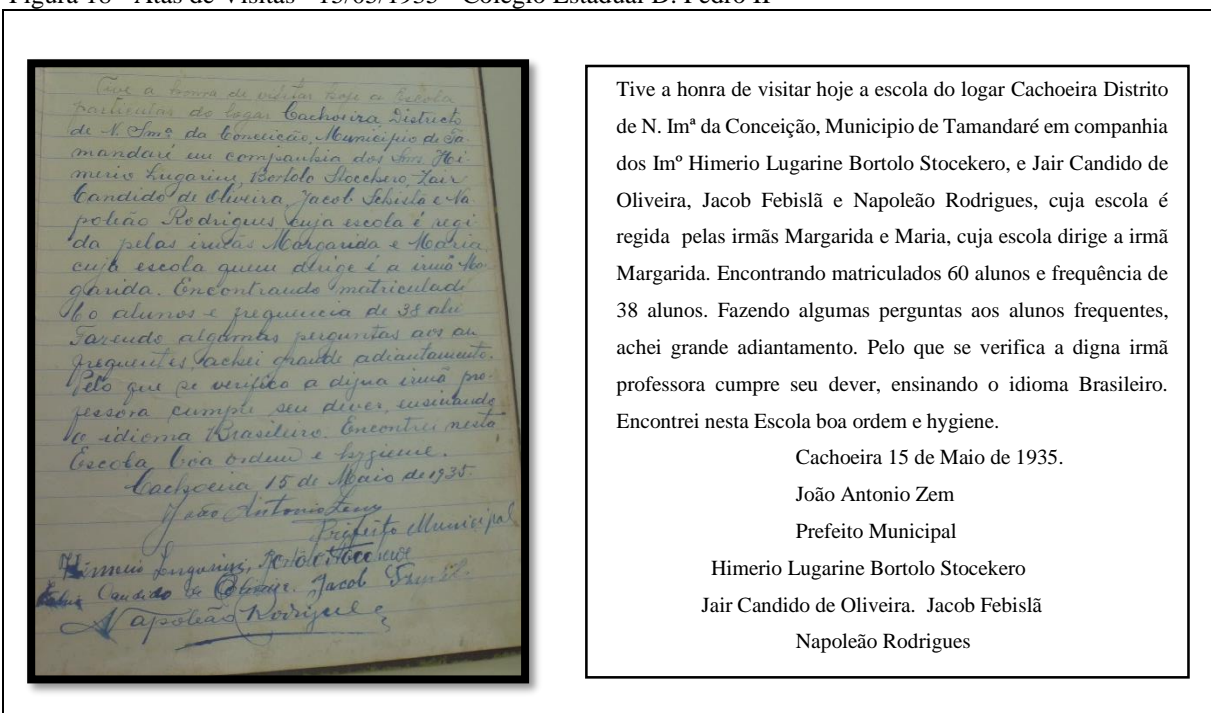
A primeira Ata de Visitas corresponde ao dia 17 de agosto de 1928 e a segunda ao dia 15 de maio de 1935. Na leitura dos documentos, constatou-se que nestas duas visitas o Inspetor verificou o livro de matrículas, o ensino do idioma de português, a ordem e a higiene das salas e o nível de alfabetização. Nas Figuras 17 e 18, segue cópias dos documentos.

Figura 17 - Atas de Visitas - 17/08/1928 - Colégio Estadual D. Pedro II



Fonte: Cópia do original tirada por Grybosi e Vieira, 2017. Acervo particular do Colégio Estadual D. Pedro II. 2017.

Figura 18 - Atas de Visitas - 15/05/1935 - Colégio Estadual D. Pedro II



Tive a honra de visitar hoje a escola do logar Cachoeira Distrito de N. Im^o da Conceição, Municipio de Tamandaré em companhia dos Im^o Himerio Lugarine Bortolo Stocckero, e Jair Candido de Oliveira, Jacob Febislã e Napoleão Rodrigues, cuja escola é regida pelas irmãs Margarida e Maria, cuja escola dirige a irmã Margarida. Encontrando matriculados 60 alunos e frequência de 38 alunos. Fazendo algumas perguntas aos alunos frequentes, achei grande adiantamento. Pelo que se verifica a digna irmã professora cumpre seu dever, ensinando o idioma Brasileiro. Encontrei nesta Escola boa ordem e hygiene.

Cachoeira 15 de Maio de 1935.

João Antonio Zem

Prefeito Municipal

Himerio Lugarine Bortolo Stocckero

Jair Candido de Oliveira. Jacob Febislã

Napoleão Rodrigues

Fonte: Cópia do original tirada por Grybosi e Vieira, 2017. Acervo particular do Colégio Estadual D. Pedro II. 2017.

No contexto pode-se perceber outros elementos como, por exemplo, que a escola era dirigida pelas Irmãs, o ensino de Língua Portuguesa estava sendo aplicado, características da construção do prédio, instrução religiosa e educacional, os alunos eram filhos de imigrantes. Outro elemento que não passou despercebido ao Inspetor foi a questão da higiene. Na época em que foram realizadas as duas visitas, havia uma preocupação quanto à higiene e saúde dos alunos e a ventilação nas salas de aulas que tivessem muitos alunos.

Na Ata de Visitas de 1928, o Inspetor Napoleão Rodrigues manifestou seu contentamento com o processo de ensino aplicado pelas Irmãs quando relatou o objetivo da visita que foi de verificar se o idioma português estava sendo ensinado, e sua satisfação ao perceber que as religiosas estavam cumprindo com as leis educacionais. Mais adiante, na mesma Ata, afirma que esta orgulhoso em comprovar que as Irmãs estavam alfabetizando os alunos no idioma brasileiro e manifesta a importância desse ato para o progresso do Brasil. Na segunda Ata de Visitas, de 1935, o Inspetor manifesta novamente a importância de se alfabetizar as crianças no idioma brasileiro, além de observar a ordem e a higiene.

O Código de Ensino de 1917/PR, Decreto n. 17 de 9 de janeiro de 1917, estabeleceu no Art. 20 que “para cada Distrito Judiciário será nomeado por portaria do secretário do Interior e da Justiça e Instrução Pública um Inspetor Escolar” (PARANÁ, 1917, p. 10). No Art. 24 estavam descritos quais elementos o Inspetor deveria observar. Entre eles estavam o mapa escolar, higiene, o conteúdo ensinado, as salas de aula, o mobiliário escolar, o material dos

alunos, atos cívicos entre outros (PARANÁ, 1917). Percebe-se que o Inspetor Escolar Napoleão Rodrigues seguiu as determinações do Código de 1917 para escrever os relatos das duas atas de visitas que realizou no Colégio D. Pedro II.

Como se pode perceber há uma maneira de ser da escola que se expressa diante das práticas cotidianas. Segundo Boto (2014): “Há um script, uma coreografia, que a escola estrutura em seu dia a dia e com a qual apenas os que passam por ela se familiarizam. Nenhuma outra instituição no cenário social é capaz de ocupar esse papel” (BOTO, 2014, p. 102). Somente quem estudou ou teve familiares que estudaram com as Irmãs entre 1906 e 1938 é que sabe explicar o cotidiano da escola.

3.4 AS IRMÃS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA EDUCANDO PARA A VIDA NAS COLÔNIAS ORLEANS, MURICI E D. PEDRO II

De acordo com Geertz (2008) “o mundo cotidiano, [...] é habitado não por homens quaisquer, sem rosto, sem qualidades, mas por homens personalizados, classes concretas de pessoas determinadas, positivamente caracterizadas e adequadamente rotuladas” (GEERTZ, 2008, p. 151). O cotidiano dos imigrantes e seus filhos foi construído não por acaso, mas a partir de uma história vivida em grupo, cujos reflexos repercutem no individual. Todos faziam parte de um grande grupo, mas, ao mesmo tempo, cada um possuía uma vida particular, na qual era preciso estar preparado para enfrentar as adversidades que se apresentavam no dia a dia. Esse era o trabalho das Irmãs, ajudar as pessoas nos contratempos da vida dentro do que era possível para a época. O trabalho das Irmãs da Sagrada Família de Maria não se resumiu apenas à parte acadêmica, mas também orientou-se de modo a atender os chamados das pessoas que viviam nas Colônias Orleans, Murici e D. Pedro II, os quais poderiam ser espirituais, físicos, sociais, religiosos, enfim, tudo o que ameaçasse a vida na sua integridade e que as Irmãs pudessem ajudar de alguma forma.

A vinda das Irmãs ao Brasil está diretamente relacionada com a educação para a vida dos colonos. É o que confirma o depoimento da RO7 (2017):

O objetivo da Madre Geral Sofia Koncza, quando mandou as Irmãs para o Brasil, terra além-mar como ela dizia, era atender a parte de educação dos filhos dos imigrantes poloneses. [...] As Irmãs quando chegaram aqui, ensinavam higiene, culinária, bordado, costura, era uma educação em todos os sentidos. Os imigrantes tinham uma confiança muito grande nas Irmãs (RO7, 2017).

Zygmunt Szczesny Felinski, segundo a depoente RD10 (2017), “era uma pessoa preocupada com a sociedade, com a juventude, foi professor, foi educador, pai para os pobres da Polônia. Ele deixou um legado muito grande para as Irmãs da Congregação, no sentido de realizar tudo o que ele pediu” (RD10, 2017). A mesma depoente explicou que estava subjacente a educação para a vida no pensamento do Fundador, o qual passou essa missão para as religiosas de todos os tempos: “Para ele, em primeiro lugar estava a educação, a formação do ser humano que pudesse exercer suas funções na sociedade: com equilíbrio, justiça, solidariedade e paz” (RD10, 2017).

A RM8 não estudou com as Irmãs entre 1906 e 1938, mas ouviu relatos de atividades que as religiosas professoras faziam para os alunos nesse período, enquanto era noviça. Explicou que: “Aquele tempo não era o tempo nem do mimeógrafo, só quem tinha eram as escolas particulares e no centro da cidade” (RM8, 2017). Assim relatou uma das atividades:

As Irmãs que tinham habilidade para fazer desenhos, faziam o contorno de patinhos, coelhos e outras coisas que as crianças gostavam numa espécie de papelão e depois faziam furinhos no contorno do desenho, as crianças pegavam uma folha de papel em branco, colocavam o papel com os furinhos em cima e pegavam um paninho, passavam na graxa de sapato e depois no querosene e passavam no contorno do desenho, nos buraquinhos, para sair o contorno e depois podiam pintar. Era a alegria o dia em que podiam fazer essa atividade. As Irmãs tinham poucos lápis de cor, as crianças quase não tinham (RM8, 2017).

De acordo com a depoente, essa atividade era realizada por Irmãs que trabalharam no Rio Grande do Sul. Percebe-se pelo relato que o material de trabalho utilizado pelas Irmãs era precário em outras colônias também, porém criativo.

O trabalho de pesquisa por meio de entrevistas possibilita flagrar o quanto a memória das pessoas é algo surpreendente. Quando a RO5 (2017) viu a imagem da primeira casa-escola de Orleans das Irmãs da Sagrada Família de Maria, onde estudara no ano de 1938, lembrou-se de algo vivenciado na infância que se, nos dias de hoje, alguma outra pessoa observasse a mesma imagem, dificilmente consideraria revelar: “Eu me lembro que aqui (apontou para a entrada da casa-escola) ficava uma bacia grande cheia de água para que os alunos pudessem lavar os pés antes de entrar para a sala de aula. A maioria vinha descalço, de longe e sujava os pés ou quando chovia tinha muito barro na estrada” (RO5, 2017). Esse relato representa o que Thompson explicou referente à memória das pessoas: “Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta” (THOMPSON, 1998, p. 197).

Como se tem observado, o trabalho das Irmãs tinha como finalidade educar para a vida, sendo uma ajuda para os colonos e seus filhos. As Irmãs compartilhavam tudo o que sabiam com os colonos e ajudavam no que lhes era possível. Dois depoentes da Colônia Orleans fizeram relatos semelhantes sobre esse assunto. O depoente CO9 expôs sua visão do trabalho das religiosas com estas palavras: “Não existia horário para as Irmãs atenderem os doentes. Precisasse de ajuda, elas estavam disponíveis, inclusive o meu pai aprendeu a aplicar injeção com uma das Irmãs. O que mais marcou na presença das Irmãs em Orleans é a dedicação com tudo e com todos” (CO9, 2017). A RO7 informou que educar para a vida era uma educação geral: “Pensavam na culinária e em trabalhos manuais como tricô e crochê. Todas as meninas aprenderam corte e costura. [...] Pensavam nas coisas domésticas, não só na parte acadêmica. Zygmunt Szczesny Felinski era de uma família que primava pela educação e pelo estudo” (RO7, 2017).

O RO5 escutou seus pais comentarem que as Irmãs professoras “nunca deixaram os alunos ficarem para trás nas matérias, se debruçavam na carteira de quem menos sabia e ensinavam até que atingissem o nível dos mais adiantados” (CO5, 2017). Julia (2011) explica que o papel do professor primário era este.

Fazer as crianças trabalharem, circular entre as carteiras para verificar como se desenvolvem as atividades de cada grupo (quando deve, por exemplo, dar aula em uma classe multisseriada), mandar um aluno para a lousa para a correção, constantemente dar conselhos ou ordens a fim de melhor administrar a sucessão dos exercícios que cada aluno não chega a realizar necessariamente no mesmo ritmo (JULIA, 2001, p. 32).

Além do trabalho educacional, as religiosas davam assistência médica aos colonos de acordo com o conhecimento que possuíam: mordidas de cobras, casos de raiva que eram passados aos colonos pelos gatos e cachorros, atendimento aos leprosos que ficavam no caminho de Murici para Curitiba (FUDALI, 2009).

As Irmãs que vieram trabalhar em terras brasileiras entre 1906 e 1938, marcaram a vida dos colonos de Orleans, Murici e D. Pedro II. Cada uma delas desenvolvia uma forma de trabalho diferenciado que marcou a identidade pública e particular ao mesmo tempo. Geertz (2014) discursou sobre essa questão: “Uma concepção do eu que marca a identidade pública contextualmente e relativisticamente, mas o faz em condições [...] que se envolvem nas esferas privadas e estabelecidas da vida, onde têm uma ressonância profunda e permanente, parece ser particularmente apropriada” (GEERTZ, 2014, p. 72).

Consta no Livro *Kronika Zgromadzenia Siostry Franciszkanek Rodziny Maryi - Prowincji dzieciatka Jezus W Brazylji* que as Irmãs que foram para a Colônia D. Pedro II davam aula à noite para os adultos que tinham interesse em aprender a ler e escrever. Ensinavam teatro para crianças, jovens e adultos para que o povo tivesse distração sadia e, ao mesmo tempo, aqueles que participavam das apresentações desenvolviam a expressão oral, exercitavam a memória e a criatividade. Em 1908, o cônsul austríaco visitou as escolas brasileiras nas quais as Irmãs trabalhavam. Os alunos declamaram poesias e cantaram hinos patrióticos para agradar o visitante. Quando voltou à pátria, relatou o excelente trabalho que as Irmãs estavam realizando no Brasil no tocante à preservação do sentimento patriótico. Foi publicada nos jornais austríacos da época uma reportagem sobre esse assunto (RP4, 2017).

Educar para a vida está presente no ensinar o que se sabe para o outro: “A minha mãe contava que as Irmãs ajudavam no caso de doenças que sabiam como tratar. Ensinavam a fazer remédios caseiros” (CD4, 2017). A RD10 conviveu com algumas das Irmãs que trabalharam na Colônia D. Pedro II enquanto foi noviça e as religiosas já eram pessoas de idade. Expôs as suas observações: “As Irmãs educavam os alunos para a vida, para muito além do estudo acadêmico. Ensinavam as crianças a organizar o material, fazer tarefas escolares, arrumar o quarto, cuidar de seus pertences, dizer obrigado. Atividades que podiam fazer e que serviria para sua vida toda” (RD10, 2017). A mesma depoente lembrou dos comentários da mãe que estudou com as Irmãs:

As Irmãs explicavam a importância de ser justo, de respeitar, de sempre fazer o melhor, tanto que minha mãe passou esses valores para nós. A Matemática era ensinada de acordo com as necessidades do cotidiano. Ensinava-se o que seria utilizado no dia a dia, eram os problemas que eles vivenciavam. As Irmãs viam as necessidades da comunidade. Estudavam das 8h da manhã até as 16h, paravam na hora do almoço para comer e brincar um pouco no riozinho, de segunda a sexta (CD10, 2017).

Verifica-se que o trabalho das Irmãs exigia múltiplas tarefas. Assumindo atividades como de enfermeiras, professoras, bordadeiras, mediadoras de conflitos, entre outros. Eram detentoras de vários saberes, tanto acadêmicos quanto cotidianos.

3.5 AS IRMÃS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA E ACONTECIMENTOS DO COTIDIANO ENVOLVENDO AS RELIGIOSAS FRANCISCANAS E OS MORADORES DAS COLÔNIAS ORLEANS, MURICI E D. PEDRO II

As Irmãs da Sagrada Família de Maria e os colonos de Orleans, Murici e D. Pedro II possuíam maneira singular de expressar seus sentimentos na vida cotidiana, formando uma cultura própria. Geertz (2014) explicou que existem diversas formas nas quais o povo expressa seus sentimentos, “já que nenhum homem é uma ilha e sim parte de um todo. Ele surge em vários segmentos da cultura deste povo: na religião, na moralidade, na ciência, no comércio, na tecnologia, na política, nas formas de lazer, no direito e até na forma em que organizavam sua vida prática e cotidiana” (GEERTZ, 2014, p. 100). Logo que as Irmãs chegaram nas colônias, conquistaram o povo e desde então, formou-se uma condição de reciprocidade: as Irmãs cuidavam dos colonos e os colonos cuidavam das Irmãs, cada um da forma que podia e conhecia.

Sobre essa relação, os depoentes relataram acontecimentos da vida cotidiana vividos por eles, por seus pais ou por pessoas conhecidas. Halbwachs (1990) explica que esses acontecimentos são uma série de fatos históricos que tomam lugar algum tempo depois que se produziram e, assim, podem ser relacionados às diversas fases da vida.

Em conformidade com o livro *Kronika Zgromadzenia Siostry Franciszkanek Rodziny Maryi - Prowincji dzieciatka Jezus W Brazylji*, as Irmãs que foram para Orleans em pouco tempo conquistaram a confiança do povo, estendendo suas atividades no atendimento aos doentes para os quais levavam os primeiros socorros sem olhar o tempo, horário, local, distância e condições de transporte. Muitas vezes enfrentaram o medo quando tinham que caminhar à noite pela mata para atender quem estava precisando (SCHUMILO, 2017). Muitos acontecimentos nos quais houve o envolvimento dos colonos e das Irmãs foram relatados pelos entrevistados.

O relato da RP4 (2017) ajuda a compreender os esforços das primeiras Irmãs para sobreviverem. Segundo a depoente “A Ir. Aloiza Broda tinha mãos de fada: no início, uma das fontes de renda para as Irmãs era o bordado, bordavam para as Igrejas, assim, entrava um pouco de dinheiro para se sustentar” (RP4, 2017). Essa religiosa trabalhou na Colônia Murici em 1912, na Colônia Orleans em 1920 e na Casa Provincial Menino Jesus/Curitiba depois.

As Irmãs trabalhavam em outras atividades além da escola e da igreja. Como não possuíam nenhum vínculo financeiro com o Estado, não recebiam salários, somente o que os colonos conseguiam pagar - o que nem sempre era possível -, cuidavam da horta e de alguns

animais a fim de obter gêneros alimentícios. A depoente CD8 (22017) referiu-se a esse assunto: “As Irmãs tinham galinheiro, chiqueiro. As pessoas da comunidade ajudavam as Irmãs a matar as galinhas e os porcos. Tinham uma horta na qual plantavam repolho, alface, plantas para fazerem remédios caseiros” (CD8, 2017). A Figura 19 corrobora o depoimento.

Figura 19 - Irmãs da Sagrada Família de Maria na Colônia D. Pedro II trabalhando com a criação de aves e animais na primeira casa-escola das religiosas.



Fonte: Sikora, 2008, p. 6.

As primeiras Irmãs que chegaram ao Brasil já faziam o papel de mediadoras de conflitos entre familiares ou vizinhos. Esse papel continua até os dias atuais, 2017. A RP1 (2017), explicou que o trabalho que faz atualmente é atender pessoas que precisam de orientação e expressou-se da seguinte forma em seu depoimento:

As pessoas me procuram para conversar e desabafar tem problemas e não sabem para onde caminhar, casais que não se enquadram, filhos que não aceitam os pais, pais que não querem saber dos filhos; eu escuto, oriento e rezo por eles. As pessoas procuram socorro, como faziam no tempo das primeiras Irmãs que vieram para o Brasil” (RP1, 2017).

O relato de CO7, por sua vez, demonstra que a vida de criança é como um quadro dentro do qual são guardadas as lembranças mais pessoais. Segundo Halbwachs (1990), “é no passado vivido, bem mais do que no passado aprendido pela história escrita, sobre o qual poderá mais tarde apoiar-se sua memória [...] aparecem como fazendo parte do seu eu de criança” (HALBWACHS, 1990, p. 71). A CO7 estudou com as Irmãs em 1938 e relatou como em um reencontro com o passado de criança:

Houve uma ocasião em que os alunos quiseram fazer uma brincadeira com a Ir. Iolanda, era 1º de abril. Estávamos todos quietinhos na sala de aula estudando, de repente um aluno levantou, olhou pela janela e disse: – Ir. Iolanda, a vaca está no jardim! A Irmã Iolanda levou um susto. Deixou tudo o que estava fazendo e rapidamente correu para a janela para olhar. Quando ela virou para nós sem entender, dissemos: – É primeiro de abril! Achamos que ela iria ficar brava, mas não ficou, entrou na brincadeira (CO7, 2017).

O CO5 estudou com as Irmãs na casa-escola da Colônia Orleans em 1941. Três das Irmãs que trabalharam na referida colônia entre 1906 e 1938 foram suas professoras. Lembrou de momentos de lazer: “Durante a semana, o campo na frente da escola ficava vago, então a Ir. Iolanda Zaklikiewcz, a Ir. Edvigés e a Ir. Stefania Zielinski, que foram as minhas professoras, almoçavam rápido e vinham brincar com as crianças” (CO5, 2017). Continuou o depoente: “A Ir. Iolanda brincava de lenço-atrás com as meninas e de esconder o anel, e com os meninos ela vinha disputar figurinhas das balas Zequinha” (CO5, 2017). O momento em que a Ir. Iolanda Zaklikiewcz vinha brincar com os meninos de disputar essas figurinhas fazia com que os alunos adentrassem em um mundo diferente do familiar. Para Julia (2001), essa atitude faz parte da cultura escolar. Segundo o autor, “Por cultura escolar é conveniente compreender também, quando isso é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares” (JULIA, 2001, p. 11). Nesse sentido, Certeau (2013) explica que “Nossos habitats sucessivos jamais desaparecem totalmente, nós os deixamos sem os deixá-los, pois eles habitam, por vez, invisíveis e presentes, nas nossas memórias e nos nossos sonhos. Eles viajam conosco” (CERTEAU, 2013, p. 207). O CO5 (2017) mora, atualmente, em outro bairro de Curitiba, no entanto, o tempo que viveu e o que conviveu com as Irmãs enquanto estudava na Colônia Orleans não foram esquecidos, permanecem guardados em sua memória.

A CO7 (2017) teve contato mais íntimo com Irmãs que moravam na Colônia Orleans porque morava do outro lado da rua, praticamente em frente à casa-escola das religiosas. Estudou com as Irmãs em 1938, mas antes disso já as conhecia, pois as religiosas visitavam muito seus pais e irmãos, era só atravessar a rua. Lembrou da Ir. Irene: “natural da Polônia, já era uma pessoa de idade, não dava mais aulas, mas cuidava muito das crianças. Fazia curativos e ajudava as pessoas doentes. Contava como eram as coisas na Polônia e no hospital polonês em que trabalhou” (CO7, 2017). A mesma depoente fez dois relatos nos quais foi possível perceber uma relação de confiança entre colonos e Irmãs. O primeiro envolve um menino e o segundo um agricultor.

Havia um menino que morava na Colônia Orleans e não se desenvolvia, era fraquinho. A mãe já havia feito de tudo, levou em vários médicos e não melhorava, então a mãe veio conversar com a Ir. Irene e ela aconselhou-a a mandar o menino para a escola. Todos os dias a Ir. Irene levava-o na capela e rezava com ele e passava alguma coisa nele, acho que era água benta. Depois de algum tempo o menino foi para casa e começou a vomitar e de repente saiu uma bexiga de borracha do nariz. Acho que ele tinha colocado quando era menor. Foi a oração que ajudou o menino. Desse momento em diante o menino melhorou e a família ficou muito agradecida à Ir. Irene (CO7, 2017).

Um colono foi ceifar o trigo e entrou um fiapo de trigo no olho. Foi no oculista e ele receitou um medicamento, mas não melhorou. Procurou a Ir. Irene e ela lavou o olho dele com a água dela e pediu para que quando chegasse a noite ele quebrasse um ovo e colocasse num paninho e fizesse uma compressa durante toda a noite. Quando acordou pela manhã, tirou o pano e lá estava o fiapo de trigo no ovo. Por isso que eu digo que o povo tinha tanta confiança nelas (CO7, 2017).

A CO7 (2017) fez um comentário ao qual se referiu como uma recordação agradável: “A Irmã Iolanda vivia na minha casa. Ajudava a minha mãe a cozinhar feijão e depois colocava um pouco numa tigelinha e levava para as outras religiosas. Era uma pessoa de casa” (CO7, 2017). O território no qual se repetem os gestos elementares das artes de fazer é, para Certeau (2013) o “espaço doméstico, a casa da gente. De tudo o que se faz para não ‘retirar-se’ dela, porque o lugar ‘em que a gente se sente em paz. Entra-se em casa, no lugar próprio que, por definição, não poderia ser o lugar de outrem” (CERTEAU, 2013, p. 203). Sem dúvida, as famílias acolhiam as Irmãs e eram acolhidas por elas, o que fazia com que todos se sentissem em casa.

A RO5 (2017) relatou uma lembrança da infância que não a deixou sair do círculo da família. No primeiro momento referiu-se ao seu pai: “O meu pai era muito agradecido à Irmã Ladislava Bodnar. Houve uma ocasião em que ele estava com uma dor na cabeça insuportável e a Irmã colocou a ventosa na cabeça dele e ele melhorou” (RO7, 2017). No segundo momento referiu-se a sua relação com as religiosas: “Eu também devo a minha vida a ela. Tive problemas de saúde e a minha mãe achou que eu ia morrer e a Irmã (não lembro o nome dela) disse: “Não vai morrer não, ainda vai dar uma boa Irmã. E foi isso que aconteceu” (RO5, 2017).

Infelizmente, nem tudo era alegria no cotidiano das Irmãs e dos colonos de Orleans. A RO5 (2017) lembrou de um acontecimento triste, mas que demonstra como os colonos tinham confiança nas religiosas: “A filha do meu tio que morava na Colônia Riviere acendeu fogo e ao alcançar a chaleira, o fogo a atingiu. O tio ouviu os gritos da roça e veio correndo ver o que estava acontecendo. Vendo a gravidade do caso, alguém correu chamar as Irmãs” (RO5, 2017). Prosseguiu explicando a fatalidade: “Elas logo perceberam que não tinha o que fazer, pois o caso era muito grave. Infelizmente a menina veio a óbito. O povo confiava muito nas Irmãs. Elas faziam o papel de médicos quando não havia outro recurso” (RO5, 2017).

A RP4 (2017) relatou a responsabilidade da mulher para com seus filhos e das Irmãs em preparar as meninas para a vida doméstica:

As Irmãs ensinavam para as meninas o bordado e pintura em vidro com esmalte; era muito primária, mas era o que tinha, o bordado era muito praticado. Crochê era muito pouco. [...] Está escrito no livro *Kronika Zgromadzenia Siostry Franciszkanek Rodziny Maryi - Prowincji dzieciatka Jezus W Brazylji* que ‘a mãe ensinava a ler no livro de oração’ (RP4, 2017).

O CO9 (2017) abordou em seu depoimento a questão da severidade e da educação para a vida: “As Irmãs eram severas, mas bastante humanas. Ensinavam desde a limpeza, da faxina, até a educação acadêmica. Faziam uma varredura na vida do colono” (CO9, 2017). Continuou: “A minha mãe comentava que sempre existia uma religiosa que era mais rigorosa e outra que era mais amorosa, não sei se era um combinado. A mãe dizia que a Ir. Stefania Zielinski era rigorosa, até demais, talvez até pela responsabilidade que lhe cabia” (CO9, 2017). O mesmo depoente continuou explicando a importância do trabalho das Irmãs para o cotidiano dos colonos.

As Irmãs que vieram primeiramente para o Brasil eram pessoas iluminadas e muito bem preparadas, porque a carga de responsabilidade era muito grande. Tinham que saber fazer de tudo, trabalhar na agricultura, fazer curativos, aplicar injeções, ser enfermeiras, professoras, cozinheiras. Eram trabalhadoras, enfrentavam qualquer coisa. Isso que elas trouxeram ainda vale para os dias de hoje. Uma escola que tem freira na direção é muito requisitada, não só por católicos. O começo de tudo está na forma como elas trabalharam com a educação desde a chegada nas colônias. Vieram para um país que não conheciam as formas de alimentação, aprenderam e ainda ensinavam os outros. Faziam conservas, compotas, doces. Na época, as pereiras e os marmeleiros eram em grande quantidade. Elas faziam muito doce de peras, de marmelo, compota de pêssego. Sabiam fazer de tudo, bolachas, doces, pães, sabão. Não se comprava nada porque não tinha onde comprar (CO9, 2017).

Muitos acontecimentos vivenciados no passado acompanham as pessoas durante toda a sua vida. Para Thompson (1998), “toda história depende, basicamente, de sua finalidade social. Por isso é que, no passado, ela se transmitia de uma geração a outra pela tradição oral e pela crônica escrita” (THOMPSON, 1998, p. 20). Os depoentes da Colônia Murici relataram acontecimentos do passado que pareciam estar acontecendo naquele instante em que o entrevistado estava depondo. A depoente CM6 (2017) pareceu estar sentindo-se assim quando fez seu relato: “Uma vez, a minha mãe estava com muita dor nas costas e meu pai foi buscar a Ir. Anastácia na casa dela. Quando ela chegou, mandou fechar toda a casa para não entrar correntes de ar e colocou uns copos com alguma coisa quente nas costas da minha mãe, fez isso muitas vezes” (CM6, 2017). Relatou que logo a mãe sentiu alívio das dores. E ainda:

A Irmã Anastácia trabalhava na farmácia, aplicava injeções, tratava das pessoas, fazia remédios quentes e com ervas medicinais. Era muito importante o trabalho dela naquele tempo, porque tudo era muito longe; então, levavam as pessoas para ela ver e ajudar de acordo com o que ela sabia. Ela não dava aula, cuidava da farmácia e tocava órgão (CM6, 2017).

As pessoas tinham confiança nas Irmãs da Colônia Murici. O trabalho das três primeiras religiosas que chegaram à localidade estava caminhando bem até que uma notícia entristeceu toda a Colônia. A Ir. Janina ficou doente por conta de uma tuberculose galopante e no dia 26 de outubro de 1907 veio a falecer. Foi uma grande perda, pois esta religiosa era muito querida por todos, tinha uma alegria de viver que contagiava as pessoas (FUDALI, 2009).

A CM6 lembrou da construção do muro em frente à casa-escola da Colônia Murici: “No tempo do meu pai e da minha sogra, tinha uma olaria aqui perto de casa, faziam tijolos e vendiam; foram eles que doaram os tijolos para fazer os muros da casa-escola e da Igreja. O nome deles eu não lembro, só lembro do sobrenome: Ivanowski” (CM6, 2017).

A mesma depoente, CM6 (2017), lembrou de um caso que aconteceu envolvendo as Irmãs e a sua família: “as Irmãs cuidaram da minha prima e do meu primo, porque a mãe faleceu e o pai bebia muito; elas iam educando-os, o filho cresceu, casou e levou o pai para morar junto e a moça entrou para o convento, mas não continuou” (CM6, 2017).

A família da CM1 (2017) precisou da ajuda de uma das Irmãs da Colônia Murici quando aconteceu um acidente doméstico:

A Irmã Ludvina foi importante para os colonos, ela tinha uma farmácia e ajudava as pessoas. Eu me lembro que pegou fogo na roupa da minha irmãzinha que estava sentada perto do fogão a lenha, ela correu para fora de casa e com o vento queimou mais ainda. O meu pai ia buscar a Ir. Ludvina para fazer curativos nela. Tinha médico naquele tempo, mas era muito longe, hospital não tinha. Ela vendia remédios e ensinava a fazer remédios caseiros (CM1, 2017).

As Irmãs ensinavam para as meninas o que era necessário para elas naquela época. Segundo Sikora (2013) “Às meninas, eram ensinados os princípios e valores necessários para elas fossem boas mães e esposas. No seu processo de ensino-aprendizagem, além das primeiras letras, elas desenvolviam habilidades e competências relacionadas às prendas domésticas e tarefas da lavoura” (SIKORA, 2013, p. 22). E ainda, “no que dizia respeito à maternidade, ela era orientada para acreditar que ficar grávida e dar a luz a uma criança era natural da constituição familiar e era um desígnio de Deus. Os filhos eram dádivas divinas que deveriam ser aceitas e mereciam agradecimento” (SIKORA, 2013, p. 23). Essas tarefas femininas dependem da ordem cultural da qual a pessoa faz parte. Para Certeau (2013), essas tarefas

diferem de uma sociedade a outra, sua hierarquia interna e seus modos de proceder; de uma geração a outra, numa mesma sociedade e de uma classe social a outra, transformam-se as técnicas que presidem essas tarefas, como também as regras de ação e os modelos de comportamento que dizem respeito a elas (CERTEAU, 2013. p. 218).

A RP4 (2017) relatou que as Irmãs que estiveram na Colônia D. Pedro II socorriam os doentes, “iam nas casas das pessoas de carroça ou a pé, longe ou perto, de dia ou à noite. Muitas vezes precisavam fazer ordem na casa, preparar o doente, arrumar a cama e até emprestar roupa de cama quando precisava chamar o médico ou o sacerdote para administrar os sacramentos” (RP4, 2017).

Os pais da RD10 (2017) comentavam com ela que, quando estudaram, primeiro usaram a lousa de ardósia e depois o caderno. Eram as Irmãs que faziam a tinta para usar no tinteiro e poder escrever no caderno: “Havia na Colônia umas plantas que davam frutinhas azuis que elas derretiam, ferviam e faziam a tinta para escrever no caderno. Tinha que molhar essa peninha no tinteiro depois que a tinta estava fria e escrever. Às vezes borrava, manchava e vinha o castigo” (RD10, 2017). Essa prática manchava a roupa, o caderno e o chão, mas era o que se tinha de melhor na época para escrever.

Os alunos ajudavam as Irmãs na horta e na limpeza da escola, “elas contavam com eles porque não havia funcionários para fazer esse trabalho. Os pais também ajudavam, um trazia lenha, outro trazia mantimentos, ajudavam na horta, era uma forma de pagamento, uma ajuda. Toda família que tinha filhos na escola ajudava as Irmãs” (CD10, 2017). A Figura 20 refere-se ao trabalho das Irmãs na parte agrícola. Não foi possível identificar o ano específico da foto, mas de acordo com a depoente CD10 (2017), sabe-se que diz respeito ao trabalho inicial das Irmãs na Colônia D. Pedro II.

Figura 20 - Irmãs da Colônia D. Pedro II trabalhando na horta.



Fonte: Sikora, 2008, p. 6.

Os pais da CD2 estudavam na casa/escola da Colônia D. Pedro II. Segundo a depoente, os alunos ficavam o dia todo quando podiam e havia atividades diferenciadas para meninos e meninas: “os meus pais estudavam o dia todo. Na parte da manhã estudavam na sala de aula e à tarde iam para a parte da lavoura e outras atividades necessárias naquele período. O meu pai plantava feijão e milho para as Irmãs quando ficava à tarde. Faziam trabalhos manuais (CD2, 2017). A CD2 explicou também: “A minha mãe aprendeu a bordar aqueles panos que estendiam na parede. [...] O meu pai aprendeu a fazer capelinhas que colocavam os santos dentro. Ainda tem alguns Cruzeiros que são do tempo do meu pai. Não são aqueles que estão na rua principal” (CD2, 2017).

3.6 IRMÃS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA: A RELIGIÃO E O DESPERTAR PARA NOVAS VOCAÇÕES

Tanto colonos quanto Irmãs enfrentaram desafios para praticar a religião. Segundo a RP3 (2017), “os poloneses que vieram para cá tinham uma religiosidade muito forte, eram católicos fervorosos” (RP3, 2017). RP4 (2017) ouviu as Irmãs contarem que “quando as crianças iam para a Igreja, caminhavam descalços até as proximidades, lavavam os pés no riacho e depois colocavam o sapatinho; tinham um único sapatinho” (RP4, 2017). O CO9 (2017) também comentou sobre a questão da religião: “Mamãe dizia que para ir à escola ou à Igreja era longe, as pessoas que moravam distante vinham descalços para não sujar os calçados e, quando já estavam próximos, lavavam os pés e colocavam os calçados, pois os carreiros e as estradinhas eram muito precários (CO9, 2017).

Está escrito no livro *Kronika Zgromadzenia Siostry Franciszkanek Rodziny Maryi - Prowincji dzieciatka Jezus W Brazylji* que, além das aulas, as Irmãs que foram para Orleans tomavam conta da Igreja. Aos domingos e dias santos, todas as famílias da localidade e do entorno se reuniam para participar da missa e outras devoções (SCHUMILO, 2017).

Para Halbwach (1990), “fora das gravuras e dos livros, na sociedade de hoje, o passado deixou muitos traços, [...] basta que a atenção se volte para esse lado para que nos apercebamos que os costumes modernos repousam sobre antigas camadas que afloram em mais de um lugar” (HALBWACHS, 1990, p. 68). Às vezes as pessoas sentem-se de tal modo como se fossem transportadas para muitos anos atrás como o depoente CO9 (2017) quando lembrou de algumas coisas que a sua mãe comentava: “A mãe falava que rezavam antes das aulas, no recreio, na hora de ir para casa. Para o início de cada atividade, tinha que fazer uma oração, mesmo que breve. Havia um respeito muito grande com as coisas sacras” (CO9, 2017). E ainda: “Todos os

dias as Irmãs batiam o sino desde que chegaram aqui. Às seis horas da manhã, ao meio dia e às dezoito horas. No meio dia tinham ajuda de alunos. Quando falecia alguém da comunidade também batiam um dos sinos avisando o acontecido” (CO9, 2017).

A CO7 (2017) lembrou da Ir. Iolanda: “No dia da minha Primeira Comunhão, fizemos fila na escola e vínhamos para a Igreja. Eu e a minha amiga estávamos na frente e andando muito rápido, então a Ir. Iolanda chamou nossa atenção” (CO7, 2017). Mais adiante falou sobre as orações na escola: “Rezávamos na entrada, para ir ao recreio e para ir embora” (CO7, 2017). Quanto aos rituais católicos na Colônia, afirmou ter participado de alguns: “Quando criança gostava da procissão, colocava um vestido branco e com uma cestinha ia espalhar flores. Na Páscoa, às 18 horas tinha procissão da ressurreição, não havia energia elétrica, era tudo com velas. No outro dia, às 6 horas tinha procissão” (CO7, 2017).

As famílias polonesas eram muito religiosas. Era difícil o caso em que uma família não tivesse nenhuma freira ou padre. A RO5 (2017) contou o caso da própria família: “Sou natural de Campo Comprido, fui batizada na Igreja de Orleans. Quatro dos meus irmãos fizeram Primeira Comunhão nessa mesma Igreja. Nossa família é muito grande. Éramos em quinze filhos. Três eram religiosas: eu, Ir. Rafaela (de saudosa memória) e a Ir. Maurícia” (RO5, 2017). Na família da CO7 (2017) cinco pessoas seguiram para a vida religiosa: “Meu irmão mais velho era padre, tinha duas irmãs religiosas e duas tias também. A minha família sempre foi muito ligada à religião católica. Éramos em quatorze filhos e eu era a penúltima” (CO7, 2017).

Em relação ao despertar para a vocação religiosa, a CM1 (2017) explicou que “muitas amigas entraram para a Congregação, mas poucas continuaram, é muito difícil ser freira” (CM1, 2017). A CM6 (2017) lembrou de duas amigas que entraram para a Congregação: “as duas sempre falavam que queriam ser freiras e foram, e as Irmãs incentivavam. A minha prima também foi para a Congregação. No tempo da minha mãe, três irmãs da família Scrobot foram para a Congregação” (CM6, 2017).

No ano de 1932, 30 rapazes da Colônia Murici estavam estudando para exercer o sacerdócio. Entre 1908 e 1937, 33 moças procedentes da Colônia Murici seguiram para a vida conventual (TURBANSKI, 1978).

Era comum que as famílias de colonos poloneses tivessem pelos menos uma religiosa ou um religioso na família entre 1906 e 1938. A CD10 (2017) comentou sobre o assunto: “cada família tinha uma pessoa que seguia para um convento ou para um seminário. Muitas das colegas da minha mãe foram para esse caminho. A irmã da minha mãe foi para o convento, a minha mãe só não foi porque a minha avó não tinha dinheiro para manter as duas no convento” (CD10, 2017).

De acordo com o livro *Kronika Zgromadzenia Siostry Franciszkanek Rodziny Maryi - Prowincji dzieciatka Jezus W Brazylji*, os imigrantes da Colônia Murici eram pobres, muitas vezes faltava-lhes o necessário para a vida e para a saúde, mas apesar de tudo permaneciam fiéis à religião católica. Todos os domingos e dias santificados frequentavam a Igreja e se o Padre não estivesse, faziam suas orações, rezavam o terço, entoavam hinos para louvar a Deus. Terminada a oração, reuniam-se em frente à Igreja para conversar sobre trabalho, lembranças do passado, recordações referentes à Pátria polonesa (SCHUMILO, 2017).

Conforme CM1 (2017), que estudou com as Irmãs em 1938, “Tinha que rezar na sala de aula quando chegava e, quando saía tinha que rezar na Igreja para depois ir embora. Eu fiz a Primeira Comunhão na Igreja de Murici, tinha sete anos” (CM1, 2017). Todos da família da CM6 (2017) fizeram a Primeira Comunhão na Igreja da Colônia Murici: “No dia da Primeira Comunhão as Irmãs cuidavam de todos, tinha que ter crianças vestidas de anjinhos para levar as outras crianças para receber a Comunhão e ensaiar também para dar certo e ficar bonito” (CM6, 2017). Todos rezavam bastante como comprova o relato da CM6: “antes da aula, depois da aula. Na Quaresma, a aula terminava um pouco mais cedo e nós íamos à Igreja rezar a Via-Sacra todas as sextas-feiras, a Irmã ia na frente, uma criança levava a cruz e os outros iam caminhando juntos e rezando” (CM6, 2017).

No livro *Kronika Zgromadzenia Siostry Franciszkanek Rodziny Maryi - Prowincji dzieciatka Jezus W Brazylji*, está escrito que os moradores da Colônia D. Pedro II, enquanto não havia Igreja, se dirigiam à colônia vizinha - Orleans - para participar da missa e outras orações. Aos domingos os moradores da Colônia D. Pedro II se revezavam para levar as Irmãs de carroça para a igreja de Orleans. Eram viagens sacrificadas, geralmente duravam duas horas. Nos dias chuvosos, às vezes era preciso descer da carroça, pois a estrada ficava lamacenta e lisa e os cavalos resvalavam. Muitas vezes chegavam à Igreja encharcadas; no entanto, era importante para elas que realizassem essa prática religiosa, estava de acordo com a missão religiosa receber a Comunhão (SCHUMILO, 2017). A CD4 (2017) lembrou de um acordo realizado entre os moradores da colônia e Irmãs, já que ambos queriam ir à Igreja no tempo que ainda não havia uma localidade, somente em Orleans: “os moradores daqui levavam as Irmãs para a Igreja em Orleans de carroça, cada quatro domingos era a vez de uma família levá-las” (CD4, 2017).

Depois de construída a Igreja da Colônia D. Pedro II, eram as Irmãs as responsáveis por cuidar dela. De acordo com a CD4 (2017) as Irmãs pediam que quem tivesse flores em casa como copo de leite, rosas ou outras, que levassem para enfeitar a Igreja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a Idade Média a distância entre ricos e pobres ficou cada vez maior. Havia muitas pessoas pobres e doentes, e a fome e as guerras eram constantes. É nesse período que surgem as Ordens Mendicantes, cujo objetivo era trabalhar para evitar uma segregação que poderia ter sido de maior gravidade. Foi nesse contexto que nasceu Francisco de Assis, no final de 1181 ou 1182, na cidade de Assis/Itália. Francisco de Assis viveu uma vida de doação, longe do poder e da riqueza, uma vida com base na pobreza, na simplicidade e na humildade. Tornou-se um dos santos mais populares da Igreja Católica. Sua vida religiosa de completa pobreza deu origem ao movimento denominado franciscanismo. Muitas Ordens e Congregações surgiram com base na mensagem de Francisco de Assis. Algumas pessoas viveram com base no espírito franciscano e se tornaram santos também, como é o caso de Zygmunt Szczesny Felinski - franciscano de coração - conhecido como Irmão Antônio.

Zygmunt Szczesny Felinski manifestou preocupação no sentido de que ele próprio e a sociedade de um modo geral deveriam ter acesso ao conhecimento e à educação. Preocupava-se também com o sofrimento físico e moral do povo polonês durante o domínio russo, austríaco e prussiano na República da Polônia. Foi professor universitário de Matemática e Latim nas escolas dominicanas a partir de 1855.

Os dois religiosos viveram em séculos diferentes: Francisco de Assis, no final do século XII e início do século XIII, e Zygmunt Szczesny Felinski no século XIX. No entanto, alguns acontecimentos podem ser correlacionados na vida dos dois. Francisco de Assis pegou em armas quando se alistou como soldado na Guerra entre Assis e *Perugia*. Zygmunt Szczesny Felinski também pegou em armas quando aconteceu a Guerra dos Povos em 1848, em Paris, a qual posteriormente atingiu a Polônia. Ambos lutaram em guerras para depois se tornarem religiosos. Francisco de Assis teve uma relação de amizade e respeito com Chiara d'Offreducci - aquela que mais tarde viria a ser Santa Clara de Assis. O pensamento de Francisco e Clara eram semelhantes no tocante à pobreza, à simplicidade e à humildade. Um sempre apoiava o outro na escolha dos caminhos a serem seguidos. No caso de Zygmunt Szczesny Felinski, foi sua mãe, Eva Felinski, quem o apoiou em suas decisões. Educou o filho nos moldes católicos, intelectuais e patrióticos. Francisco de Assis lutou pelos pobres e fundou a Ordem dos Frades Menores. Zygmunt Szczesny Felinski lutou pela libertação do povo polonês em relação aos povos invasores e fundou a Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, no ano de 1857, em Petersburgo, capital do Império Russo.

O espírito franciscano nunca deixou de existir na vida e no trabalho das religiosas da Congregação. Francisco de Assis e Zygmunt Szczesny Felinski deixaram exemplos de vida e de trabalho para com o próximo a serem seguidos pelas Religiosas Franciscanas da Sagrada Família de Maria, as quais atuaram na Polônia e outros países europeus e, em virtude da imigração polonesa para o Brasil, dirigiram-se para este país a partir de 1906.

No século XIX, os poloneses estavam enfrentando sérios problemas políticos, econômicos, sociais e culturais. A imigração foi uma das alternativas para tentar amenizar o sofrimento que estavam vivendo. Por outro lado, o Brasil tinha a intenção de colonizar as terras da região Sul do país e necessitava de mão de obra, tanto para a agricultura como para as indústrias. É nesse contexto histórico que os poloneses migram para as terras brasileiras, as Colônias de Orleans, Murici e D. Pedro II, no Paraná, começam a ser estabelecidas e, as religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família encaminham-se para as terras brasileiras dando início ao trabalho educacional e religioso nas três colônias polonesas.

A maioria dos colonos poloneses eram analfabetos e não queriam que seus filhos o fossem. Anterior ao trabalho das Irmãs nas três colônias, os imigrantes tomaram algumas medidas para atenuar a falta de escolas e professores no local. A primeira foi procurar entre os próprios colonos alguém que tivesse instrução e que estivesse disposto a ensinar aos outros o que sabia. Neste caso, a pessoa trabalhava um período na agricultura e o outro período na escola. A segunda foi a construção das escolas-sociedades, as quais eram escolas de segunda-feira a sexta-feira e, aos sábados e domingos eram utilizadas para a realização de eventos e momentos de lazer. O capital arrecadado nessas festividades seria utilizado para pagar um professor. A terceira foi pedir para que as Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria viessem para as colônias para ajudá-los não só na educação, mas também na religião. Os padres que trabalhavam nas colônias foram os intermediários entre o pedido dos colonos e a vinda das religiosas para as respectivas colônias. Esses imigrantes já tinham conhecimento do trabalho dessas religiosas na Polônia, como a direção de escolas e creches nas cidades, nas aldeias e nos lugares mais pobres. Os imigrantes queriam que fossem religiosas polonesas, patriotas e com determinação para educar o povo, neste caso os poloneses. As religiosas chegaram à Colônia Orleans em 1906, à Colônia Murici em 1907 e à Colônia D. Pedro II em 1908.

Zygmunt Szczesny Felinski também foi professor, preocupava-se com o nível de instrução de todas as pessoas, inclusive das religiosas que faziam parte da Congregação Sagrada Família de Maria, fundou escolas, asilos e orfanatos na Polônia e arredores. O propósito de seu trabalho sempre foi *'educare et construre'*, o que esteve subjacente em suas atitudes e atividades, e no trabalho das Religiosas da Sagrada Família de Maria.

De acordo com os dados obtidos durante a realização desta pesquisa, o trabalho das religiosas nas três colônias entre 1906 e 1938 consistiu em seguir o propósito do Fundador, trabalhar com a educação e a instrução, auxiliar os imigrantes nas questões religiosas, amparar as pessoas que necessitavam de assistência, indiferentes a religião e a nacionalidade. Receberam de Francisco de Assis e de Zygmunt Szczesny Felinski o exemplo de doação da própria vida para ajudar o outro e o colocaram em prática realizando atividades multifacetadas como bordadeiras, catequistas, conselheiras, costureiras, cozinheiras, cuidadoras das Capelas, Igrejas e doentes, enfermeiras, farmacêuticas, jardineiras, mediadoras de conflitos, musicistas, parteiras, professoras, socorristas. Enfim, trabalhavam de acordo com as necessidades dos colonos e seus filhos nos moldes católicos e poloneses.

Ensinavam as meninas, nas casas-escolas, a bordar, a costurar, a fazer compotas e doces, o que seria útil para as futuras atividades destas meninas quando chegasse o momento de constituir uma família. A religião sempre esteve presente, seja nas casas-escolas ou em outras atividades cotidianas, como, por exemplo, a catequese. Foram conselheiras e mediadoras de conflitos entre pessoas de uma mesma família ou entre famílias. Cuidavam da ornamentação e das orações nas Capelas e Igrejas. Faziam orações e levavam conforto espiritual para quem estava doente ou com algum problema que não fosse físico. Ajudavam a cuidar dos doentes, faziam curativos, aplicavam injeções. Faziam e ensinavam para os colonos remédios caseiros e naturais. Muitas eram parteiras. Socorriam os colonos no caso de mordidas de cobra e outros animais. Cantavam e tocavam órgão musical de pedaleira durante as missas e outras orações. As casas-escolas sempre tinham um jardim com múltiplas flores, o que agradava aos alunos e às pessoas que as procurassem. As Irmãs professoras ensinavam as quatro operações para que os colonos não tivessem problemas no comércio, ensinavam os adultos durante a noite ou nos domingos e feriados, atendiam as crianças que moravam longe da casa-escola na forma de internato. Muitas moças das três colônias encaminharam-se para a vida consagrada com base nos exemplos dados pelas religiosas. Todas trabalhavam em prol das necessidades dos colonos e ensinavam tudo o que sabiam para estes. Assim, eles poderiam abrir novos caminhos com base no conhecimento, nos valores humanos e no diálogo e, então, construir o seu modo de viver com base no que aprenderam. Em vista disso tudo, responde-se a pergunta da pesquisa ‘Como foi colocado em prática o propósito da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria, *‘educare et construre*, especialmente nas colônias polonesas de Orleans, Murici e D. Pedro II, entre 1906 e 1938?’: com as atividades habituais que envolveram o propósito de *‘educare et construre’*, com a construção das casas-escolas, com o trabalho

educacional, com a educação para a vida, com os acontecimentos do cotidiano que envolveram as religiosas e os colonos, e com a religião e o despertar para novas vocações.

Todos na comunidade faziam parte de um grande grupo, mas, ao mesmo tempo, cada um possuía uma vida particular, na qual era preciso estar preparado para enfrentar as adversidades que se apresentavam no dia a dia. Esse era o trabalho das Irmãs, ajudar as pessoas nos contratempos da vida dentro do que era possível para a época. Dessa maneira, as Irmãs marcaram a vida dos colonos de Orleans, Murici e D. Pedro II.

Quanto ao trabalho educacional, o estudo permitiu compreender que, no caso das Colônias Orleans, Murici e D. Pedro II, os colonos construíram para as Irmãs da Sagrada Família de Maria edificações que eram ao mesmo tempo a casa das religiosas e a escola, denominadas casas-escolas, as quais possuíam características específicas: particulares (construídas pelos colonos), isoladas (atendiam ao ensino primário e estavam distante dos centros urbanos), étnicas (predominava a cultura e saberes poloneses) e religiosas (o ensino ficava sob responsabilidade das religiosas da Sagrada Família de Maria). Tendo em vista que as Irmãs trabalharam nas casas-escolas existentes no recorte espacial desta pesquisa, certamente formou-se uma cultura escolar que foi se constituindo ao longo do tempo em cada colônia, com códigos e símbolos formados de acordo com o modo de vida adotado em cada localidade.

Conseguiu-se inferir que o trabalho com a educação foi uma das principais áreas de atuação das Irmãs da Sagrada Família de Maria. Essa característica está presente na Congregação desde a sua fundação por Zygmunt Szczesny Felinski. O Fundador era educador e professor e, como tal, preocupava-se com o desenvolvimento integral do ser humano. Era preciso alimentar o corpo, o espírito e a parte intelectual, somente assim a pessoa poderia estar preparada para agir com sabedoria mediante as situações do cotidiano. Dessa maneira, as Irmãs professoras procuraram garantir aos alunos uma educação que lhes ajudasse a enfrentar os desafios da época.

O trabalho das Irmãs da Sagrada Família de Maria não se resumiu apenas à parte acadêmica, mas também orientou-se de modo a atender as demandas das pessoas que viviam nas três Colônias, as quais poderiam ser físicas, sociais ou religiosas. Diante disso, percebe-se que as Irmãs foram fiéis à sua crença religiosa e contribuíram com seu trabalho para amenizar as adversidades encontradas pelos imigrantes poloneses nas três colônias estudadas. Essas religiosas deixaram para trás a família e o país de origem para colocar em prática o propósito da Congregação *'Educare et Construre'* do outro lado do Atlântico.

A pesquisa mostrou que a intenção das religiosas da Congregação que trabalharam no Brasil entre 1906 e 1938 foi promover a formação humana integral independente da faixa etária, do local, da etnia, da crença, da cor ou da posição social.

Francisco de Assis, Zygmunt Szczesny Felinski e as Irmãs da Congregação Franciscana Sagrada Família de Maria apresentaram exemplos de lutas em prol do próximo, de acordo com o tempo em que existiram. Francisco lutou para amenizar a vida dos pobres, Zygmunt Szczesny Felinski lutou para libertar os poloneses dos povos invasores e as Irmãs da Sagrada Família de Maria lutaram para acabar com o analfabetismo entre os imigrantes poloneses nas três colônias e contribuíram para a formação integral do ser humano.

As religiosas que se encaminharam para o Brasil entre 1906 e 1938 trouxeram consigo a cultura de origem: a polonesa. O mesmo aconteceu com os imigrantes poloneses que vieram para as terras brasileiras. Porém ambos tiveram que se adaptar à realidade local e inserir no seu cotidiano aspectos da cultura brasileira e, embora tenham resistido por meio da educação, do apego à religião e do patriotismo, não foi possível manterem-se livre da influência da cultura local. O que chama a atenção é a necessidade de dominar o idioma brasileiro, pois necessitavam dele para comunicarem-se com outras pessoas, principalmente nas relações comerciais. As leis brasileiras em prol na nacionalização vão aos poucos adentrando a cultura de origem polonesa, principalmente nas casas-escolas. As religiosas burlavam as leis em alguns momentos para manter a cultura de origem; no entanto, na hora da visita dos inspetores de ensino ou dos exames escolares no final do ano, era preciso deixar claro que as leis estavam sendo obedecidas por meio da leitura e escrita em português e dos conhecimentos da História e Geografia do Brasil.

Todo o trabalho das Irmãs da Congregação Franciscana Sagrada Família de Maria, entre 1906 e 1938, realizado em terras brasileiras, merece ser conhecido e valorizado por outras pessoas, além dos componentes da Congregação.

Desse modo, essa pesquisa buscou contribuir para recompor parte da história da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria no Brasil e dos imigrantes poloneses nas colônias de Orleans, Murici e D. Pedro II, no Paraná.

Ao elaborar esse estudo, tinha-se consciência das dificuldades que estavam por vir em relação ao trabalho com a história oral. Encontrar pessoas que tivessem conhecimento do trabalho das Irmãs da Sagrada Família de Maria entre 1906 e 1938 não foi uma tarefa fácil, por se tratar de um período distante da atualidade: 2017.

Esta dissertação, entretanto, não encerra o estudo e aponta alguns temas para futuras pesquisas como, por exemplo, o trabalho educacional das religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria e o decreto de nacionalização promulgado por

Getúlio Vargas em 1938; o trabalho das religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria em outras localidades, como Água Branca (1909), Santa Bárbara (1910), Rio dos Patos (1912) e Santa Cândida (1912).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Altíssima pobreza**: regras monásticas e formas de vida. Tradução de Selvino J. Assmann. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANGULSKI, Nazareno Dalsasso. Poloneses no Brasil: o legado dos pioneiros na terra prometida. In: SOUZA, Celso de Oliveira. ZWIÉREWICZ, Marlene (org). **Da Polka à terra prometida**: O legado polonês em Santa Catarina e um tributo à comunidade do Chapadão/Orleans Florianópolis: Editora Insular, 2009, p. 35 - 60.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLITO, Christopher. **História dos 21 Concílios da Igreja**: de Niceia ao Vaticano II. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

BERNARDO, Janice. **Colônia Murici**: métodos para diagnóstico em projetos de restauração e preservação do patrimônio histórico. 2014. 167 p. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2014.

BOÇOEN, Rodrigo; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianosvski. As escolas étnicas polonesas no estado do Paraná e as leis de nacionalização do ensino (1889-1930). **Revista Horizontes**. v.35. n. 2. Mai./ago. São Paulo. p. 59-68.

BONNASSIE, Pierre. **Dicionário de história medieval**: mendicantes. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.

BOTO, Carlota. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **Revista Brasileira de História da Educação [on-line]**. v. 18. n. 44. Set./dez. Porto Alegre. 2014. p. 99-112.

CAPES. **Portal de teses e dissertações**. Disponível em:< <http://www.capes.gov.br/>> Acesso em 30 de agos. 2016.

CERTEAU. Michel de, et. al. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 12ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Cultura material escolar e formação de professores: como disciplinar o corpo – imagens e textos. **Educar em Revista**, Curitiba. n. 49, p. 183-205, jul./set. 2013.

DUARTE, Ana Paula Moreira Pinto. GARCIA, José Luiz Lopes. **Diálogos sobre o patrimônio cultural das colônias localizadas próximas à área de alagamento da barragem do Rio Miringuava em São José dos Pinhais** - PR. Goiânia: Fundação Aroeira, 2017.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **João Zaco Paraná**. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br>>. Acesso em: 08 de mar. 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FELINSKI, Zygmunt Szczesny. **Cartas ascéticas**: escritas em Jaroslaw às margens do Rio Volga, para as Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria. Tradução de Fabíola Ruszczyk. Curitiba: Vicentina, 2000.

FELINSKI, Zygmunt Szczesny. **Testamento**. Tradução de Fabíola Ruszczyk. Varsóvia: [S.I.], 2009.

FIGUEREDO, Antonio Pereira de. **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Maltese Ltda, 1962.

FRACEK, Teresa Antonia. A Congregação das Irmãs Franciscanas da Família de Maria: a atividade no período de 150 anos: 1857-2007. In: MORKIS, Jorge. **Família de Maria**: obra do bem-aventurado Zygmunt S. Felinski 1857-2007. Tradução de Paulo Filipake. Cracóvia: Editora dos Carmelitas Descalços (Wydawca karmelitów Bosych), 2009, p. 81-150.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**. n. 0. Set/out/nov/dez/ 1995. p. 64-80.

FRANCISCANOS. **O que é um Frei?** Disponível em: <<http://www.franciscanos-rs.org.br/o-que-e-um-frei/>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

FRANCISCANOS. **Sacerdotes, frades e monges**. Disponível em: <<http://www.franciscanos-rs.org.br/qual-e-a-diferenca-entre-um-sacerdote-um-frade-e-um-monge/>> . Acesso em: 4 de jul. 2017

FRANCISCANOS CONVENTUAIS. **Ordem dos Frades Menores Conventuais**. [S.I.] Disponível em: <<http://franciscanosconventuais.org.br/a-ordem>>. Acesso em: 20 de mar. 2017.

FREDER, Schirlei Mari; SIELSKI, Denise. **Sociedade polono-brasileira**: Tadeusz Kosciuszko. Curitiba: Insight, 2015.

FUDALI, Danuta. As Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria no Brasil. In: MORKIS, Jorge. **Família de Maria**: a obra do bem-aventurado Zygmunt S. Felinski 1857 - 2007.

Tradução de Paulo Filipake. Cracóvia: Editora dos Carmelitas Descalço (Wydawca karmelitów Bosych, 2009, p. 237-289.

GALAZKA, Grzegorz. **Zygmunt Szczesny Felinski**: exemplo luminar. Varsóvia, Michalineum, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 14ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

GOGOLA, Zdzislaw. A atividade do arcebispo Zygmunt S. Felinski à luz das cartas dirigidas ao casal Rogawski. In: MORKIS, Jorge. **Família de Maria**: obra do bem-aventurado Zygmunt S. Felinski 1857-2007. Tradução de Paulo Filipake. Cracóvia: Editora dos Carmelitas Descalços (Wydawca Karmelitów Bosych), 2009, p. 63-80.

GOHL, Marlei Edviges Kochman. **Missão franciscana na educação**: a contribuição de Frei João na educação brasileira (1956-2020). 2015. 165 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HEBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. **Teoria & Educação**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. v. 2. Porto Alegre, 1990. p. 65-190.

HEBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**. Tradução de Laura Hansen. n. 1, p. 115-141, jan/jun. 2001.

JADWISZCZAK, Grazyna. O movimento migratório Polônia-Brasil: a versão polonesa sobre a terra prometida além-mar. In: SOUZA, Celso de Oliveira. ZWIEREWICZ, Marlene (org). **Da Polska à terra prometida**: O legado polonês em Santa Catarina e um tributo à comunidade do Chapadão/Orleans Florianópolis: Editora Insular, 2009, p. 15-34.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Tradução de Gisele de Souza. n. 1, p. 9-43, jan/jun. 2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil. Instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov/Dez. 2000. n. 15. p. 159 – 176.

LECH, Konstanty. **Elementarz: dla dzieci polskich w Brazylii**. Kurytyba: [S.I.], 1934.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. v. 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/SP: Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Tradução de Marcos de Castro. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

MAROCHI, Maria Angélica. **Imigrantes 1870 - 1950: os europeus em São José dos Pinhais**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

MESQUIDA, Peri. Catequisadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 48, p. 235-249. Abr./jun. 2013. Editora UFPR.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba, Edit. UFPR, 1997.

MORMUL, Najla Mehanna; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Rui Barbosa e a educação brasileira: os pareceres de 1882. **Cadernos da História da Educação** - v. 12, n.1 - jan/jun. 2013. p. 277 - 294.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A República e a educação no Brasil: Primeira República (1889-1930)**. 3ª ed. São Paulo: Santa Clara, 2005. p. 49-60.

ROSA, Luiz da. **O presente dos reis magos**. Disponível em: <<http://www.abiblia.org/ver.php?id=7208>>. Acesso em: 08 de mar. 2018.

OLIVEIRA, Maria José. **Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria: 100 anos de vida e ação no Brasil**. Curitiba: Impag, 2005.

RENK, Valquiria Elita. **A educação dos imigrantes alemães católicos em Curitiba**. Curitiba: Champagnat, 2004.

RENK, Valquiria Elita. **Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná**. 2009. 243 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2009.

RENK, Valquiria Elita. Professores de escolas étnicas no Paraná: manter a cultura ou cumprir leis. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba: Champagnat, v. 12, n. 37, p. 1045-1064, set/dez. 2012.

RENK, Valquiria Elita. A infância marcada pelos rituais cívicos nas escolas étnicas do Paraná. **Revista Brasileira de História e Educação**. Maringá/PR, v. 14, n. 3, p. 55-85, set/dez. 2014.

RICARDO, Paulo. **Beatificação e canonização: qual a diferença?** Disponível em: <<https://padrepauloricardo.org/episodios/qual-a-diferenca-entre-a-beatificacao-e-canonizacao>>. Acesso em: 8 de mai. 2017.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na educação brasileira. STPNHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. História e memória da educação no Brasil. v.1. 6ª ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 93-107.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SHIEH, Cynthia Lushiuen. **O que ensinar nas diferentes escolas públicas primárias paulistas: um estudo sobre os programas de ensino (1887-1929)**. 2010. 184 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

SIKORA, Mafalda Alex. **Centenário das Irmãs da Sagrada Família: Colônia Dom Pedro II - 1908-2008**. Campo Largo: Pr: Pema, 2008. p. 9.

SIKORA, Mafalda Ales. Os poloneses da Colônia Dom Pedro II. **Revista: Os poloneses da Colônia Dom Pedro II – Museu- Centro Histórico e Cultural Polska**. Campo Largo: Pr: Pema, 2011. p. 3.

SIKORA, Mafalda Ales. SILVA, Maclovia Corrêa. NASCIMENTO, Décio Estevão do. O papel da mulher polonesa na dinâmica da família tradicional: Colônia Dom Pedro II - Campo Largo - Paraná. **Caderno de Gênero e Tecnologia**. n. 25/26, p. 1-30, jan/jun. 2013.

SIKORA, Mafalda Ales. **As políticas de imigração no Brasil nos séculos XIX e XX e o desenvolvimento de territórios: estudo de caso da Colônia Dom Pedro II - Campo Largo - Paraná**. 2014. 210 p. Dissertação (Mestre em Tecnologia). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba: 2014.

SOUZA, João Valdir Alves de. Dimensão normativa e desafios atuais dos cursos de licenciatura. In: SOUZA, João Valdir Alves de; DINIZ, Margareth; OLIVEIRA, Míria Gomes de (Orgs). **Formação de professores(as) e condição docente**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. p. 27-56.

SOUZA, João Valdir Alves de. Os profissionais de ensino como mediadores das culturas na escola. SOUZA, João Valdir Alves de; DINIZ, Margareth; OLIVEIRA, Míria Gomes de (Orgs). **Formação de professores(as) e condição docente**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. p. 219-239.

SOUZA, Maria de Cássia Araujo. **Edublog, uma estratégia pedagógica**: sequência didática para a produção autoral de alunos(as) do Ensino Médio. 2015. 197 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

STAWINSKI, Alberto Victor. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)**. 2ª ed. Porto Alegre: Edições EST, 1999.

SURMAS, Sofia. **Memorial Histórico Colégio Estadual Dom Pedro II**. Colônia D. Pedro II: Material datilografado, [S.I.].

SZCZEPANIAK, João. A preocupação do bem-aventurado arcebispo Zygmunt Felício Felinski com a formação sacerdotal e religiosa. In: MORKIS, Jorge. **Família de Maria**: obra do bem-aventurado Zygmunt S. Felinski 1857-2007. Tradução de Paulo Filipake. Cracóvia: Editora dos Carmelitas Descalços (Wydawca karmelitów Bosych), 2009, p. 15-58.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, Augustine. **São Francisco de Assis**: uma nova biografia. Tradução de Luís Santos. 1ª ed. Portugal: Casa das Letras, 2012.

TURBANSKI, Stanislaw. **Murici**: terra nossa. Vol. I. 1878-1978. Curitiba: Vicentina, 1978.

TURBANSKI, Stanislaw. **Murici**: terra nossa. Vol. II 1978-2003. Curitiba: Amaro, 2005.

UNIVERSO CATÓLICO. **Testamento espiritual do Papa João Paulo II**. [S.I.] Disponível em: <<http://franciscanosconventuais.org.br/a-ordem>>. Acesso em: 25 de mai. 2017.

VALDEMARIN, Vera Tereza. O Método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um interpretado. In: **O legado educacional do século XIX**. SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Tereza; ALMEIDA, Jane Soares de. (Orgs.) UNESP: Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, 1998, p. 65-106.

VAUCHEZ, André. **Francisco de Assis**: entre história e memória. Tradução de José David Antunes e Noemia Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Instituições escolares: memória, fontes, arquivos e novas tecnologias. SILVA, João Carlos da; ORSO, Paulino José; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (org.). **História da educação**: arquivos, instituições e memória histórica. Campinas: Alínea, 2013. p. 65-77.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. A História Cultural e as fontes de pesquisa.

Revista HISTEDBR On-line, v.15, n. 61, mar. 2015, p. 367-378. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640533>>. Acesso em: 14 de fev. 2018.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. Conjuntura emigratória polonesa no século XIX. Superintendência das comemorações do centenário da imigração polonesa ao Paraná. vol. I. 1970, Curitiba. **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**. Curitiba: Imprimax Ltda, 1970. 132 p.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. As escolas de colonização polonesa no Brasil. Superintendência das comemorações do centenário da imigração polonesa ao Paraná. Vol. II. 1970, Curitiba. **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**. Curitiba: Imprimax Ltda, 1970. 60 p.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Orleans**: um século de subsistência. Curitiba: Edições Paiol, 1976.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1995.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. Aspectos da imigração polonesa no Brasil. **Projeções: revista de estudos polono-brasileiros**, n. 1. Curitiba: Editora Projeções, 1999.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **As escolas de colonização polonesa no Brasil**. Curitiba: Champagnat, 2002.

WOLCZANSKI, José. O desenvolvimento estrutural da Congregação das Irmãs Franciscanas da Família de Maria nos territórios do sudeste da república. In: MORKIS, Jorge. **Família de Maria**: obra do bem-aventurado Zygmunt S. Felinski 1857-2007. Tradução de Paulo Filipake. Cracóvia: Editora dos Carmelitas Descalços (Wydawca karmelitów Bosych), 2009, p. 151-159.

ZAMOYSKI, Adam. **História da Polônia**. Tradução de Miguel Maia. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2010.

ZIEJKA, Francisco. O bem-aventurado Zygmunt Felinski. In: MORKIS, Jorge. **Família de Maria**: obra do bem-aventurado Zygmunt S. Felinski 1857-2007. Tradução de Paulo Filipake. Cracóvia: Editora dos Carmelitas Descalços (Wydawca karmelitów Bosych), 2009, p. 39-62.

ZWIEREWICZ, Marlene. A terra prometida: adversidade e resiliência na formação da comunidade polonesa de Chapadão. In: SOUZA, Celso de Oliveira. ZWIEREWICZ, Marlene. **Da Polska à terra prometida**: o legado polonês em Santa Catarina e um tributo à comunidade de Chapadão/Orleans. Florianópolis: Insular, 2009. p. 135-167.

ZYLINSKA, Regina R. M. **Vida heroica do Arcebispo de Varsóvia**. Tradução de Francisco Dranka. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1973.

DOCUMENTOS

CAMPO LARGO. **Memorial histórico do Colégio Estadual D. Pedro II**. Campo Largo: [S.I.], [S.I.]. Material datilografado.

CAMPO LARGO. **Livro de Termo Ata de Exames**. Arquivo particular do Colégio Estadual D. Pedro II. Colônia D. Pedro II: [S.I.], [S.I.]. Material manuscrito.

CAMPO LARGO. **Livro de Termo Ata de Visistas**. Arquivo particular do Colégio Estadual D. Pedro II. Colônia D. Pedro II: [S.I.], [S.I.]. Material manuscrito.

CURITIBA. **Livro de Termo Ata de Exames**. Arquivo particular da Escola Estadual Santo Antônio. Orleans: [S.I.], [S.I.]. Material manuscrito.

CURITIBA. **Livro de Termo de Abertura de Casas Provinciais da Congregação da Sagrada Família de Maria no Brasil**. Arquivo particular da Província Menino Jesus de Curitiba. Tradução: IR. CONCEIÇÃO - FILOMENA ROSÁLIA SCHUMILO. 2017.

CURITIBA. **Livro de Termo Ata de Visitas**. Arquivo particular da Escola Estadual Santo Antônio. Orleans: [S.I.], [S.I.]. Material manuscrito.

CURITIBA. **KRONIKA ZGROMADZENIA SIOSTRY FRANCISZKANEK RODZINY MARYI - PROWINCJI DZIECIATKA JEZUS W BRAZYLJI** (Livro de Crônicas: Congregação das Irmãs Franciscanas da Família de Maria. Província Menino Jesus do Brasil) Tradução: IR. CONCEIÇÃO - FILOMENA ROSÁLIA SCHUMILO. 2017.

ORLEANS. **Histórico da Escola Estadual Santo Antônio**. Curitiba: [S.I.], [S.I.]. Material datilografado

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Livro de Termo Ata de Exames**. Arquivo particular do Colégio Estadual Colônia Murici. Colônia Murici: [S.I.], [S.I.]. Material manuscrito.

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL-IMPÉRIO. **LEI n. 581, de 04 de setembro de 1850**. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm>. Acesso em: 15 de out. 2017.

BRASIL-IMPÉRIO. **LEI n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em 15 de out. 2017.

BRASIL. Lei Imperial n. 3.353, de 13 de maio de 1888. Lei Áurea - Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/66274>> Acesso em :

BRASIL. Decreto n. 6.455, de 19 de abril de 1907. Aprova as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6455-19-abril-1907-502417-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 de out. 2017.

BRASIL. Decreto n. 9.081, de 3 de novembro de 1911. Dá novo regulamento ao Serviço de Povoamento. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9081-3-novembro-1911-523578-norma-pe.html>>. Acesso em 17 de out. 2017.

BRASIL. Decreto n. 3.550, de 16 de outubro de 1918. Autoriza o Presidente da Republica a reorganizar, sem aumento de despesas, a Directoria do Serviço de Povoamento dando-lhe a denominação de Departamento Nacional do Trabalho. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3550-16-outubro-1918-572535-publicacaooriginal-95679-pl.html>>. Acesso em 17 de out. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei n. 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 de out. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.545, de 25 de agosto de 1939. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 de nov. 2017.

BULA PONTIFÍCIA. Você sabe a diferença entre Encíclica e bula? [S.I.]. Disponível em: <<https://blog.comshalom.org/carmadelio/2168-voce-sabe-a-diferenca-entre-enciclica-e-bula>>. Acesso em: 10 de mai. 2017.

CONCÍLIO DE JERUSALÉM. Disponível em: <http://www.vatican.va/various/basiliche/san_paolo/po/san_paolo/concilio.html> Acesso em: 20 de abr. 2018.

ENCÍCLICA QUANTA CURA DEL SOMMO PONTEFICE PIO IX. Disponível em: <<https://w2.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembri-1864.html>>. Acesso em: 20 de abr. 2018.

ENCÍCLICA RERUM NOVARUM DO SUMO PONTÍFICE LEÃO XIII. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso em: 20 de abr. 2018

PARANÁ. **Código do Ensino do Estado do Paraná. Decreto n. 17 de 9 de janeiro de 1917.** Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/125257>> Acesso em: 13 out. 2017

PARANÁ. **Relatórios de Governo da Inspeção Geral de Ensino referente ao ano de 1924.** Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano_1924>. Acesso em: 13 out. 2017.

PARANÁ. **Relatório de Governo do exercício de 1924-1928.** 1928. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano_1924-1928>. Acesso em: 13 out. 2017.

ENTREVISTAS

CM1 - Depoente leigo da Comunidade de Murici - Entrevista concedida a pesquisadora em 25 de novembro de 2017.

CD2 - Depoente leigo da Comunidade de D. Pedro II - Entrevista concedida a pesquisadora em 02 de dezembro de 2017.

CM3 - Depoente leigo da Comunidade de Murici - Entrevista concedida a pesquisadora em 09 de novembro de 2017.

CD4 - Depoente leigo da Comunidade de D. Pedro II - Entrevista concedida a pesquisadora em 03 de dezembro de 2017.

CO5 - Depoente leigo da Comunidade de Orleans - Entrevista concedida a pesquisadora em 29 de novembro de 2017.

CM6 - Depoente leigo da Comunidade de Murici - Entrevista concedida a pesquisadora em 21 de novembro de 2017.

CO7 - Depoente leigo da Comunidade de Orleans - Entrevista concedida a pesquisadora em 14 de dezembro de 2017.

CD8 - Depoente leigo da Comunidade de D. Pedro II - Entrevista concedida a pesquisadora em 03 de dezembro de 2017.

CO9 - Depoente leigo da Comunidade de Orleans - Entrevista concedida a pesquisadora em 09 de dezembro de 2017.

CD10 - Depoente leigo da Comunidade de D. Pedro II - Entrevista concedida a pesquisadora em 06 de dezembro de 2017.

RP1 - Depoente Religiosa da Província Menino Jesus/Curitiba - Entrevista concedida a pesquisadora em 29 de novembro de 2017.

RM2 - Depoente Religiosa da Casa São José/ Murici - Entrevista concedida a pesquisadora em 19 de dezembro de 2017.

RP3 - Depoente Religiosa da Província Menino Jesus/Curitiba - Entrevista concedida a pesquisadora em 13 de novembro de 2017.

RP4 - Depoente Religiosa da Província Menino Jesus/Curitiba - Entrevista concedida a pesquisadora em 29 de novembro de 2017.

RO5 - Depoente Religiosa da Casa Menino Jesus/Orleans - Entrevista concedida a pesquisadora em 14 de dezembro de 2017.

RM6 - Depoente Religiosa da Casa São José/Murici - Entrevista concedida a pesquisadora em 19 de dezembro de 2017.

RO7 - Depoente Religiosa da Casa Menino Jesus/Orleans - Entrevista concedida a pesquisadora em 14 de dezembro de 2017.

RM8 - Depoente Religiosa da Casa São José/Murici - Entrevista concedida a pesquisadora em 13 de novembro de 2017.

RP9 - Depoente Religiosa da Província Menino Jesus/Curitiba - Entrevista concedida a pesquisadora em 20 de novembro de 2017.

RD10 - Depoente Religiosa da Casa Nossa Senhora das Graças/D. Pedro II - Entrevista concedida a pesquisadora em 06 de dezembro de 2017.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) na pesquisa intitulada **EDUCARE ET CONSTRURE: IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA NO BRASIL**, a ser conduzido pela pesquisadora abaixo relacionada. Fui informada, ainda, de que a pesquisa é orientada pela Prof^a Dr^a Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais diz respeito ao trabalho educacional das Irmãs Professoras da Congregação das Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria no Brasil entre 1906 e 1938. Minha colaboração será feita de forma anônima. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e a sua orientadora. Podendo o mesmo ser divulgado a fim de gerar fontes para futuras pesquisas. Fui informado(a) ainda que posso me retirar deste estudo a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

 Local

 Data

 Assinatura do participante

 Assinatura da pesquisadora responsável

ANEXO B - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**IDENTIFICAÇÃO**

Nome:

Profissão:

Colônia:

Há quanto tempo reside neste bairro?

Local e data de nascimento:

- 1) O(a) senhor(a) ou alguém de sua família estudou, trabalhou ou conviveu com as Religiosas Professoras da Congregação Franciscana da Sagrada Família de Maria entre 1906 e 1938?
- 2) O que se aprendia na escola, naquela época? As religiosas explicavam sobre higiene pessoal, bons modos, enfim, outras coisas que eram importantes para a vida naquela época?
- 3) A senhora se recorda de como era a sala de aula? Poderia me explicar?
- 4) Como as professoras trabalhavam livros e cadernos com os alunos?
- 5) Havia visita dos Inspectores de Ensino? Como acontecia?
- 6) Quais os materiais utilizados durante as aulas?
- 7) Lembra se havia um plano de ensino a ser seguido ou o trabalho educacional era realizado de acordo com as necessidades dos imigrantes e seus filhos em seu cotidiano?
- 8) Quais os desafios enfrentados no dia a dia, tanto por parte das educadoras para ensinar como por parte dos alunos em aprender?
- 9) Recordar-se de como era a relação entre a educação e a religião tanto para as educadoras como para os alunos?
- 10) Poderia fazer um comentário sobre o propósito da Congregação “Educar e Construir”?
- 11) Há algum fato que gostaria de comentar em relação a educação naquele período?

ANEXO C - DOCUMENTOS DE APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CONFIRMAR APROVAÇÃO PELO CAAE OU PARECER

Informe o número do CAAE ou do Parecer:

Número do CAAE: Número do Parecer:

Esta consulta retorna somente pareceres aprovados. Caso não apresente nenhum resultado, o número do parecer informado não é válido ou não corresponde a um parecer aprovado.

DETALHAMENTO

Título do Projeto de Pesquisa:

Número do CAAE: Número do Parecer:

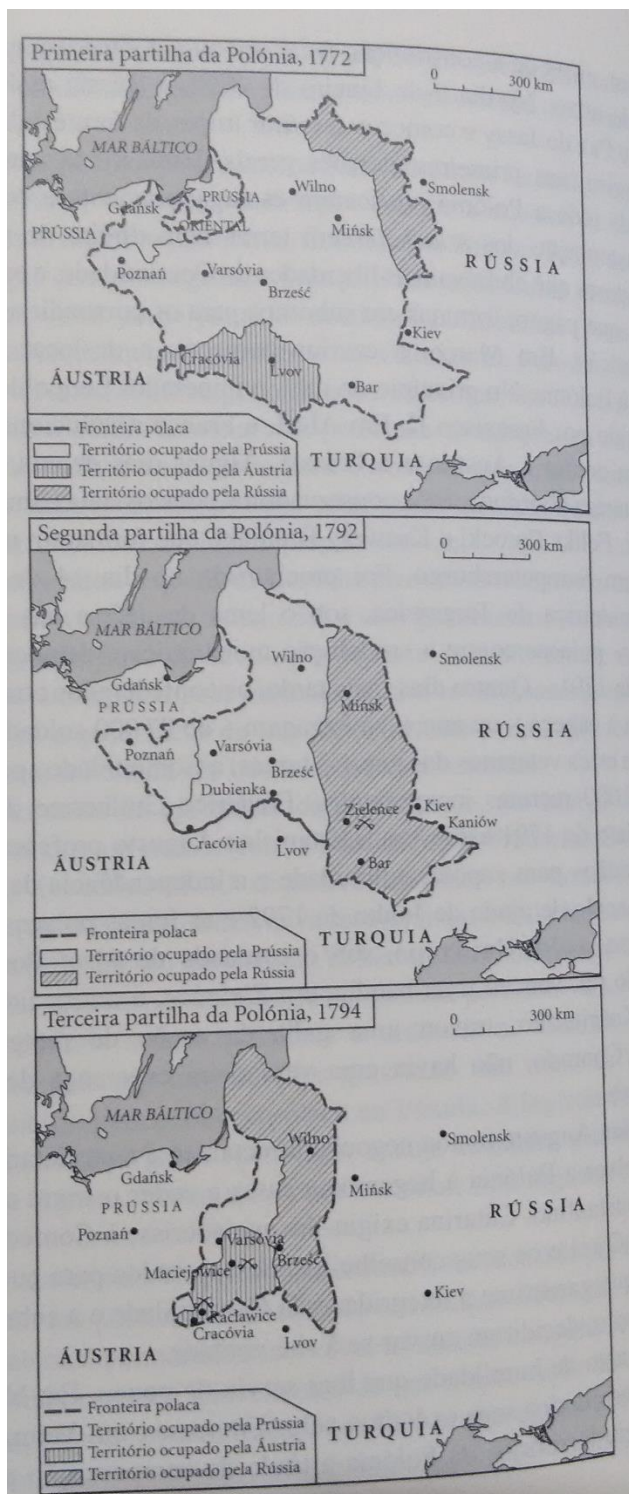
Quem Assinou o Parecer: Pesquisador Responsável:

Data Início do Cronograma: Data Fim do Cronograma: Contato Público:

LISTA DE PROJETOS DE PESQUISA:

Tipo	CAAE	Versão	Pesquisador Responsável	Comitê de Ética	Instituição	Origem	Última Apreciação	Situação	Ação
P	71342017.0.0000.0100	2	ROSELI TERESINHA BORTOLAN GRYBOSI	100 - Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/ PR		PO	PO	Aprovado	

ANEXO D - MAPA DASTRÊS PARTILHAS DA POLÔNIA NO SÉCULO XVII



Fonte: ZAMOYSKI, 2010, p. 200.